

Resgate

VOL. XX, Nº 24 - JUL./DEZ. 2012

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

Patrimônio cultural, quilombolas, danças populares



CENTRO DE MEMÓRIA
UNICAMP

Patrimônio cultural, quilombolas, danças populares... Um passeio por diferentes áreas das Humanidades

Caro leitor, a presente edição de Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura reúne neste número artigos sobre variados temas que perpassam, principalmente, assuntos relacionados a diferentes áreas das Humanidades. Participação política de mulheres argentinas, comunidade quilombola, migração nordestina, a importância da dança na obra de Mário de Andrade, o patrimônio cultural de São Bernardo do Campo, a riqueza cafeeira e a relação existente arte-educação, fotografia e oralidade integram o conteúdo aqui apresentado por pesquisadores de diferentes universidades do país.

A luta contra os crimes impunes é o mote do trabalho da socióloga Adriana Marcela Bogado, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. Em “Ação política e solidariedade na luta contra a impunidade” a autora discute também como se dá o processo de empoderamento decorrente desse engajamento. A pesquisadora toma como base a trajetória biográfica da professora de Artes Visuais argentina, Graciela Centurión, que desde 2006 luta por justiça pela morte não esclarecida de sua filha, Mariana. Esta trajetória foi reconstruída durante uma pesquisa de doutorado em que estudou a participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina, sob a ótica de suas experiências e memórias.

O antropólogo Jurandir de Souza, doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, apresenta o artigo “Comunidade quilombola no sul brasileiro: identidade, memória e sustentabilidade no Vale do Ribeira”. Nesse trabalho, o autor faz uma reflexão acerca das comunidades quilombolas

localizadas no estado do Paraná, em especial a comunidade do João Surá. O processo percorrido nos últimos anos, da invisibilidade histórica à emancipação política, contribuiu para o lançamento das bases que vão proporcionar aos comunitários a reconstrução da sua identidade cultural. Mesmo que submetido aos pressupostos da sociedade hegemônica, estes atores sociais irão reforçar as suas práticas sociais como preservação da memória como resistência.

Vem do Nordeste a reflexão sobre a história de migrantes que deixaram Pernambuco e aportaram em São Paulo em busca de melhores condições de vida. As professoras Sandra Roberta Alves da Silva (mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande/PB e professora do Cesac - Centro de Ensino Superior de Santa Cruz do Capibaribe/PE) e Marilda Aparecida de Menezes (pós-doutora em Sociologia e professora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia Universidade Federal de Campina Grande/PB e pesquisadora do CNPq) apresentam o trabalho “Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco”. Nesse estudo, as autoras buscam compreender as memórias sobre a infância, juventude, experiência de migração, de migrantes do distrito de Pão de Açúcar, localizado no município de Taquaritinga do Norte - PE, que chegaram a São Paulo nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 1980 houve forte “migração de retorno” decorrente das dificuldades enfrentadas na cidade de São Paulo. Ao retornarem, engajaram-se na atividade de confecções de roupas. A região passou a ser conhecida como “Polo de Confecções do Agreste” devido a sua importância socioeconômica.

A professora da rede pública municipal de Campinas, integrante do Grupo de Teatro e Danças Populares Urucungos, Puítas e Quijengues (Campinas – SP) e mestre pela Faculdade de Educação da Unicamp, Roberta Cristina de Paula, apresenta um trabalho sobre o escritor Mário de Andrade. O estudo, intitulado “As danças populares na obra de Mário de Andrade” tem como objetivo analisar as danças na obra do modernista, autor de *Macunaíma*, dentre outros livros. Para realizar o estudo, a pesquisadora toma como ponto de partida as obras *O Turista Aprendiz* e *Danças Dramáticas do Brasil*. A partir das respectivas leituras, a autora amplia seus conhecimentos referentes ao universo das manifestações populares brasileiras, especificamente as danças.

A trajetória do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (Compahc-SBC) é o tema da pesquisa do historiador formado pela USP, Marcelo Cardoso de Paiva. No estudo “O Compahc de São Bernardo do Campo – No curso das políticas municipais de preservação”, Marcelo analisa aspectos como a origem do órgão, seus critérios de atuação e suas medidas de preservação com ênfase na prática do tombamento à luz de uma discussão mais ampla sobre práticas de preservação do patrimônio cultural.

A pesquisadora colaboradora do Centro de Memória-Unicamp (CMU) e professora adjunta aposentada da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp (Araraquara), Maria Alice Rosa Ribeiro, contribui nessa edição com o artigo “História da

riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901)”. A autora observa que através da atuação do patriarca dessa família, a riqueza gerada na segunda metade do século XIX dependia fundamentalmente da diversificação dos negócios. O desenvolvimento da economia cafeeira implicou na criação de novas oportunidades de investimentos como ferrovias, casas comissárias e bancos, setores que o patriarca investiu graças ao capital acumulado em suas atividades da lavoura cafeeira.

Em “Combates & Rituais”, a professora universitária e artista plástica Selma Machado Simão apresenta o trabalho “Um experimento em arte-educação, fotografia e oralidade”. Fruto de sua tese de doutorado defendida em 2012 na Faculdade de Educação da Unicamp sob a orientação da profa. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, o texto se pauta sobre a seguinte questão: se a arte se baseia em uma verdadeira necessidade humana, comprovada por inúmeros teóricos de diferentes áreas em diferentes épocas, por que, então, com raríssimas exceções, ainda é tão minimamente explorada nas escolas? Selma, ao dialogar com Le Goff, Canclini e Gombrich, busca a resposta com base em sua experiência profissional na área do Ensino Superior, Médio e Fundamental.

Este é, portanto, o conteúdo de mais uma edição de *Resgate* – Revista interdisciplinar de Cultura. Boa leitura!

Amarildo Carnicel
Editor de *Resgate*

Ação política e solidariedade na luta contra a impunidade

Political action and solidarity fighting impunity

ADRIANA MARCELA BOGADO

Doutora em Sociologia e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
(NEAB/Univ. Federal de São Carlos)

adrimarbogado@yahoo.com.br

Resumo:

Neste texto discutimos algumas formas que assume a luta contra os crimes impunes, assim como o processo de empoderamento decorrente desse engajamento. Tomamos como base a trajetória biográfica de Graciela Centurión, que desde 2006 luta por justiça pela morte não esclarecida de sua filha. Esta trajetória foi reconstruída durante uma pesquisa de doutorado em que estudamos a participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina, sob a ótica de suas experiências e memórias.

Abstract:

In this paper we discuss different ways that the fight against crimes unpunished takes, as well as the empowerment process resulting from the engagement in this fight. We took as base the life histories of Graciela Centurión that, since 2006, fight for justice on the unclear death of her daughter. This trajectory was reconstructed during a doctoral research in which the political participation of women in contemporary social movements in Argentina was studied, from the perspective of these women's experiences and memories.

Palavras-chave: Ação política; Impunidade; Empoderamento

Keywords: Political action; Impunity; Empowerment

Aluta contra a impunidade é um tipo de mobilização que, principalmente, nas últimas duas décadas, vem ocupando o cenário do protesto social e político na Argentina. Atualmente, são milhares de famílias que lutam contra a impunidade, reivindicam justiça pela morte de seus familiares, se mobilizam para evitar que os crimes não resolvidos pelo sistema judiciário sejam engavetados ou prescrevam, fazem suas próprias investigações, criam associações de auto-ajuda e memória permanente (CARUSO, 2009), e se articulam com diferentes movimentos sociais e organizações locais para que suas demandas sejam atendidas.[1]

Esse tipo de reivindicação, que surge na sociedade civil, encontra diferentes graus de resposta no sistema. Assim, alguns familiares que pedem justiça têm sido recebidos por altos mandatários, como governadores provinciais ou, inclusive, a atual Presidenta da Nação, Cristina Kirchner. Também, em 2003, foi criado o Programa Nacional Anti-impunidade, atual Programa Nacional de Luta contra a Impunidade, vinculado ao Ministério de Justiça da Nação, visando atender os familiares das vítimas. Para trabalhar nesse programa foram contratados alguns familiares considerados emblemáticos devido a sua luta por justiça. Apenas nesse programa continuavam ativos 1.415 casos, considerados a ponta do iceberg. (CARUSO, 2009)

A lentidão do sistema judiciário, a falta de equidade, entre os acusados e as vítimas, e a impunidade são as principais falhas do sistema. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a Secretaria de Direitos Humanos define impunidade como:

[...] a ausência de acusações criminais a autores de violações dos direitos humanos, assim como de sua responsabilidade civil, administrativa ou disciplinária. Há impunidade quando o indivíduo escapa a qualquer investigação tendente a sua imputação, prisão, julgamento e, se comprovada sua culpa, a receber uma punição apropriada para o crime cometido. Esse ciclo só acaba quando se reparam os danos sofridos pelas vítimas. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, s/d)

Neste texto, analisamos algumas formas que assume a luta contra a impunidade, tomando como base a trajetória biográfica de Graciela Centurión que, desde 2006, luta para que a morte de sua filha caçula seja esclarecida. Em 17 de agosto de 2006, sua filha, Mariana Victoria Sánchez, foi ferida a bala no carro do namorado, o agente de polícia Gabriel Omar García, enquanto estavam no estacionamento de restaurante fast food, em Campana (Província de Buenos Aires). A jovem morreu horas mais tarde num hospital. O promotor de justiça, considerando o testemunho do namorado, registrou o caso como suicídio e declarou-o como testemunha.[2] Graciela questionou essa narrativa legal e, apontando aspectos confusos e contraditórios, construiu uma narrativa da resistência e começou a lutar para que a morte da filha não ficasse impune.

Sua trajetória foi reconstruída no marco de uma pesquisa de doutorado em que estudamos a participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina, a partir de suas experiências e memórias.[3] Utilizamos como metodologia a História Oral e a Observação Participante, e, nesse mesmo contexto, realizamos um registro imagético e pesquisa documental em

1 - Uma versão prévia deste texto foi apresentada como comunicação oral no Grupo de Trabalho "História Oral e Movimentos Sociais", durante o "Seminário Internacional NEHO 20 anos. História Oral: Identidade e Compromisso", realizado na Universidade de São Paulo, de 10 a 12 de novembro de 2011.

2 - Ver a matéria "Investigarán a un ex policía por la muerte de su novia" (CLARÍN, 2008).

3 - A pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), foi orientada pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar).

alguns jornais regionais e nacionais.

A trajetória de Graciela possibilita abordar algumas formas que assume a luta contra a impunidade, apontar suas características, identificar continuidades com outras mobilizações do campo popular e suas próprias (re)criações. Também, permite identificar o processo de empoderamento decorrente do engajamento nessa luta, contribuindo com a discussão a respeito dos movimentos sociais e outras formas de ação coletiva.

Inicialmente, apresentamos o perfil de Graciela e destacamos algumas características de sua narrativa, fruto do trabalho com a metodologia História Oral. Em seguida, referimos o início de sua ação política, caracterizamos as formas de protesto que utiliza para veicular sua reivindicação, para, finalmente, refletir sobre seu processo de empoderamento. Cabe mencionar que optamos por manter os depoimentos em espanhol, sem modificar o estilo nem corrigir as expressões utilizadas, muitas delas próprias da linguagem coloquial. Assim, dentro dos limites da escrita, tentamos conservar alguns traços da expressividade própria da oralidade.

“SIEMPRE UNA VIDA TRANQUILA, BUENO, RELATIVAMENTE TRANQUILA”

Graciela nasceu em 1961, em Recife, interior da Província de Buenos Aires. Ainda criança, quando os pais se separaram, mudou-se com sua mãe para San Fernando. Aos 17 anos abandonou o ensino médio para se casar. Teve dois filhos: Pablo e Mariana. Quando a última nasceu mudaram-se para um bairro de periferia urbana em Garín, a 39 km de Buenos Aires. Durante a entrevista, confessou que, inicialmente, “no me gustaba nada [a cidade], calle de tierra, los colectivos que estaban lejos”.

Durante muitos anos trabalhou como boleira e era conhecida no bairro por ter feito os bolos de batismo, aniversário, comunhão, casamento etc., de muitos vizinhos. Quando os filhos “cresceram”, retomou os estudos e concluiu o ensino médio. Também, realizou cursos de pintura e desenho artístico. Posteriormente, estudou o Professorado de Artes Visuais. Na época da pesquisa estava próxima a se formar e já trabalhava como professora, dando aulas em escolas da região.

Se formos considerar toda sua narrativa, o crime (como é considerada por ela a morte da filha) adquire um caráter estruturador, pois é a partir dele que se organiza a narração. (CALDEIRA, 2000) Em vários momentos é possível identificar o uso de marcas temporais “después de lo que nos pasó, con mi hija”, que remetem a esse caráter estruturador do crime e que, como acontecimento marcante, envolve um antes e depois. Assim, também se encontram marcadores como “estaba mi hija todavía”. A narrativa do crime evidencia o intuito de reorganizar um universo de vida, em virtude de que um novo significado é dado ao bairro, à cidade, aos vizinhos. (CALDEIRA, 2000) A solidariedade e apoio recebidos fazem com que Graciela se sinta parte de uma comunidade e, portanto, sem interesse de cortar esse vínculo, após ter sofrido o impacto do crime.

[...] mis hijos se criaron acá, a los dos le encantaba, ¿no? Fijáte Pablo vino de seis años y fijáte a él le encanta este lugar, a él le gusta. Ojo, a mí también ahora, creo que yo, después de lo que nos pasó, con mi hija y después de haber tenido apoyo de tanta gente, pero de tanta gente, tanta gente, tanta gente que nos ayudó creo que

no me iría del lugar [se emociona], viste.” [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

A entrevista de História Oral criou um momento para recordar, do latim *re-cordis*, voltar a passar pelo coração. Assim, diversas emoções afloraram durante nossas conversas. Desfrutando do rememorar, a narradora se detinha em minúcias do cotidiano, relacionadas à filha como, por exemplo, a repetição do mesmo cardápio a cada domingo. Nas lembranças enxergava-se a si mesma, através do olhar de admiração e orgulho que sua filha tinha pelo fato dela estudar.

“[...] yo venía de mis clases y ella, feliz de lo que yo hacía. Ella decía, bueno mi mamá, siempre, lo dijo delante de mí: Mi vieja sabe hacer de todo. Cuando se casa una de sus amigas le decía: Decíle a mi mamá que te diga cómo podés hacer los centros de mesa, para que no pagara viste [com sorriso, riso da pesquisadora]. [...] Pero siempre te decía: Mi mamá sabe hacer de todo.” [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

Um dos momentos mais emocionantes da entrevista se suscitou enquanto discorria sobre aspectos de sua vida como estudante e até tinha suscitado o riso da pesquisadora diante do “medo” da prova final. Aos poucos, seu relato tornou-se denso e manifestou um sentimento de frustração, pois, como aluna, não conseguira realizar como pretendia a preparação para um bom exame final. Contou que, no dia anterior à entrevista, apresentou-se para o exame final, “Creo no, no quería entrar: una porque no había alcanzado a estudiar, a leer, me parecía que ella (a professora) no se merecía que no haya terminado”. A voz da narradora vai se embargando, enquanto confessa o quanto lhe custou se apresentar, e se entristece ao dizer que foi uma das disciplinas que abandonou por um tempo, após a morte da filha. Em uma pausa pequena, enquanto tenta conter o pranto, o cachorro se aproxima dela e com a carícia costumeira, Graciela lhe faz um mimo e se desculpa: “Él, lloro y siempre viene conmigo”. E afirma emocionada e com firmeza que também foram essas disciplinas que a fizeram seguir enfrente, “Y bueno, y hoy gracias a eso también estoy trabajando”.

Lembra que foi pelo apoio recebido dos/as colegas, que conseguiu retomar o curso. Eles ligavam, visitavam-na, a levavam para assistir às aulas, “medio me arrastraban hasta el colectivo, viste. Y bueno después ya, después lo hacía sola [...] porque era como que si no me ocupaba en algo más, creo que me iba a volver loca”.

A trajetória em pauta permite identificar elementos importantes para pensar em trajetórias sociais e no impacto de eventos marcantes sobre as mesmas. Battagliola et al. (1991), definindo trajetória como o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social destacam que os acontecimentos marcantes (como neste caso a morte de um membro da família) causam uma inflexão na mesma e é preciso desenvolver estratégias de *rattrapage* (recuperação dos danos, recobrimento).

É importante apontar que a própria noção de trajetória implica deslocamentos em um espaço sujeito a múltiplas transformações. Portanto, nas trajetórias não existe linha reta com tempos sucessivos nem predeterminados, senão

que os indivíduos ocupam simultaneamente diferentes posições constituindo um conjunto de itinerários. Nesse sentido, observamos que articular seus itinerários de vida é o “jeito” que Graciela encontrou para continuar em frente, e isso caracterizará inclusive suas formas de protesto. Como aponta Javier Auyero, seguindo as reflexões de MacAdam, as trajetórias sociais moldam os protestos assim como estes moldam as biografias das pessoas. (AUYERO, 2004: 260)

Contudo, no caso de Graciela, a via do protesto não foi sua primeira alternativa. Inicialmente, ela percorre a via do sistema. Assim, no dia seguinte à morte da filha, vai procurar o promotor de justiça, mas é tratada com descaso. Lembra:

“Entro preguntando por el fiscal y el tipo, como si el fiscal fuera el rey, me dice que el fiscal no estaba y que quién era yo. Y entonces le empiezo a decir: ‘Me mataron a mi hija’, ‘Bueno señora, siéntese allá y espereló’. [Ela]: ¿Cómo siéntese allá y espereló?, ¿Dónde está el fiscal?! [...] Y el tipo con una soberbia me decía eso y yo bueno, me puse loca, le dije que a mí me habían matado a mi hija. Le digo: ¿Cómo se ve que a vos no te mataron tu hija!” [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

Passaram-se três meses do falecimento da filha, trocaram o advogado e o processo judicial quase foi arquivado, “ahí ya me empezaron a golpear de todos lados, a decirme: Graciela hay que actuar, tenés que salir, y que fue lo que hice” (grifo nosso). A partir do incentivo de pessoas próximas começou a percorrer a via do protesto. Comenta que uma vizinha, participante da Corrente Classista Combativa (CCC), [4] ofereceu-lhe o apoio do movimento para fazer uma marcha. Confessa: “Para mí fue terrible, la primer marcha fue terrible, salí a hablar con todo el mundo”. A convocação foi divulgada, também, no jornal regional *La Auténtica Defensa*, solicitando a concentração das pessoas em frente ao Fórum de Campana, no dia 18 de dezembro de 2006, às 11h30min., sob a reivindicação “Justiça para Mariana Sánchez”.

Graciela não tinha participação política anterior, e esclarece que costumava dizer que de política não sabia nada, nunca tinha estado em uma marcha, e não sabia como fazê-la. O coordenador da CCC lhe disse que levaria um alto-falante e que ela iria falar [Fig. 1]. Mas, “Yo no sabía muy bien cómo encarar todo. Y bue-

Figura 1



Graciela dirige-se aos presentes durante passeata em Garín, realizada em 20 de abril de 2007.

Fonte: <http://elgarinense.blogspot.com/2007_04_22_archive.html>

4 - A Corrente Classista e Combativa (CCC) é uma organização político-sindical surgida em 1994, ligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). Seu surgimento está vinculado a um contexto marcado pelas difíceis condições de vida das classes operária e popular, assim como pelas lutas contra as políticas neoliberais implementadas na década de 1990.

no, alguien hizo una carta, las amigas de mi hija, que hasta el día de hoy me acompañan”. Assim, a partir de um evento que impacta na trajetória familiar e, principalmente, pelo fato de ver que o crime poderia ficar impune, começa a desenvolver um itinerário político.

Um aspecto fundamental para salientar é que, embora ela manifestasse que não sabia fazer uma marcha, porque nunca tinha participado de uma, sua ação não partia do zero, em virtude de que, na Argentina, a memória coletiva é povoada de imagens de mobilizações, principalmente, fornecidas pela mídia. As marchas das Mães e das Avós da Praça de Maio e outras organizações de direitos humanos assim como informaram ao “público sobre distintas formas de entender a opressão”, também forneceram e fornecem modelos de resistência e luta. (BERGMAN e SZURMUK, 2006: 256) Nesse último sentido, estabeleceram um dos paradigmas legitimados de atuação das mulheres no campo da política, a partir do uso social e político da maternidade.

Nesse sentido, também, cabe mencionar três mobilizações que, durante a década de 1990, canalizaram na forma de protestos a indignação popular e exigência de justiça para os crimes impunes, revelando novas formas de ação coletiva. Em oito de setembro de 1990, a jovem María Soledad Morales foi assassinada por filhos de funcionários do governo da Província de Catamarca. Sua morte despertou o pedido de justiça da comunidade, que iniciou as “Marchas do Silêncio”. Finalmente, os assassinos foram presos e uma coalizão opositora continuou ganhando as eleições, acabando com um caudilho regional. Segundo Bergman e Szurmuk (2006), a partir do caso de María Soledad, “outros casos de homicídios que envolvem mulheres jovens na Argentina têm produzido respostas coletivas entre os cidadãos que têm aprendido a ‘ler nas entrelinhas’ as versões oficiais dos fatos e a desafiar as mesmas instituições que supostamente os protegem”. (BERGMAN e SZURMUK, 2006: 268, grifos nossos)

Outro crime que ganhou visibilidade nacional foi o do jovem soldado Carrasco do Regimento de Zapala (Província de Neuquén), vítima da violência militar. Os superiores encobriram o crime e disseram a sua família que ele tinha desertado. Em seis de abril de 1994, seu cadáver foi encontrado dentro da área militar. As mobilizações reivindicando justiça influíram também, na eliminação do serviço militar obrigatório. Em 31 de janeiro de 1996, foram julgados e condenados pelo crime, um subtenente e dois soldados. O terceiro crime, que ainda motiva protestos, foi o de José Luis Cabezas, fotógrafo da revista *Noticias*, assassinado em 25 de janeiro de 1997. Na reconstrução dos fatos, o tribunal e o fiscal coincidiram em que Cabezas foi assassinado por seu empenho em fotografar o empresário Alfredo Yabrán, acusado de chefiar uma máfia vinculada ao poder.

Geralmente, essas mobilizações contra a impunidade tiveram como força impulsora as mulheres, que em seus diferentes papéis de mãe, esposa, amiga, familiar, vizinha criaram uma primeira rede de solidariedade e, uma vez na cena pública, estabeleceram articulações com outros movimentos e organizações e/ou procuram o apoio de representantes do governo. Nesse sentido, um dos aspectos que consideramos chave na primeira mobilização realizada por Graciela foi a solidariedade de gênero que se manifesta, inicialmente, na conversa entre vizinhas, e se abre em redes de solidariedade envolvendo amigas, colegas, familiares, moradores/as do bairro e participantes da CCC. Mais tarde, articula-se com reivindicações por justiça em nível nacional ao longo do engajamento de Graciela. (BOGADO, 2010: 243)

No texto “A morte de Chandra”, Ranajit Guha salienta a força de uma “solidariedade alternativa” entre as mulheres, marcada pela experiência de gênero e motivada pela empatia. (GUHA, 2003) Nesse sentido, uma participante da CCC, que acompanhou as mobilizações de Graciela, dizia: “Hay que entenderla a ella también, ¿sabés qué que te maten a un hijo?”. Essa afirmação reflete a solidariedade que nasce da empatia e, também, a legitimação da luta que possibilita torná-la pública. Se não surge essa solidariedade, é difícil pensar em mobilização e ação política. Contudo, Graciela comenta que, assim como muitas pessoas acompanharam-na em sua reivindicação por justiça, há amigas da filha que não, “Que no quisieron estar porque le tenían miedo a la policía”.

Segundo Enrique Rajchenberg (2002), o terrorismo de estado deixou marcas profundas na sociedade: desaparecimentos e assassinatos; saldo econômico pela abertura ao neoliberalismo, e um terceiro saldo concernente à história do mesmo processo ditatorial. Reflexo dos efeitos do terrorismo de estado é a paralisia da capacidade crítica da sociedade e da ação. (RAJCHENBERG, 2002: 75-76)

Graciela comenta que tinham lhe advertido que nas marchas haveria policiais infiltrados e que passaria a ser “vigiada” pela polícia. Ela vinculava esse tipo de ação a outro momento histórico, assim refletia: “vos decís pero eso es, no sé, de otra época”, referindo-se ao período da ditadura militar no país. Porém, não é apenas o medo, o controle e a opressão que nos remetem ao processo ditatorial, senão também as formas de resistência e luta que passam a ser utilizadas pela nossa entrevistada, como veremos no item a seguir.

“MI VIEJA SABE HACER DE TODO”

Neste item, vamos apontar as diferentes formas que Graciela utilizou para canalizar sua reivindicação e as articulações com os outros itinerários de sua trajetória pessoal. São intervenções no espaço público com o intuito que as pessoas conheçam o caso, o crime, a situação de injustiça e, posteriormente, como afirmou na entrevista, o sucesso da mobilização.

Em setembro de 2007, enquanto desenvolvíamos o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar um dos protestos liderados Graciela junto a participantes da Corrente Classista Combativa (CCC), no Fórum de Campana. O registro imagético que realizamos [Fig. 2] traz à tona as performances das organizações de direitos humanos como, por exemplo, quando ela mesma ou seus familiares portam fotografias de Mariana.

Graciela também se vale do escrache, forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização de direitos humanos H.I.J.O.S. (Filhos

Figura 2



Familiar de Mariana durante protesto no Fórum de Campana. Fotografia produzida pela pesquisadora, setembro de 2007.

pela Identidade, a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio). O escrache constitui uma ação simbólica, não violenta, de reivindicação por justiça e surge como forma de condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar. Contudo, seu uso se estendeu a outros alvos, como pessoas vinculadas a casos de corrupção, de autoritarismo policial e de tudo que seja considerado como atentado contra os direitos individuais e/ou coletivos. (CATELA, 2001: 360)

No caso de nossa entrevista, seu alvo principal era o promotor de justiça dr. Marcelo Pernisi, que considerava a morte da filha como suicídio. Como a ênfase do escrache está vinculada aos lugares de pertencimento, Graciela realizava os escraches no local de trabalho do promotor: o Fórum de Campana, onde está o processo da filha. [Fig. 3] Mas, também, lhe aconteceu de encontrar Gabriel Omar García na rua. Em uma dessas ocasiões:

“Le empecé a gritar asesino, ¿qué hiciste?, viste [...] Me decía, hasta lo desconocía de las cosas que me decía el tipo. Era una basura, era evidentemente una basura, le dije de todo. No sabés me salió el odio, lo corrí”. [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

Figura 3



Manifestantes durante protesto no Fórum de Campana. Fotografia produzida pela pesquisadora, em setembro de 2007.

Em outra oportunidade, gritou, insultou-o, mas, também começou a distribuir os folhetos que divulgavam o acontecido entre as pessoas que estavam próximas. Dessa forma sua ação foi adquirindo o perfil do escrache.

Há mais uma forma utilizada por Graciela para veicular sua reivindicação, que lembra as práticas das organizações de direitos humanos. Trata-se da “solicitada”, um tipo de texto de caráter “comercial” (pago e de particulares), que costuma aparecer em jornais para veicular informações, opiniões e até algum tipo de denúncia ou manifestação de caráter político. [Fig. 4] Cabe apontar que a publicação de solicitadas foi (e continua sendo, como pode ser apreciado na imagem a seguir) um recurso utilizado por familiares de pessoas desaparecidas no período da última ditadura militar.

Segundo Catela (2001), trata-se de “suportes da memória” que lembram mediante a imagem física a pessoa desaparecida ao mesmo tempo em que vei-

Figura 4



Exemplo de solicitadas publicadas no jornal Página 12.

culam uma denúncia e, também, constituem uma espécie de “ofenda” de culto à pessoa desaparecida. Essas publicações tinham a função de reatualizar a memória coletiva, projetando no tempo e no espaço, inscrições

através das quais o público poderia “perpetuar a lembrança dessa pessoa”. (CATELA, 2001:189)

Graciela é ciente desse efeito e, de fato, explicita que como o crime da filha ficou conhecido como “el caso de la chica del McDonald’s” foi dessa forma que publicaram as convocatórias e outras informações sobre o caso, “para que quedara grabado”. Por outro lado, sabe o quanto incomoda uma publicação desse tipo e até recebeu algumas advertências para ter cuidado com o que falava. Contudo, considera que é muito importante que as pessoas saibam que as mobilizações deram resultado. Assim, em uma das últimas solicitadas

“[...] decíamos cómo después de haber hecho todo lo que hicimos esa persona que era testigo se lo iba a indagar, ¿no? Y está acusado de homicidio [...] Y bueno que la gente supiera que todo lo que hicimos, hasta donde nosotros llegamos fue por algo y que era la verdad la que nosotros decíamos y la que ellos intentaban ocultar.” [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

As mobilizações de Graciela também incorporaram elementos do movimento piqueteiro, considerando que foi a Corrente Classista Combativa que

apoiou sua reivindicação por justiça. Na mobilização que acompanhamos no Fórum de Campana [Fig. 5], observamos o característico “piquete” (corte do trânsito). Durante a concentração, enquanto esperavam a chegada de outras organizações, dois grupos de jovens se alternavam tocando tambores e caixas [Figs. 6 e 7], as pessoas se juntavam em pequenas rodas de churrasco e conversavam, outras colavam os panfletos no chão,

Figura 5



À direita, Graciela pichando a rua durante protesto no Fórum de Campana. Fotografia produzida pela pesquisadora, em setembro de 2007.

Figura 6



Manifestantes durante protesto no Fórum de Campana. Fotografia produzida pela pesquisadora, em setembro de 2007.

Figura 7



Figura 8



Manifestantes colando panfletos na entrada do Fórum, frente ao olhar da polícia. Fotografia produzida pela pesquisadora, em setembro de 2007.

em postes, em placas etc., frente ao olhar de meia dúzia de agentes da polícia [Fig. 8] que “cuidavam” da entrada do Fórum, enquanto Graciela pichava nas ruas a palavra “justiça”.

Todas essas ações aconteciam simultaneamente, criando um espaço social, pois além de ocupar um território determinado, múltiplas interações aconteciam.

Assim que terminara de pintar as ruas, Graciela se colocou de frente aos manifestantes, os tambores pararam e ela começou a falar. Todos acompanharam seu discurso com atenção, respeito e sentimento. Precisamente, é a presença do discurso que nos permite caracterizar sua atuação como ação política (ARENDRT, 2007). Segundo a pensadora, devido à pluralidade humana, condição de toda vida política, ação e discurso são indispensáveis para que haja entendimento mútuo. Na ação e no discurso “os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano” (ARENDRT, 2007: 192). Separar a ação do discurso implica destituir a primeira de seu caráter de revelação e, portanto, de seu sujeito.

Sem discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (ARENDRT, 2002: 191)

Quando acabava o discurso, Graciela era aplaudida pelos manifestantes e alguns transeuntes que tinham se aproximado para ouvir. Em seguida, alguns jornalistas se aproximavam para entrevistá-la e, após disso, ela se retirava junto aos

manifestantes.

Outra forma que encontrou para veicular sua reivindicação reflete as articulações com outros itinerários de sua trajetória pessoal. Trata-se de intervenções no espaço público com o intuito de que as pessoas conheçam o caso, o crime, a situação de injustiça e, posteriormente, como afirmou, o sucesso da mobilização. Comenta que muitas vezes, entre uma marcha e outra, tinha a sensação de que nada acontecia, e sentiu a necessidade de “dejar un sello”. Assim, elaborou uns panfletos e começou a colá-los no Fórum, todas as noites, aproveitando os intervalos das aulas do Professorado: “Iba a clases, salía de una corrida y pegaba todo eso, y volvía a clases, viste. Y así creo que me sostuvo un poco eso también, ¿no?”. Esses panfletos espalharam-se pelos comércios do bairro e da cidade (e, alguns, ainda permanecem colados), viajaram em ônibus, ficaram nas mãos de transeuntes etc., tinham a dupla função de divulgar o caso da filha, com uma foto dela ou do namorado e o nome do promotor de justiça, e também de denunciar o crime impune.

Finalmente, gostaríamos de assinalar o processo de empoderamento que a narrativa de Graciela reflete. De acordo com a definição de Iorio (2002), o empoderamento é um processo em que pessoas ou grupos que possuem uma parcela pequena de poder e, portanto, vêem limitadas e/ou anuladas suas possibilidades de escolha, decisão e ação, adquirem parcelas maiores de poder que lhes permitem o exercício de uma cidadania mais plena. Cabe destacar que se trata de um processo não linear, com avanços e recuos, e é “moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história” (DEERE e LEÓN, 2002: 55).

Segundo explicou-nos, houve várias situações em que nossa entrevistada foi intimidada pela polícia e sentiu muito medo. No começo de sua mobilização representantes do Centro de Proteção à Vítima (CPV) aconselharam-lhe ter cuidado com sua segurança, e explicaram-lhe que seria vigiada, “¿Cómo me van a seguir?, decía yo, si yo no hice nada. ‘Ellos te van a seguir, te van a presionar, te van a querer asustar’. Y fue tal cual”.

[...] creo que cada cosa que me hizo dar miedo y por ahí no dormir en la noche, porque me he pasado noches, los primeros días no paraba de temblar del miedo. Así como tuve mucho miedo, después tuve mucho valor y dije: Hijos de mil puta, los voy a denunciar a donde vaya y en cada marcha que voy, doy el nombre del hijo de mil puta y empiezo por el fiscal.” [Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín]

Inicialmente, ela se sente sem poder, sente medo, mas a partir do protesto, começa a descobrir seu poder político (SCOTT, 1998), no sentido de que sua reivindicação mobiliza outras pessoas, consegue reuni-las e é capaz de encabeçar uma marcha. Percebe que a ação coletiva e pública confronta a subreptícia, “si él tiene tanto poder yo también puedo juntar mucha gente, ¿me entendés?”. Em todo esse processo, Graciela descobriu que “la justicia es la burocracia nada más, no la podés tocar y vos la tenés que llevar adelante”, sendo capaz de golpear portas, denunciar e “discutir si es necesario con el fiscal, acusarlo, porque ellos no son seres superiores a nosotros. Acusarlos, porque son delincuentes también, algunos”.

Enuncia, assim, sua crítica ao sistema, à forma com que opera a justiça, e as vicissitudes que enfrenta quem decide que um crime não deve ficar impune. Nes-

se sentido, salienta o assessoramento e apoio recebidos do CPV, frente ao descaso e à ineficiência judicial. Sua experiência de luta resultou no ensejo de criar alguma organização contra impunidade. Atualmente, Graciela espera o julgamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Graciela permite caracterizar um tipo mobilização que faz parte do atual cenário do protesto na Argentina e, também, dar visibilidade à participação política das mulheres, suas formas de organização e luta, muitas vezes invisibilizadas. Por um lado, é possível identificar certa continuidade com as formas de protestos de organizações de direitos humanos e a própria influência do movimento piqueteiro, particularmente com a CCC da Zona Norte, organização que apóia suas mobilizações. Mas, também, sobressai a recriação de outras formas de veicular sua reivindicação por justiça, como o uso da solicitada e o panfleto. Sua atuação política conjuga a via do sistema e a via do protesto, e revela que há múltiplas formas e espaços “potencialmente” disponíveis para a ação política.

O trabalho com a metodologia da História Oral possibilitou reconstruir sua trajetória, refletindo não apenas o passado e situação atual, senão também a projeção em relação ao futuro, assim como a dialética dos itinerários de vida familiar, profissional e político.

Além do medo e dos ressaibos que ficaram do terrorismo de estado, uma comunidade foi mobilizada. Consideramos que, não apenas, pela capacidade de convocação que pode ter uma mãe que exige justiça, senão também porque as pessoas consideraram que se tratava de uma reivindicação justa. Foi esse apoio que tornou possível a luta de Graciela e que lhe deu legitimidade e visibilidade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BATTAGLIOLA, Françoise; BERTAUX-WIAME, Isabelle; FERRAND, Michelle; IMBERT, Françoise. *Dire sa Vie: Entre Travail et Famille. La Construction Sociale des Trajectoires*. Paris: CSU, 1991.
- AUYERO, Javier. *Vidas Beligerantes. Dos Mujeres Argentinas, Dos Protestas y la Búsqueda de Reconocimiento*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- BERGMAN, Marcelo; SZURMUK, Mónica. *Memoria, Cuerpo y Silencio: El caso “María Soledad” y la Demanda de Ciudadanía en la Argentina de los Noventa*. Acta Poética 27 (2), otoño, 2006. Disponível em: <<http://132.248.101.214/html-docs/acta-poetica/27-2/bermszur.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.
- AUTORA. Tecendo a política. “Itinerários de participação política de mulheres em movimentos contemporâneos na Argentina”. 2010. Tesis (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3186>. Acesso em: 25 set. 2012.
- CALDEIRA, Teresa P. D. R. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/ Edusp, 2000.
- CARUSO, Liliana. *Dolor Sobre el Dolor: Hay 1.415 Crímenes que Aún Siguen*

- Impunes*. Clarín, 28 jun. 2009. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2009/06/28/policiales/g-01947901.htm>>. Acesso em: 25 set. 2012.
- CATELA, Ludmila. *Situação-limite e Memória: A Reconstrução do Mundo dos Familiares de Desaparecido da Argentina*. São Paulo: HUCITEC e ANPOCS, 2001.
- CLARIN. Investigarán a un ex policía por la muerte de su novia. 16 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2008/02/16/policiales/g-06301.htm>>. Acesso em: 25 set. 2012.
- DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher. Direitos à Terra e Direitos de Propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002.
- GUHA, Ranajit. La muerte de Chandra. Sobre excesos y exabruptos, N°12, Ano 2, Jul. 2003. Disponível em: <<http://www.vivilibros.com/excesos/12-a-04.htm>>. Acesso em 25 set. 2012.
- IORIO, Cecília. “Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos”. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002, p.21-44.
- RAJCHENBERG, Enrique. La rebelión de la memoria. Entrevista con Mauricio Fernández Pícolo. Chiapas, México D.F., N°13, 2002, p.75-86.
- SECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS. Programa Nacional de Lucha contra La Impunidad. Disponível em: <<http://www.derhuman.jus.gov.ar/pronalci.html>>. Acesso em 25 de set. 2012.
- SCOTT, Joan. *A Invisibilidade da Experiência*. Projeto História, São Paulo, N° 16, fev. 1998, p. 297-325.

Comunidade quilombola no sul brasileiro: identidade, memória e sustentabilidade no Vale do Ribeira

The Quilombola Community in southern of Brazil:
identity, memory and sustainability of Vale do Ribeira

JURANDIR DE SOUZA

Antropólogo vinculado ao Museu Paranaense/SEEC-Pr, doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná.

jurandir@ufpr.br.br

Resumo:

O presente artigo pretende estabelecer uma reflexão acerca das comunidades quilombolas localizadas no estado do Paraná, em especial a comunidade do João Surá. O processo percorrido nos últimos anos da invisibilidade histórica à emancipação política, contribuiu para o lançamento das bases que vão proporcionar aos comunitários a reconstrução da sua identidade cultural. Mesmo que submetido aos pressupostos da sociedade hegemônica, estes atores sociais irão reforçar as suas práticas sociais como preservação da memória como resistência.

Palavras-chave: Identidade; Memória; Sustentabilidade

Abstract:

This article seeks to establish a reflection on the maroon communities located in the state of Paraná, in particular the community of John Sura. The process covered in the last years of historical invisibility political emancipation, helped to launch the grassroots community that will provide the reconstruction of their cultural identity. Even if subjected to the assumptions of the hegemonic society, these social actors will enhance their social practices as preserving the memory as resistance.

Keywords: Identity; Memory; Sustainability

A análise sociológica a respeito de uma realidade depende de fórmulas interpretativas de uma explicação racional e empírica, e assim, pode assegurar a compreensão das relações sociais protagonizadas por grupos específicos (QUINTANEIRO, 2003).

Desta forma, as teorias sociais, mais do que esclarecer o fundamento das ações implementadas pelos indivíduos, ainda nos permite estabelecer métodos analíticos norteadores de como as comunidades tradicionais pensam a si e o mundo a sua volta.

Para Boaventura de Sousa Santos (2007), como é impossível criar uma teoria geral que dê conta da diversidade do mundo, ao menos nesse momento, é necessário buscar processos de “tradução” entre diferentes sistemas culturais que busquem a construção de outro mundo possível. Para tanto, devemos entender e conciliar as diferentes lutas dos oprimidos, no qual se inscreve as ações sociais com recorte étnico.

Assim, podemos destacar as ações encampadas pela comunidade remanescente de quilombo do João Surá. A comunidade está localizada a sessenta quilômetros da sede do município de Adrianópolis, região do Alto Vale do Rio Ribeira do Iguape, na fronteira entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, nas áreas compreendidas pela confluência do rio Ribeira com o rio Pardo e os limites do atual Parque Estadual das Lauráceas.**[1]**

A comunidade foi formada há mais de duzentos anos no contexto de fugas da escravidão durante a atividade mineradora colonial no Alto do rio Ribeira. É composta por descendentes de negras e de negros que, não aceitando a escravidão, fugiram da mina de ouro que existia em Apiaí (município localizado ao sul do estado SP) e estabeleceram vínculos de amizade com os índios que moravam nas proximidades do local onde atualmente estão as famílias negras.

Nos relatos colhidos na comunidade, entre os anos 2005 e 2010 **[2]**, consta a fuga de um homem escravizado em uma das minas de ouro do Estado de São Paulo. Esse homem que se fingiu de morto fugiu para o local que era uma região composta por mata fechada com muito palmito, madeira de cerne e outras variedades. Ele começou a dar apoio às outras pessoas que chegaram também em busca de liberdade com seus diversificados conhecimentos e técnicas africanas. A comunidade é praticamente composta por parentes próximos, o que ressalta uma identidade familiar estreita, facilitando o contato e o respeito aos costumes dos (as) ancestrais. Seus membros evidenciam a singularidade característica deste segmento, ou seja, vivenciam o paradoxo entre resistir às modificações vindas do exterior e a necessidade da adequação no mundo moderno.

Tal comunidade é parte de uma região reconhecida pelo nome de Vale do Ribeira. Este localizado no sul do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Sua área de 2.830.666 hectares abriga uma população de 481.224 habitantes **[3]** e inclui integralmente a área de 31 municípios (9 paranaenses e 22 paulistas). A região destaca-se ainda, pelo alto grau de preservação de suas matas e por grande diversidade ecológica. Seus mais de 2,1 milhões de hectares de florestas equivalem a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil, transformando-a na maior área contínua desse importante ecossistema em todo o País. Nesse conjunto de áreas preservadas são encontradas não apenas florestas, mas importantes remanescentes de restingas (são 150 mil hectares) e de manguezais (17 mil hectares).

1 - As referências geográficas são: rio Pardo, ribeirão João Surá, Guaracuí, Forquilha, Poço Grande, Córrego Fundo ou Córrego da Porca, morro do Cachorro e morro do Juca da Mata.

2 - Informações do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM), ligado a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Estado do Paraná, SEAE/Pr.

3 - Dados de acordo com o IBGE 2000.

Diante do exposto, entendemos que nas sociedades modernas, nas quais se inclui o Brasil, têm-se criado movimentos sociais nos quais está em jogo a recuperação da auto-estima. Esta ocorrência tem trilhado caminhos que, algumas vezes, independem da delimitação de fronteiras, marcas e traços previamente definidos. Outras vezes, no entanto, é justamente a partir de limites, oposição, contrastes que se pode pensar numa re-inserção social via demarcação de fronteiras e ênfase na diferença.

As comunidades quilombolas do Brasil [4], assim como as demais comunidades tradicionais, por lutas e direitos, têm investido nas últimas décadas, no reconhecimento de suas identidades étnicas e coletivas através de encontros, seminários, cartografias sociais, atos públicos, dispositivos jurídicos entre outros, como estratégias de visibilidade social de seus direitos territoriais, promovendo a discussão do que Boaventura Sousa Santos (2002), definiu como a “Sociologia das Ausências”, ou seja, na possibilidade de criticar a idéia de considerar o mundo ocidental como a única matriz na compreensão da realidade e das práticas sociais. Segundo o autor, para combater o desperdício da experiência social não basta propor outro tipo de ciência social, mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade, sem uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. (SOUSA SANTOS, 2002).

Por outro lado, mesmo que as categorias utilizadas e os mecanismos políticos reivindicatórios estejam, de certa forma, mediados pela sociedade hegemônica, é válido salientar, que tais intervenções possuem uma perspectiva diferenciada, porque mantém um perfil indissociável como grupo excluído. Portanto, sublinhamos que a principal característica sociocultural das comunidades quilombolas em geral, entre as quais se inscreve a comunidade do João Surá, além da sua invisibilidade social, rodeada pelo estigma de um passado de atraso, é o de um presente de pobreza e conseqüentemente de abandono e preconceito. Partindo deste ponto de vista, podemos considerar que as sociedades tradicionais, em grande medida, estão submetidas as condições determinadas pela sociedade hegemônica convencional fundamentada na Razão Indolente. Tal consistência ajuda desenvolver um aparato muito significativo, seguindo um plano de produção da não-existência, o que de certa forma, determinará as características da sociologia das ausências, que obedecerá as seguintes lógicas:

- a) Monocultura do saber/rigor do saber;
- b) Monocultura do tempo linear;
- c) Lógica da classificação social, isto é, a naturalização das diferenças;
- d) Lógica da escala dominante;
- e) Lógica produtivista, com a aceitação de que o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável.

Tal mecanismo contribui para ocultar os pressupostos designados pelas sociedades tradicionais, e aponta para a dificuldade com que tais sociedades devem superar, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos seus saberes e das suas singularidades.

Para Sousa Santos (2002), a luta pela credibilidade torna possível que a sociologia das ausências seja quebrada, permitindo alcançar o que ele chama de:

4 - Segundo Ilka Boaventura Leite, 2000, o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

-Ecologia dos saberes: identifica outros critérios de saberes, dão credibilidade a contextos e práticas sociais declarados não existentes.

-Ecologia das temporalidades: o tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da adoção da modernidade ocidental partindo da atividade do camponês, do africano, ou asiático entregue a sua temporalidade própria, isto é, deixa de ser residual.

-Ecologia dos reconhecimentos: nova articulação entre princípio da igualdade e o princípio da diferença, abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais, ecologia da diferença, feita de reconhecimento recíproco.

-Ecologia das transescalas: desglobalizar o local, relativamente à globalização hegemônica, trata-se de uma reglobalização, ampliando a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado.

-Ecologia da produtividade: consiste na recuperação, valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc.

Para Max Weber (1979), as Ciências Sociais visam a compreensão de eventos culturais enquanto singularidades. O alvo é, portanto, captar a especificidade dos fenômenos estudados e seus significados. Mas sendo a realidade cultural infinita, uma investigação exaustiva, que considerasse todas as circunstâncias ou variáveis envolvidas num determinado acontecimento, torna-se uma pretensão inatingível.

Assim, vale ressaltar que há menos de cinco anos as famílias intituladas quilombolas [5], desconheciam sua inserção no mundo contemporâneo, ignoravam sua posição geográfica, e não sabiam quantos e quais eram os conflitos a que estavam submetidas, além de quais as necessidades primordiais a que estão sujeitos.

O processo de produção da invisibilidade social tem suas raízes ancoradas nas atividades econômicas centradas nos diversos ciclos, iniciadas ainda no século XVII (mineração, gado, erva-mate, madeira), que conduziram a um modelo concentrador de terras para aqueles detentores de capital econômico e social. Assim, as comunidades Quilombolas, foram expulsas, eliminadas ou imobilizadas na sua força de trabalho.

Todos estes processos resultaram em pressões contra estas comunidades que as induziram à negação de sua própria existência social e cultural, em benefício de empreendimentos econômicos, produtivos e ambientais de grande impacto social.

Assim temos: usinas hidrelétricas e mineradoras, grilagens de terras em áreas de apossamento, expansão do agronegócio, empreendimentos de lazer como chácaras, implantação de Unidades de Conservação e outros, além das condições de fragilidade ambiental, geomorfológicas e de dificuldade de acesso na maioria destas áreas, que contribuíram para obliterar as condições de reprodução física, social e cultural das comunidades.

Privados de sua territorialidade, e, assim alienados do seu modo de vida e produção, as comunidades quilombolas ainda têm buscado o caminho das periferias das grandes cidades e lá, sem educação formal e ou qualificação para qualquer trabalho, a elas lhes restam o subemprego e a miséria.

O Programa Brasil Quilombola, que desde 2004 faz parte do Plano Plurianual (PPA), vem priorizando ações, destinando recursos e definindo metas para transpor as barreiras que separam as comunidades quilombolas do pleno exercício dos direitos de cidadania, garantia constitucional para todos os brasileiros e

5 - O sociólogo Clovis Moura (1987) demonstra que os aspectos legais que normatizam e orientam os direitos dos descendentes de africanos no Brasil, ressemantizadas na expressão "Quilombo" a partir da Constituição de 1988, abrange, os grupos autoreconhecidos por "Terras de Preto", Comunidades Negras Tradicionais, Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou, propriamente, "Comunidades Quilombolas".

brasileiras.

Em 2005 no Paraná, na perspectiva de encontrar, identificar, mapear, e levantar as dificuldades das comunidades existentes, foi instituído o Grupo de Trabalho Clóvis Moura que teve o mérito de proporcionar além do conhecimento desta realidade, a possibilidade da garantia de um espaço para o exercício da plena cidadania para as comunidades mapeadas. Da invisibilidade, as comunidades quilombolas passam a buscar representatividade em espaços de decisão de políticas públicas tais como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar, nos Conselhos Gestores dos Fóruns Territoriais nos Territórios da Cidadania, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais e nos Conselhos Municipais de Saúde, na busca de políticas para o atendimento das suas necessidades fundamentais.

Parcerias são institucionalizadas com órgãos do Governo Federal como o Incra, Eletrosul, Conab, com órgãos do Governo do Estado como a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do ITCG, Secretaria da Agricultura e Abastecimento através do Instituto Emater, Secretaria da Educação, Copel e Sanepar, prefeituras municipais, Ministério Público do Paraná, Polícia Militar do Estado, mas principalmente com entidades da sociedade civil organizada que passam a perceber a dimensão da luta quilombola. Aqui se destaca a Rede de Mulheres Negras que possibilitou em 2007, no I Seminário Paranaense de Saúde e Saneamento para Comunidades Quilombolas, financiado pela Funasa, a primeira discussão sobre a necessidade de organizar as comunidades em Associação ou Federação e neste Encontro se formaliza a primeira comissão de criação da Federação de Comunidades Quilombolas.

A partir deste momento se inicia o processo de formação das associações nas comunidades ainda não organizadas, com a formulação de seus estatutos e os devidos registros em cartórios de títulos documentos, abrindo assim a possibilidade das comunidades participarem legalmente dos programas e projetos de seus interesses como os Programas de Aquisição de Alimentos – PAA, participação em editais para Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, Projetos de Resgate de Tradições Culturais e outros.

Atualmente, as comunidades certificadas ou em processo de certificação já possuem suas entidades representativas devidamente legalizadas [6]. Neste processo de construção de cidadania as comunidades quilombolas localizadas no Vale do Ribeira, dando um exemplo de preocupação com a união de esforços e de trabalho conjunto, organiza o Comitê de Associações de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira – Coaquivale, localizadas nos municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Doutor Ulysses. É neste processo de formação das associações por comunidades, com amplo apoio do Grupo de Trabalho Clóvis Moura e Eletrosul, na participação das lideranças nos encontros e debates promovidos pelas diferentes esferas do poder público que vai se cristalizando a proposta de criação da Federação de Comunidades. Em julho de 2009, em Faxinal do Céu, no Município de Pinhão, no Encontro sobre Educação Quilombola e Políticas Públicas para Comunidades Remanescentes de Quilombolas, as comunidades presentes aprovam o estatuto da Fecoqui – Federação de Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná.

O que se destaca deste processo é a rápida evolução destas comunidades que antes alijados de qualquer política pública, alienados de seu modo tradicional de vida e de produção, dissociados de sua identidade cultural, passam a se

6 - vale lembrar que as certidões são emitidas pela Fundação Cultural Palmares, e como aspecto fundamental é necessário o autoreconhecimento da comunidade.

perceber como cidadãos de direitos. Apesar de todas as dificuldades, dos grandes obstáculos nessa caminhada em busca do direito aos territórios e do exercício da plena cidadania, muitos são os avanços. Políticas de habitação, de Assistência Técnica no meio rural, de saúde diferenciada de uma educação quilombola, estão sendo construídas a partir do conhecimento das especificidades e da diversidade sociocultural na perspectiva de sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política. E esta construção só se fará com a participação das comunidades. E elas entenderam, em curto espaço de tempo, a importância das suas organizações.

Por mais incipientes e localizadas que tais ações representem, é possível reconhecer a grandeza do capital social e cultural, (BOURDIEU,1970), reunido durante este período nas comunidades remanescentes de quilombos. Além disso, podemos considerar que o seu habitus e práticas desenvolvidas por estas comunidades, também constituem um mecanismo de relevante compreensão teórica. [7]

Para Bourdieu,1972, as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzindo um habitus, ou seja, sistemas de disposições duráveis, funcionando como princípio gerador de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas para um fim particular.

As práticas que o habitus produz são determinadas pela antecipação implícitas de suas conseqüências, isto é, tudo se passa como se as ações se organizassem em relação às reações que aquelas exigem. O habitus está no princípio do encadeamento das ações que são objetivamente organizadas como estratégicas.

Da mesma forma, as práticas podem encontrar-se ajustadas às chances objetivas, onde as disposições inculcadas pelas condições objetivas, criam aspirações compatíveis com as condições, exigências e acontecimentos mais prováveis.

Assim, "...esta probabilidade que exclui a dúvida e cria uma certeza, que outras vezes só aparece como um clarão vacilante, é o que chamamos de probabilidade filosófica porque ela se refere ao exercício dessa faculdade superior pela qual nós nos damos conta da ordem e da razão das coisas. O sentimento confuso de semelhantes probabilidades existe em todos os homens razoáveis, ele determina, então, ou ao menos justifica, as crenças inabaláveis que chamamos de senso comum"(BOURDIEU,1972, apud COURNOT,1922: 63).

Portanto, se o habitus pode funcionar enquanto operador que efetua a produção da prática, é porque a história produz a si mesma, ao incorporar as estruturas objetivas como natureza que são os próprios habitus. Em outras palavras, "... em cada um de nós, em proporções variáveis, há o homem de ontem; é o mesmo homem de ontem que, pela força das coisas, está predominante em nós, posto que o presente não é senão pouca coisa comparado a esse longo passado no curso do qual nos formamos e de onde resultamos."(Idem: 66).

Tal exposição nos aponta que as práticas sociais fundamentadas na construção e na permanência do habitus, assim como, na percepção holística homem-sociedade, ajuda na compreensão de que entre as comunidades quilombolas, o uso e atribuição das suas ações racionais seguem um caminho passando, necessariamente, pelo compartilhamento e consentimento do grupo.

Esta percepção contribui para o fortalecimento de uma onda poderosa de identidade coletiva que desafia a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e autocontrole individual preconizado por Manuel Castells. Segundo o autor, do ponto de vista sociológico, "toda e qualquer identidade

7 - muitos elementos subjetivos e explicativos estão contidos nas falas dos mais velhos, neles consiste a preservação da memória do grupo.

é construída” (CASTELLS,1999: 23). Esta construção vale-se de matéria prima fornecida por diversas fontes, porém todo este material é processado pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais que, embora enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço, adquirem funcionalidade política objetivando interesses contemporâneos. Em linhas gerais quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, é em grande medida, o conteúdo simbólico dessa identidade, bem como o seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Para o autor é possível distinguir três formas e origens de construção de identidade:

- Identidade Legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria da autoridade e dominação, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo;

- Identidade de Resistência: criada por atores que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

- Identidade como Projeto: quando os atores sociais utilizam-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e ao fazê-lo buscam a transformação de toda a estrutura social.

A discussão nos movimentos sociais e na política, como resultantes da interação entre a globalização induzida pela tecnologia, o poder da identidade e as instituições do Estado faz uma lúcida análise dessa sociedade conectada pela convergência de telecomunicações, computadores e redes. Enfatiza que devemos compreender a nossa contraditória pluralidade, por ser o multiculturalismo o fator transformador da globalização tecnoeconômica.

E finaliza, (...) Não existem movimentos sociais, bons ou maus, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação... (CASTELLS, 2000: 20).

O obscurecimento político destes grupos sociais no Paraná explica, de certa forma, a incipiência dos levantamentos sobre a fauna e flora nessas comunidades. Segundo Claudemira Lopes (2010), há tempos as sociedades desta natureza utilizam os recursos naturais para preservar a memória material do grupo [8]. Estes reconhecem o poder medicinal de muitas plantas, evidenciam a ancestralidade africana presente nesse etnoconhecimento demonstram a importância da preservação da Floresta Atlântica tanto por sua vocação natural, quanto para a perpetuação do conhecimento e manejo das espécies desse bioma.

Toda e qualquer sociedade humana acumula um acervo de informações sobre o meio onde vive, que lhe possibilita interagir e retirar desse meio o necessário para sua sobrevivência. Nesse estoque de informações está o conhecimento que diz respeito ao mundo vegetal, o conhecimento etnobotânico (AMOROZO, 1996). No que se refere às comunidades quilombolas, esse acúmulo de conhecimentos possibilitou que resistissem até a contemporaneidade, apesar de terem sido desprovidas de qualquer tipo de política pública, inclusive as de saúde.

Não obstante, as comunidades quilombolas serem constituídas por pessoas oriundas de diversas etnias, o elemento negro lhe é preponderante. Culturalmen-

8 - ela pesquisou os usos que os quilombolas do Vale do Ribeira, em especial a comunidade do Varzeão, localizada no município de Dr. Ulysses-Pr, fazem de sua flora local a partir da razão prática.

te, a relação homem/vegetal é de suma importância para o negro (BARROS, 1993). Ou seja, o indivíduo estabelece com os vegetais e animais, uma relação indissolúvel, que diz respeito à sua própria existência material, pois, a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, é o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe e outros (HAMPATÉ BÂ, 2003).

Neste sentido, o uso de plantas como “remédios” em comunidades quilombolas precisa ser compreendido a partir de um contexto social e ecológico, levando-se em consideração os fatores culturais preservados na memória e nas etiologias das doenças para além do ambiente físico.

A mata nativa das regiões quilombolas permanece praticamente intacta, a agricultura é de subsistência e a pesca, feita em canoas e redes produzidas à mão. Toda produção obedece a rituais seculares. É raro existir nestas comunidades práticas que não sejam, relativamente, sustentáveis. A preservação ambiental é a vocação natural do Vale do Ribeira e é a razão pela qual sociedades tradicionais dali convivem secularmente ao meio natural. Por isso, vários setores da sociedade vêm apostando em projetos de desenvolvimento sustentável na região.

Em contrapartida, propostas desenvolvimentistas são cada vez mais comuns, o que tem provocado um certo desequilíbrio nas relações entre os comunitários, sobretudo, nas ações que estes devem estabelecer como prioridades coletivas. O princípio de seleção dos fenômenos culturais infinitamente diversos é subjetivo, portanto, apenas o ponto de vista humano é capaz de conferir-lhes sentido, assim, proceder à imputação de causas concretas e adequadas consiste na melhor forma de reconhecer a importância das práticas culturais como elementos alternativos.

Por isso, os quilombolas renovam sua tradição como mecanismo de resistência, sobretudo, a partir dos novos movimentos sociais (GOHN, 1997), em que resistir à degradação do meio ambiente e à destruição da natureza, consiste na preservação da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Uso Comum e Conflito*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- _____. “Comunidades tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente. <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2862>, acessado em 13/10/10.
- AMOROZO, M. C. de M. “A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais”. In: DI STASI, L.C (Org.). *Plantas Mediciniais: Arte e Ciência. Um Guia de Estudo Interdisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- BARROS, J.F.P de. *O Segredo das Folhas: Sistema de Classificação de Vegetais no Candomblé Jêje-Nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/UERJ, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para Uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa, 1970.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Oxford: Blackwell, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. SP: Loyola, 1997.
- HAMPATÉ BÂ, A. Amkoullel. *O Menino Fula*. São Paulo: Palas Athena: Casas das Africas, 2003.
- LEITE, Ilka B. “Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. s/d.

- www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm, acessado em 28/02/2008.
- LOPES, Claudemira.V.G. “O conhecimento etnobotânico da comunidade quilombola do Varzeão, Dr Ulysses (PR): no contexto do desenvolvimento rural sustentável”. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências), Departamento de Produção Vegetal, Setor de Ciências Agronômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Série Terra e Cidadania, ITCG-Pr Curitiba, 2008.
- SOUSA SANTOS. Boaventura de. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Afrontamento, 2000.
- QUINTANEIRO. Tânia. (et al). *Um Toque de Clássicos*. EDUFMG: Belo Horizonte. 2003.
- WEBER, Max. “A ciência como vocação”. In: GERTH, Hans; MILLS, Wrigth. Max Weber. *Ensaíos de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. RJ:Zahar,1979.

Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco

Memories of childhood and youth among return
migrants from São Paulo to Pernambuco

SANDRA ROBERTA ALVES SILVA

Mestre em Ciências Sociais pela UFCG (Universidade Federal de Campina Grande - PB)
e professora do Cesac (Centro de Ensino Superior de Santa Cruz do Capibaribe - PE)
sandra_roberta@yahoo.com.br

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

Pós-doutora em Sociologia, professora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e
do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFCG/PB) e pesquisadora do CNPq
menezesmarilda@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca compreender as memórias sobre a infância, juventude, experiência de migração, de migrantes do distrito de Pão de Açúcar, localizado no município de Taquaritinga do Norte - PE, que chegaram a São Paulo nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 1980 houve forte “migração de retorno” decorrente das dificuldades enfrentadas na cidade de São Paulo. Ao retornarem, engajaram-se na atividade de confecções de roupas. A região passou a ser conhecida como “Pólo de Confecções do Agreste” devido a sua importância socioeconômica.

Palavras-chave: Jovens; Memória; Migração

Abstract:

This article seeks to understand the memories on the childhood, youth, experience of migration, migrants of the district of Pão de Açúcar, located in the municipality of Taquaritinga do Norte - PE, who migrated to São Paulo in the 1960s and 1970s. In the 1980s there was a strong “return migration” arising from the difficulties faced in the city of São Paulo. When returning engaged in the production of clothing. The region came to be known as “Polo de Confecções do Agreste” due to their socio-economic importance.

Keywords: Youth; Memory; Migration

Já vou mãe
Mãe eu vou-me embora a hora chegou
Deixo a senhora aqui
Vou contra meu gosto
Mas eu vou
Um dia eu volto
Para lhe buscar
Vou lhe fazer um pedido
Lembrando de mim não precisa chorar
Vou partir mas lembrarei
De escrever uma cartinha pois não vou guentiar
Ficar tanto tempo sem pode lhe falar
Que seja ao menos por carta
Mas com a senhora eu vou conversar... (Luiz Gonzaga)

1 - HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo. Editora Vértice, 2006.

Para tratar do tema da memória nos apoiamos em Halbwachs (2006)^[1] que compreende a memória individual como sendo relacionada com os grupos e instituições nas quais o indivíduo se inclui, tais como a família, a classe social, a escola, a igreja ou o trabalho. Assim, a memória “individual” sempre está relacionada à memória do grupo, nos termos definidos por Halbwachs, pelos “quadros sociais”. Ainda segundo o mesmo, com relação à temporalidade, a lembrança individual não é preservada no passado, nem mantida no inconsciente de forma autônoma e inteira, mas é um trabalho de ressignificação do passado a partir do presente. O “lembrar” é um ato de reconstrução do que foi vivido no passado utilizando elementos do hoje, tais como imagens e ideias. Dessa forma, a imagem que um indivíduo tem da infância é influenciada pelo processo de mudança intelectual e perceptiva durante sua trajetória de vida.

Com o propósito de compreender as experiências vivenciadas pelos migrantes no que se refere à infância, juventude, processo migratório, trabalho, família e sociabilidades, utilizaremos fragmentos da memória.

O PROCESSO MIGRATÓRIO: DÉCADAS DE 1960 A 1970

A partir de 1930 – marco da industrialização – intensificam-se as migrações internas, principalmente em direção a São Paulo, centro do processo de desenvolvimento econômico. Inicialmente, o Estado teve papel preponderante no agenciamento de migrantes, através da construção de estradas, concessão de passagens, assistência na chegada, formas de acesso à terra ou emprego etc. Posteriormente, são os próprios migrantes e suas redes sociais que constituirão os mecanismos de apoio nas diversas fases do processo migratório: viagem, chegada, emprego, moradia, escola para as crianças etc.

O fluxo migratório de áreas rurais para as cidades se intensifica nas décadas de 1940 e 1950 (LOPES, 1971; 1976; SINGER, 1976) e os migrantes, mesmo que tivessem a intenção de retornar às suas localidades de origem, tendiam a se fixar na cidade pois havia oportunidades de trabalho. Além disso, existia a possibilidade de adquirir uma profissão, ou como diria A. Garcia (1989) de se processar uma reconversão da força de trabalho para outras atividades, pois se tratava do período de formação da classe operária brasileira. Os migrantes nordestinos representavam este período na expressão eloquente como “São Paulo era bom”, o que significava que, mesmo chegando a São Paulo sem uma capacitação profissional, tinham a possibilidade de mobilidade ocupacional inclusive na própria empresa. (MENEZES, 1985)

Com a crescente esperança de ascensão profissional, devido às inúmeras oportunidades de emprego mediante o desenvolvimento industrial naquela época, havendo assim “uma possibilidade real de acumulação de recursos”. (MENEZES, 2004: 120) A migração constitui-se como uma estratégia importante para as famílias camponesas, não se resumindo a regiões mais ou menos favorecidas, onde o sujeito é apenas um ser passivo diante de um processo determinado pela estrutura social ou acumulação capitalista, mas se coloca como uma nova estratégia e oportunidade de melhorar as suas condições de vida.

Ao compreender que os migrantes – homens e mulheres – são sujeitos ativos nos processos migratórios, buscamos nesse artigo através de suas narrativas analisar as trajetórias migratórias de famílias camponesas e a sua busca pela melhoria das condições de vida. A partir de fragmentos da memória, homens e mulheres narram sobre suas experiências de infância, juventude, processo migratório, trabalho, família e sociabilidades.

A sra. Inácia [2] nasceu em Pão de Açúcar, sua mãe lavava roupa para particulares e seu pai era agricultor. Além de plantar e colher para subsistência, também trabalhavam para terceiros fazendo carvão e cortando madeira. Relata que seus irmãos também ajudavam na agricultura, mas a renda familiar era insuficiente e, por mais que tivesse disposição para o trabalho, não havia muita oportunidade de emprego. Vivendo uma difícil experiência e pensando em uma vida melhor para ela e toda família, aos 17 anos de idade decide ir para São Paulo.

2 - Inácia foi pra São Paulo em 1967, retornando por volta em 1983.

[...] Pão de Açúcar não tinha emprego, o emprego naquela época era agricultura, era apanhar algodão, feijão, fava, apanhar café no brejo, que a gente foi muito apanhar café no brejo né, lavava roupa de ganho, passava ferro. Não tinha emprego, os emprego era assim, era no pesado, muito sofrimento [...] Era um povo muito trabalhador né, só que os emprego era limitado, era muito pouco. Até as despesa, até a bóia de comer tinha que ser limitado, não tinha o suficiente pra você comer, pra encher a barriga, era pra comer tudo um pouquinho, que era pra dar pra todo mundo, que era muita gente e pouco alimento [...] Aí pensando numa vida melhor resolvi ir pra São Paulo, porque a vida aqui era muito dura e foi isso que me levou pra São Paulo, pra ver se melhorava de vida[...] [Inácia, 57 anos. Migrante na década de 60][3]

Diante da falta de perspectiva de vida e de sobrevivência, os jovens são obrigados a se aventurar por um mundo que, para eles, sempre foi representado pelo “o quê se ouvia dizer” do que era a vida na cidade grande. Na dificuldade de desenvolver a agricultura na região e o sonho de arranjar uma profissão, colocaram-se a caminho, cheios de esperança, e seguiram na incerteza rumo ao desconhecido, idealizando sonhos e contrapondo seus ideais ao que de fato viria a ser real. Realidade esta encontrada por Silva (2006) em sua dissertação, quando fala sobre migrações e identidades da juventude rural, relatando os sonhos e as dificuldades encontradas na cidade de origem até chegar à decisão de migrar para a zona canavieira de São Paulo:

A migração aparece-lhe sempre como uma das saídas, uma opção sempre possível de ser concretizada e, portanto, como

3 - As narrativas que seguem ao longo do texto passaram por um processo transcrição, pois assim como (MEIHY, 2009: 147) compreendemos que o “texto produzido por entrevistas de história oral é passível de tratamento literário”, ou seja, a transcrição implica em uma ação criativa e reordenação dos fatores dados na entrevista, não admitindo a invenção de situações mas clareza na exposição.

depositária de seus sonhos e esperanças. Neste sentido migrar é apostar no futuro, é resistir ativamente às forças do presente. (SILVA, 2006: 106)

4 - Otávio foi e voltou para São Paulo duas vezes. Em 1976 retornando em 1981, indo pela segunda vez em 1986 e voltando em 1991 para morar em Pão de Açúcar até a presente data.

O sr. Otávio[4], filho de agricultor, migrou pela primeira vez aos 16 anos. Assim como os jovens de sua época, também apostou no sonho de um futuro melhor diante da promessa de que, em São Paulo, conseguiria um emprego podendo assim conquistar sua autonomia.

[...] Eu jovem, que todo jovem é sonhador, sonha com uma roupinha melhor né, um sapatinho, um tênis, o básico pelo menos, para ver se consegue namorar pelo menos né. Qual é o jovem que não sonha em arrumar uma namorada e sair pra um baile né, mas como? Com uma sandália Havaina, com uma de uma cor e outra doutra? A minha realidade era essa. Foi isso, aqui em Pão de Açúcar, que me fez migrar pra São Paulo, revoltado, por causa da pobreza tão grande. Eu aprendi fumar apanhando pedaços de cigarro no chão dos outros, porque eu não podia comprar um cigarro, você veja situação do jovem da minha época, era uma coisa tão angustiante que eu não gosto nem de lembrar sabe. [Otávio, 47 anos. Migrante na década de 70]

Dentre as motivações que resultam na migração de grupos de pequenos proprietários, moradores e rendeiros, estão as favoráveis condições no mercado de trabalho em São Paulo, de forma particular para o jovem que procurava o primeiro emprego. Geralmente a migração era constituída da seguinte forma: o filho mais velho vai e abre caminho para o mais novos. Os parentes que foram primeiro mantêm contato e servem como ligação para os que se determinarem a sair. As famílias gerenciam, facilitando o entendimento de quem vai primeiro e financiando a sua ida. (MENEZES, 1985)

A EXPERIÊNCIA DA METRÓPOLE

Em São Paulo, o jovem migrante se depara com um duplo aspecto de seus sonhos e esperanças, onde terá que trabalhar de forma particular com sentimentos inversos mas que, a todo momento, misturam-se “o “real”: sobreviver e “ideal”: conquistar melhores condições de sobrevivência” (MENEZES, 1985: 139). No entanto, a forte determinação de sair para poder construir uma base e em seguida levar os demais que ficaram em Pernambuco sem trabalho, era força encorajadora para enfrentar as dificuldades.

A sra. Maria[5], a primeira de dez filhos de uma família de agricultores, decidiu migrar aos 24 anos. Percebeu que, mesmo trabalhando como costureira, permanecer em Pão de Açúcar não era a melhor escolha, pois enquanto ela tinha uma profissão, seus irmãos não conseguiam trabalho, e as condições de sobrevivência ficavam cada vez mais difíceis. Mesmo sabendo que enfrentar um novo mundo não seria fácil, se determina e é a primeira a migrar, levando depois toda a família.

[...] não foi fácil, não foi fácil, porque deixar a casa dos pais pra ir morar na casa dos outros, foi muito difícil, eu sofri muito. Mas o meu intuito com o sofrimento naquela época,

5 - Maria migrou para São Paulo em 1966, permanecendo durante 25 anos e retornou em 1990.

meus irmãos não faziam nada aqui, não tinha o que eles fazer, trabalhar. Agricultura já não era mais lá essas coisas, eles viam sem trabalhar, já tudo rapaz, rapaz e moça, aí eu pensei, eu vou embora pra São Paulo, eu vou arranjar uma casa e vou levar tudo pra São Paulo [...] [Maria, 65 anos. Migrante da Década de 60]

As dificuldades encontradas pelos migrantes ao chegarem a São Paulo eram amenizadas pelas redes sociais formadas pela família, vizinhos e amigos, o que se constituiu, portanto, num importante recurso cultural em todas as etapas do processo migratório: transporte, moradia, trabalho e cuidado na doença. Tal aspecto é analisado em vários artigos e livros, Menezes (1985, 2002, 2010), bem como nos livros de Durhan (1978) e Fontes (2008).

Durhan (1978) enfatiza a importância da família, das redes familiares, vizinhança e de amizade, no processo migratório. Embora não utilize explicitamente a noção de redes sociais, na sua análise está presente uma perspectiva metodológica das redes sociais.**[6]** A migração é uma estratégia familiar, as formas como se processam o movimento também se situarão no âmbito das relações familiares.

[...] o caráter familiar da migração não se manifesta essencialmente no deslocamento conjunto de famílias inteiras, mas antes na reconstituição total ou parcial de grupos familiares, a partir da migração de segmentos da unidade original. Desse ponto de vista a migração de uma pessoa não é um fato isolado, mas um aspecto de um processo que envolve a movimentação sucessiva de pessoas diferentes e pode-se estender por tempo considerável. (DURHAN, 1978: 130)

A importância das redes sociais aqui é identificada pela ajuda mútua, principalmente na chegada a São Paulo, pois o migrante recém-chegado não dispõe de recursos suficientes para sobrevivência, necessitando, portanto, de acolhimento nas casas dos que já estavam estabelecidos. Tais moradias serviam como ponto de apoio para os que iam e vinham constantemente, não significando, pois uma estrutura física suficiente, até mesmo porque em uma casa com dois cômodos, geralmente situados em curtiços, permaneciam de 6 a 8 pessoas.

[...] morei na casa de um primo meu, depois não deu certo eu ficar na casa deles, aí eu fui morar com outra prima [...] eu morei com os meus primos uns dois ou três anos só. Depois eu fui morar com os meus irmãos que eu mandei chamar eles pra ir embora pra lá... a casa que eu morava era um quarto e cozinha... eram os dois irmãos com mulher e filho pequeno, tudo num quarto e cozinha. Mas logo, logo, cada um foi morar numa casa e eu fiquei só com os meus irmãos solteiros... eram quatro irmãos solteiros [...] [Maria, 65 anos. Migrante da Década de 60]

Os migrantes de Pão de Açúcar, em sua grande maioria, se concentraram em bairros próximos como Vila Alpina e Parque São Lucas, formando, deste modo,

6 - Na antropologia, a noção de "redes sociais" foi construída pela chamada "Escola Antropológica de Manchester", para compreender os processos migratórios entre sociedades tribais e áreas urbanas ou de exploração agrícola ou mineral do capitalismo colonial nas décadas de 1940 e 1950 (MENEZES, 2003; BOISSEVAIN, 1983; MAYER, 1964, 1980; MITCHELL, 1964, 1969, 1973, 1974). O debate sobre a utilização da noção de redes sociais tem se ampliado na literatura de migrações internas e internacionais dos últimos, conforme demonstra o artigo de Truzzi (2008).

uma rede de solidariedade cujo intuito era a ajuda mútua diante de qualquer necessidade em qualquer emergência; ajudar os recém-chegados a se sentirem mais ambientados; além de promover reuniões de amigos, festas de casamento, batizado, aniversário etc. Segundo depoimentos dos migrantes, a Vila Alpina e o Parque São Lucas acabaram por se transformar em um dos redutos dos conterrâneos nordestinos na grande São Paulo, chegando por vezes a se confundir com o distrito de Pão de Açúcar, devido a quantidade de pessoas que migraram na mesma época.

As redes sociais também foram de suma importância no que se refere à experiência de trabalho dos migrantes, uma vez que os que já estavam instalados e empregados acabavam por indicar os recém-chegados, além de muitos que já vinham com emprego certo. No entanto, vale ressaltar que, diferentemente de muitos migrantes nordestinos que foram trabalhar nas indústrias metalúrgicas ou automobilísticas de São Paulo, os migrantes de Pão de Açúcar, em grande parte, foram trabalhar nas fábricas de calçados que funcionavam em fundos de quintais e que foram montadas pelos primeiros parentes que decidiram migrar na década de 1950. Ao perceber que a produção de calçados era um negócio promissor, muitos abriram seus próprios negócios.

O sr. Alfeu[7] trabalhou na agricultura com o pai durante sua adolescência. Como os demais entrevistados, por falta de perspectiva de trabalho em seu lugar de origem, decide migrar aos 15 anos de idade. Ao chegar a São Paulo, já tinha o emprego garantido em uma das fábricas de calçados do Parque São Lucas. Passados três anos, abriu sua própria fábrica.

7 - O migrante Alfeu foi para São Paulo em 1970, passando 10 anos e retornando em 1980 definitivamente.

[...] na fábrica a gente foi tendo o conhecimento pra um trabalho melhor, porque a gente foi crescendo dentro da fábrica de calçado, três anos depois a gente começou a fabricar pra nós. Parece mentira, mas quando foi oito meses depois nós compramos um fusca zero, um esforço muito grande... Nós tivemos apenas dois funcionários, era pequeno, era num barraco de madeira que meu pai comprou a casa e nós construímos no quintal de casa. Começamos a fabricar assim, compramos as madeiras, compramos as telhas tudo velha né, emendamos uma na outra eu e Pacaré, nós dois com muito esforço e contente da vida porque nós ia mudar, ia sair do emprego pra fabricar pra gente, só que sofremos no início, mas depois deu certo. Quando nós conseguimos pagar a casa, nós começamos a regressar para o Nordeste de novo de um por um, porque não tava mais dando certo os comércio caíram demais”. [Alfeu, 52 anos. Migrante na década de 70]

O RETORNO PARA PERNAMBUCO

Considerando tanto a dinâmica dos espaços em termos socioeconômicos como a dinâmica do ciclo de vida familiar, é importante pensar que a migração de retorno precisa ser pensada na perspectiva dos “movimentos múltiplos”. Isto não significa que ela não possa ser estudada como um momento ou uma variedade desta multiplicidade de movimentos.

Embora o migrante tenha uma vida marcada pela permanente mobilidade, há sempre uma localidade que representa a referência de fixação. Os lugares de memória e de pertencimento simbolizam as redes de relações familiares, de amizade e de vizinhança. Em cada ponto da circularidade, o migrante transforma-se.

Deste modo, a circularidade é constituinte de seu próprio fazer-se, ou seja, de sua construção identitária. (THOMPSON, 1978) Isto é, o migrante constitui-se nas tensões e ambiguidades de várias categorias e diversos espaços sociais. Nesse sentido, não se trata de verificar as opções por ficar ou sair, por uma condição de trabalho ou outra, por um lugar ou outro, mas de compreender como os indivíduos tratam subjetivamente essas possibilidades objetivas de trabalho e vida. A condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais.

Após a fase do milagre econômico de 1968 a 1973, a economia vivenciou um período de crise e as possibilidades de fixação nas cidades diminuíram em relação às décadas anteriores. Até finais da década de 1960, os movimentos migratórios no Brasil se caracterizavam por áreas de origem e destino mais definidas. A partir da década de 70, começa a ter maior visibilidade a ocorrência das migrações múltiplas, o que redefinia os conceitos de origem e destino. Um importante artigo do demógrafo George Martine (1982) identifica que:

Surgiu na década de 70 um conjunto de informações que dava conta da existência de um substrato importante de trabalhadores que se deslocavam repetidas vezes sobre o espaço a fim de encontrar uma forma de sobrevivência. O comportamento desse substrato nada tem a ver com uma subcultura nômade ou um espírito generalizado de aventura, pois se fundamenta numa busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência [...]. (MARTINE, 1982: 5)

Neste momento a migração não significa uma ida sem volta, mas no contexto aqui exposto vem marcar o início de várias idas e vindas, que num constante transitar de experiências, demarcam e ampliam os conhecimentos dos migrantes (SILVA e MENEZES, 1999); além de proporcionar uma nova definição diante da comunidade de origem, a qual nunca deixarão de pertencer, e que estará sempre presente no seu cotidiano através das redes sociais de solidariedade, constituídas a partir de relações baseadas no parentesco, amizade e conterraneidade (LYRA, 2003).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o sonho de conseguir uma profissão com um salário melhor e benefícios sociais era ainda muito presente. No entanto, o Brasil começa a enfrentar um período de crise, dificultando a permanência dos migrantes em São Paulo, levando-os a novas tentativas de refazer suas vidas na terra natal. Não obtendo sucesso, voltavam para o Sudeste na esperança de encontrar alguma nova oportunidade.

[...] durante o tempo que eu tava em São Paulo eu já vim tentar morar aqui em Pão de Açúcar umas três vezes, mas não dava certo, montei dois bares aqui e também não deu certo [...]. (Alfeu, 52 anos. Migrante na década de 70)

As histórias de sucesso aconteceram ainda nas décadas de 1960 e 1970, antes de São Paulo mergulhar no período de crise econômica. A escassez de trabalho em São Paulo começou a ficar aparente, além do surgimento da produção

de sandálias mais sofisticadas e incrementadas de novas tecnologias, tornando cada vez mais difícil os pequenos e micro-empresários do setor calçadista de Vila Alpina e Parque São Lucas continuarem trabalhando e competindo com um mercado cada vez mais inovador.

O migrante nordestino continua, no entanto, buscando formas de sobreviver e novas condições de vida, mas a lógica do capital que tem por objetivo desenraizar e movimentar o indivíduo rumo às determinações capitalistas, vem afirmando que “o trabalhador tem uma pátria, enquanto que o capital não tem pátria”. (MENEZES, 1985: 150)

Quando decidiram voltar para o Nordeste, esses migrantes continuaram a reproduzir a estratégia de sobrevivência de São Paulo, envolvendo os familiares e amigos próximos na produção de confecções de roupas, conhecida na época como “Sulanca”.^[8] Deu-se início então, na década de 1980, a uma forte migração de retorno para Pernambuco, continuando por sua vez com as redes de solidariedade, produzindo um movimento inverso, trazendo os parentes que estavam em São Paulo em uma situação desfavorável para trabalharem em Pernambuco. Essa situação “influenciou provavelmente o comportamento do fluxo migratório que afluiu para a região, ampliando o número daqueles que retornaram para fixar residência”. (LYRA, 2003: 72)

[...] aconteceu que veio mais calçado moderno, e a gente não tivemos condição de ir em frente, comprar máquinas modernas, o lucro era pouco não tinha como agir mais. Aí por sorte nossa viemos pra Pernambuco e começamos na Sulanca graças a Deus né. Que até hoje nós estamos na Sulanca, é o pano a confecção, mas quem começou com Sulanca é Sulanca até hoje. [Alfeu, 52 anos. Migrante na década de 70]

SETORES ECONÔMICOS ARTICULANDO OS ESPAÇOS DOS MIGRANTES

Os primeiros migrantes, na década de 1950, se dirigiram para o Parque São Lucas – SP, começaram a trabalhar com produção de sandálias e atuaram como os elos iniciais de uma extensa rede de parentes, vizinhos, amigos que conectavam o distrito de Pão de Açúcar e o Parque São Lucas.

[...] as primeiras pessoas que migraram foram meus primos, Zé do Galo, João irmão dele e Tota, que era Antonio [...] em 1956 mais ou menos. Eles foram embora, chegaram lá começaram a trabalhar em calçados e deu muito certo. Eles lá fabricavam e fizeram até micro-empresa de calçados, aí foi chamando as pessoas daqui de Pão de Açúcar, pra trabalhar com eles. Foi muita gente trabalhar com eles [...] [Maria, 65 anos. Migrante da Década de 60]

Os que migraram não perderam o contato com suas localidades de origem, mas havia um fluxo intenso de idas e vindas. Visitas de migrantes que retornavam e parentes que viajavam a São Paulo para conhecer, visitar, passar um tempo com os parentes e amigos. Essa mobilidade entre os dois espaços repercute a nível da atividade econômica. Foi assim que a fabricação de calçados foi também implantada no distrito de Pão de Açúcar. Ao visitarem os parentes em São Paulo, trouxeram a idéia de montar uma fábrica de calçados no distrito.

8 - Palavra popularmente conhecida originada da união de palavra helanca (malha vinda do Sul do País) e a palavra sul = SUL + ANCA = SULANCA. Há também uma significação depreciativa relacionada ao produto, algo como sucata. Tal hipótese tem mais fundamento sendo coerente com o início das confecções que eram cobertas ou roupas feitas pelo povo com pedaços de retalhos, com um acabamento mal feito. Deste modo a “Sulanca” representava uma região extremamente pobre, que buscava sobreviver com meios próprios. Teve seu surgimento no final da década de 1940.

Havia nesse período, em Pão de Açúcar, uma usina de descaroçamento de algodão conhecida como Taquaritinga Agro-industrial S.A. (Taisa), do grupo Cianê, que sinalizava uma alternativa de trabalho temporário para os moradores locais. No entanto, não conseguia absorver todos os jovens que sonhavam com uma profissão e, assim, não minimizava a ideia da ida para São Paulo em busca das oportunidades de emprego das quais ouviam falar, principalmente ao receberem cartas e presentes dos primeiros parentes que se aventuraram.

Assim, muitos jovens, tanto homem como mulher, iam para São Paulo, levando consigo a imagem da vila de suas infâncias que deixavam para trás, repletos de novas perspectivas, mas com os olhos cheios de lágrimas, levando consigo também a incerteza de um futuro desconhecido.

A década de 1980 é marcada por um forte crescimento regional com a produção de confecções. A partir de então, começa a migração de retorno, que se deu tanto pela dificuldade das condições de sobrevivência em São Paulo, como também pelo crescente desenvolvimento da “Sulanca”, mudando, por sua vez, os aspectos econômicos na região. Nessa época, a produção local se dava em pequenos “fabricos”,^[9] agrupando toda a família envolvendo todas as pessoas da casa: crianças; jovens; adultos; e ainda parentes ou vizinhos próximos em uma mistura de produção artesanal e industrial.

Nos dias atuais há uma forte migração de pessoas de várias cidades do interior de Pernambuco e de outros estados para a região hoje conhecida como “Pólo de Confecções do Agreste”. Diante desse contexto o distrito de Pão de Açúcar, desde os primórdios, esteve envolta a um constante processo de migração.^[10]

[...] Na época que eu saí pra lá era uma pobreza muito grande, as pessoas não tinham nada na vida, só quando chovia e lucrava, e hoje não, a confecção dá muito emprego pra pessoas, só não trabalha que não quer, hoje não se ganha muito dinheiro, mas pra sobrevivência quem tem coragem de trabalhar, arranja a sobrevivência né. É por isso que hoje tem muita diferença daquele tempo [...] cresceu muito, porque muitas pessoas vieram morar em Pão de Açúcar, muita gente de fora que vieram morar em Pão de Açúcar, pelo motivo de Pão de Açúcar oferecer emprego pra essas pessoas. [Maria, 65 anos. Migrante da Década de 60]

[...] O Pão de Açúcar de hoje pra o de antes ele mudou, vamos supor de 50% pra 100% né, porque aqui não tinha emprego, aqui não tinha meio de vida nenhum, e graças a Deus agora, tem emprego, tem trabalho pra todo mundo, só não trabalha que não quer mas emprego não falta não, né. Não digo que ganha bem, mas ganha razoável que dá pra ir sobrevivendo, só não trabalha que é preguiçoso. Naquela época Pão de Açúcar não tinha emprego. [Inácia, 57 anos. Migrante na década de 60]

O Pólo de Confecções do Agreste é composto pelas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Toritama e Caruaru, dentre outros municípios do Agreste pernambucano. A economia local gira em torno da vasta produção de confecção, que vai desde roupas íntimas, de dormir, de praia/ba-

9 - Pequenas empresas, popularmente conhecidas na região como “fabricos”, onde acontece a produção de confecções, geralmente feitas dentro das casas, nos fundos de quintais, e em pequenas garagens.

10 - SILVA, Sandra Roberta Alves Silva. A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. Campina Grande: 2011. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) UFCG/PB.

nhos, esportivos, de lazer, sociais, infantis, profissionais, meias, modeladores, até acessórios têxteis para vestuário, artigos de cama, mesa, banho, artigos de copa/cozinha, decorativos, produtos industriais e produtos técnicos.

A produção das confecções é toda feita no Agreste Setentrional e Central, e se destina às demais regiões do Estado de Pernambuco, além de outros Estados do Norte, Nordeste, e ainda para o Sudeste e o Centro Oeste do país.

CONCLUSÃO

É de extrema relevância, portanto, observar, através das narrativas dos migrantes, as relações com o trabalho e com a família, não deixando de considerar como as lembranças entre passado e presente se apresentam e se colocam como forma de “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. (BOSI, 1998: 55) Sendo assim, não há possibilidade de falar sobre memória sem remeter-se a história e trajetórias de vida das pessoas, que segundo Bourdieu (1996) é um conjunto de acontecimentos originados de uma história e do relato dessa mesma história.

Segundo Halbwachs (2006), o homem, mesmo em sua memória individual, está sempre ligado ao contexto social no qual se insere, deixando por um instante sua individualidade para fazer parte do todo. Seguindo tal ideia, percebe-se a forte ligação na contextualização histórica, observando a confluência das narrativas, como força dessa consciência coletiva sem deixar de considerar a importância da definição da identidade individual, familiar e de grupo.

Mediante essas trajetórias, as lembranças são subdivididas em marcos da memória havendo pontos de grandes significâncias, que se concentram na vida de trabalho, na agricultura, na ansiedade de conhecer uma nova terra e passar por novas experiências, nos vínculos familiares e de amizade, no forte desejo de retorno e na valorização do local de origem que vem como ponto culminante dessa trajetória, onde atualmente o dinamismo populacional e econômico da região se apresenta como uma possibilidade de geração de emprego e renda para os moradores locais e também para muitos migrantes de outras regiões do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica.” In: *Usos e Abusos da História Oral*. Ferreira, M. M. (orgs.) RJ: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.183-192.
- CUNHA, L. H., MENEZES, M. A. “Espaço, Memória e Narrativa”. In: IV Encontro de História Oral do Nordeste. Campina Grande – PB: 2003
- DURHAN, E. *A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- GARCIA JR., A. R. *O Sul: Caminho do Roçado - Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1989.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.
- LYRA, M. R. S. B. “Sulanca X Muamba: Rede social que alimenta a migração de retorno”. In: *Movimentos Migratórios nas Metrôpoles*. São Paulo em Perspecti-

- va, v.19, n. 4, p. 144-154, out./dez. , 2005.
- LOPES, J.R.B. *Desenvolvimento e Mudança Social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- _____. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.
- MARTINE, G. “Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil.” In: Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. Campinas, São Paulo: SBPC, 1982.
- MAYER, P. “Labour migrancy and the social network”. In: HOLLEMAN, J.F. et al. Problems of Transition. *Proceedings of the Social Sciences Research Conference 1962*. Natal University Press, 1964. p.21-51.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Palavras aos Jovens Oralistas. Oralidades”. *Revista de História Oral*. São Paulo: NEHO, ano 2, n.3, p.141-50, 2009.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. “Juventude, família e migrações”. Trabalho apresentado no Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia. Recife: FAGES/PPGA/PPGS/ UFPE, 2010.
- _____. Migration patterns of Paraíba Peasants. *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 2, Issue 135, p.112-134, mar. 2004.
- _____. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes. Um Estudo de Famílias de Camponeses – Migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/JP/UFPB, 2002.
- _____. “Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]”. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.
- MITCHELL, J.C. *Network Analysis. Studies in Human Interaction*. Paris: Monographs under the auspices of The Afrika-Studiecentrum, 1973.
- _____. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, v.3, p.279-299, 1974.
- SILVA, M. A. M., MENEZES, M. A. “Migrantes temporários: fim dos narradores. In: NEHO – História”. In: *Revista do Núcleo de Estudos em História Oral*. Nº. 1, novembro, 1999.
- SILVA, Marcelo Saturnino da. “Entre o bagaço da cana e a doçura do mel. Migrações e identidades da juventude rural”. Campina Grande – PB, 2006. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande.
- SILVA, Sandra Roberta Alves Silva. “A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE”. Campina Grande: 2011. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) UFCG/PB.
- SINGER, P. “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”. In: P.Singer. *Economia Política da Urbanização*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- TRUZZI, O. “Redes em processos migratórios. Tempo Social”. *Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, jun. 2008.

As danças populares na obra de Mário de Andrade

The folkloric dances in Mário de Andrade's work

ROBERTA CRISTINA DE PAULA

Mestre pela Faculdade de Educação da Unicamp, professora da rede pública municipal de Campinas e integrante do Grupo de Teatro e Danças Populares Urucungos, Puítas e Quijengues, de Campinas - SP
rodepaula@hotmail.com

Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar as danças na obra do escritor modernista Mário de Andrade. Para realizar tal pesquisa tomo como base, principalmente, dois textos da extensa obra do autor: *O Turista Aprendiz e Danças Dramáticas do Brasil*, pois a partir das respectivas leituras, pude ampliar conhecimentos referentes ao universo das manifestações populares brasileiras, especificamente as danças.

Palavras-chave: Danças populares; Literatura; Mário de Andrade

Abstract:

This study aims to analyze the dances in Mário de Andrade's work, a modernist writer. To conduct this research, I take as reference, mainly two texts from the extensive work of the author: *O Turista Aprendiz and Danças Dramáticas do Brasil*. From the respective readings, I could expand knowledge concerning of the universe of Brazilian popular manifestations, specifically, the dances.

Keywords: Folk dances; Literature; Mário de Andrade

Segundo Luckacs, as obras são revitalizadas pelo tempo, desde que possam responder as ânsias semelhantes às do período em que foram produzidas.

Telê Ancona Lopez

1 - Este artigo baseia-se em minha dissertação de mestrado, intitulada: "Quem foi que disse que não vivo satisfeito? Eu danço!" Encontros com as danças na obra de Mário de Andrade (PAULA, 2012), defendida em 31/08/2012 na Faculdade de Educação da Unicamp, tendo como orientadora a professora doutora Elisa Angotti Kosovitch.

2 - Grupo de teatro e danças populares Urucungos, Puitas e Quijengues, Campinas- SP, criado em 1988 pela professora Raquel Trindade.

3 - O termo danças populares relaciona-se aqui às manifestações realizadas, prioritariamente, em contextos de grupos, agremiações e comunidades que as perpetuam de geração em geração. O aprendizado delas se dá na coletividade, havendo participação de pessoas de diferentes idades.

4 - Faz-se necessário ressaltar que, de acordo com Santos (2010), o termo danças dramáticas não foi inventado por Andrade, uma vez que já aparecera na obra do antropólogo inglês William Ridgway, "The Dramas and Dramatic Dances of the Non-European Races", em 1915.

Foi a partir da minha trajetória pessoal que surgiu o interesse em aprofundar-me no campo das danças populares brasileiras, primeiramente de forma exploratória e mais tarde academicamente, através da pesquisa.**[1]** Isto porque, no início da década de 1990, passei a integrar um grupo de danças populares**[2]**, participando de vivências que possibilitaram com que passasse a discutir a linguagem corporal enquanto mais uma importante forma de expressão dos sujeitos.

Iniciei o mestrado em 2009, com o intuito de analisar o espaço ocupado pelas manifestações populares nas práticas escolares, uma vez que reconhecia tais instituições como redutos que acabam por limitar o acesso ao conhecimento privilegiando a linguagem verbal, seja ela escrita ou oral; entretanto, com o decorrer do processo de pesquisa houve uma reavaliação dos objetivos, o que ocasionou na mudança do objeto de estudo. Assim, as danças, que teriam um papel secundário dentro da primeira proposta, passaram a ser o objeto central.

Até então, Mário de Andrade já constava das minhas referências bibliográficas, pois como bem coloca Conrado (2004): "Numa breve retrospectiva, lembramos alguns nomes que fizeram registros importantes sobre as danças e manifestações populares brasileiras e servem de referência até a contemporaneidade: Mário de Andrade, Arthur Ramos, Renato Almeida, Oneida Alvarenga, Câmara Cascudo,...". Todavia, foi a partir da leitura de *O Turista Aprendiz* (1976) que fui identificando elementos que ao longo da pesquisa foram cada vez mais proporcionando com que construísse novos olhares para com o universo em questão; também, por intermédio de *O Turista*, é que passei a ressignificar o papel desempenhado pelas danças populares brasileiras **[3]** enquanto elementos de identidade para determinados grupos sociais.

Já no segundo texto destacado, *Danças Dramáticas do Brasil* (1982), encontrei uma frase emblemática para o processo em curso. Esta frase finaliza o texto introdutório: As danças dramáticas do Brasil, diz: "Da maneira como as coisas vão indo, a sentença é de morte". Ela explicita o pensamento de Mário de Andrade, naquele período (década de 1930, início dos anos de 1940), frente às várias limitações impostas às realizações de ensaios e apresentações de agremiações que cultuavam danças dramáticas. Sobre este termo dizia que:

Reúno sob o nome genérico de "danças dramáticas" não só os bailados que desenvolvem uma ação dramática propriamente dita, como também os bailados coletivos que, junto com obedecerem a um tema dado tradicional e caracterizador, respeitam o princípio formal da Suíte, isto é, obra musical constituída pela seriação de várias peças coreográficas**[4]**. (ANDRADE, 1982a: 71)

Para a produção das reflexões e análises ao longo da pesquisa amparei-me no

conceito de homo ludens de Huizinga (1971); em seu estudo, o objeto é o jogo como elemento da cultura, ocupando desta forma uma função social; por sua vez, sendo a dança também compreendida como jogo, tem ela um significado e função social. Para o historiador: “A dança é uma forma especial e especialmente perfeita do próprio jogo” (HUIZINGA, 1971: 184).

Outro teórico no qual embasei as ideias esboçadas foi Bakhtin (1999), sendo que a referida obra também discute a dimensão da cultura popular, analisa o espaço ocupado pelas manifestações populares na vida dos homens da Idade Média, enfatizando o carnaval como representante da segunda vida do povo, possibilitando a manifestação da vida festiva, do riso, da dimensão humana lúdica, e por fim, da ressignificação das identidades.

Quando me refiro às danças populares não restrinjo esses eventos ao período carnavalesco, mas ressalto essa época como um momento propício para a manifestação das mesmas. Sabe-se, no entanto, que tais acontecimentos ultrapassam determinados períodos, assim encontram-se, muitas vezes, presentes no cotidiano de grupos e comunidades.

Partindo das respectivas leituras, realizei pesquisa documental nos acervos históricos da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), e da Missão de Pesquisas Folclóricas (MPF), ambos pertencentes à Discoteca Oneida Alvarenga, localizada no Centro Cultural São Paulo (CCSP), vinculado à Secretaria de Cultura de São Paulo. Outra fonte primária utilizada foi o levantamento dos registros fotográficos que representam a presença das danças[5], com destaque para os bailados tradicionais, nos Parques Infantis de São Paulo (PIs), instituições vinculadas ao Departamento de Cultura de São Paulo (DCSP), através da Divisão de Educação e Recreio.

A criação da SEF, a realização do projeto da MPF e a implementação de atividades artísticas e culturais nos programas dos PIs foram ações ocorridas no período de 1935-38, anos em que Mário de Andrade esteve na direção do Departamento de Cultura de São Paulo (DCSP). Tais iniciativas atestam o empenho do pesquisador, homem público, que priorizou tanto a pesquisa quanto o desenvolvimento de políticas que favorecessem a disseminação dos conhecimentos acumulados.

Para estabelecer um diálogo com a contemporaneidade, buscando-se uma análise relacionada aos aspectos que caracterizam as transformações, desaparecimentos e continuidades das tradições, trouxe como interlocutores dois pesquisadores da obra de Mário de Andrade: Luiz Adriano Daminello[6] e Amarildo Carnicel[7]; além da mestra de danças populares Raquel Trindade.

Afirmo que as pesquisas e os estudos sobre a obra de Mário de Andrade são vários, sejam eles relacionados à produção literária, à música popular, ao período em que foi diretor do DCSP, à fotografia, às correspondências trocadas com vários amigos (as); porém, chamou-me a atenção, no levantamento bibliográfico, ter encontrado poucos títulos que tratassem especificamente das danças. Admito que, música e dança populares são elementos que se articulam, complementares, inextricáveis, no entanto, ressalto que, falar dos cabocolinhos, do bumba meu boi, da ciranda, do samba rural paulista, das cheganças, da congada, e outras manifestações, com ênfase da dimensão humana lúdica, do papel que essas desempenham na construção das identidades dos brincantes, e dos seus grupos sociais, enfatizando a linguagem corporal, é propor outro enfoque a este universo.

Com isso, por considerar que o universo das danças populares proporciona o acesso a uma arte e a uma estética fabulosas, realizei o mergulho na obra de Mário de Andrade, objetivando ampliar os conhecimentos dessas culturas, fomentando novos diálogos.

5 - O período delimitado foi de 1935-38.

6 - Diretor do documento: Mário e a Missão (MÁRIO, 2003).

7 - Autor do livro: O Fotógrafo Mário de Andrade (CARNICEL, 1994).

AS VIAGENS ETNOGRÁFICAS

Foi entre os anos de 1927-29 que Mário de Andrade realizou as suas viagens etnográficas às regiões norte e nordeste do país. O interesse por essas incursões pelo interior do território brasileiro acompanhava-o desde o início dos anos de 1920[8], pois mesmo sendo um homem que pouco viajava, era um assíduo correspondente, tinha vários amigos com os quais trocava cartas e através delas coletava várias informações relacionadas às culturas populares. Conforme comenta Lopez:

É assim que a valorização do nacional já começa a existir para o jovem professor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, quando, por volta de 1921, recolhe documentos populares como pregões, parlendas, paródias cantadas, cantigas de roda, em sua cidade e circunvizinhanças, registrando-os cuidadosamente. Já começa a existir para o paulistano que gosta de escrever e que, em férias na “chacra do tio Pio”, em Araraquara, absorve atentamente as narrativas populares da zona do Moji. (in ANDRADE, 1976: 15)

Tal interesse fica perceptível quando se acompanha a sua produção poética nesta mesma década; observa-se a presença de elementos das culturas populares e também o desejo por conhecer outros Brasis, caracterizando o projeto do intelectual que era a construção de uma identidade nacional, referendada no universo popular.

Mas foram as suas viagens etnográficas que resultaram na publicação dos dois textos póstumos, que priorizei nesta pesquisa. O turista aprendiz, que foi a reunião dos relatos dos diários de ambas as viagens, apresentando assim uma leitura onde se identifica muito das percepções do poeta, do homem apaixonado, mas nem por isso menos crítico, das diferentes realidades brasileiras. Evidencia-se a sua admiração, encantamento ao encontrar-se com tantas manifestações populares. Em *Danças Dramáticas do Brasil*, fica registrada a determinação em documentar detalhadamente os bailados que presenciou, mapeando suas origens, apresentando seus históricos e as referências africanas, ameríndias e ibéricas ligadas a elas.

O intelectual considerava que era no norte e nordeste do Brasil que ainda se preservava o tesouro de nossas culturas populares, pois aqui no sul[9] muito já havia se perdido, esquecido, transformado, devido às influências europeias, e o processo de industrialização pelo qual passava o país.

A primeira viagem etnográfica aconteceu de maio a agosto de 1927, centrando-se na região norte. Escolheu este período por concentrarem-se aí várias apresentações de danças dramáticas. Entretanto, analisando os relatos de viagem, constata-se que não houve uma preocupação em registrar sistematicamente tudo o que pôde presenciar. Porém, pela sua narrativa, se tem o prazer de “viajar” por cidades, lugares; “assistir” aos ensaios, apresentações de danças; “conversar” com personagens cativantes; “experimentar” sensações; “saborear” pratos exóticos, enfim, também aventurar-se com o turista aprendiz. Segundo Lopez:

A viagem à Amazônia, a julgar-se pelos textos de 1927 e 1928 que dela resultaram, foi claramente marcada pela preocupação etnográfica, com Mário de Andrade procurando entender uma particularidade do Brasil através da obser-

8 - Em 1924 Mário de Andrade participou da viagem às Minas Gerais, que ficou conhecida como A viagem da descoberta do Brasil, na companhia de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e de Blaise Cendrars.

9 - Mário de Andrade se referia ao norte e sul do país, sendo que o norte compreendia as regiões norte e nordeste; o sul as regiões sul e sudeste.

vação da vida do povo. Ela teria também lhe mostrado a necessidade de pôr logo em prática seu velho projeto de visita ao Nordeste, desejando agora realizar uma pesquisa mais sistemática em uma região que se oferecia tão rica em tradição musical popular. (in ANDRADE, 1976: 19)

Seria em dezembro de 1928 que Mário de Andrade partiria para a sua segunda viagem etnográfica, dessa vez tendo como foco a região nordeste. Os estados visitados foram: Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e a Paraíba; contatando alguns de seus amigos, dentre eles: Ascenso Ferreira, Cícero Dias e Câmara Cascudo. Esta excursão, que foi até fevereiro de 1929, possibilitou com que o pesquisador colhesse uma imensa gama de materiais, sendo registros de cantigas populares; toadas de danças dramáticas- letras e partituras; realizando também registros fotográficos. A maior parte dos documentos recolhidos refere-se aos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Sobre esta viagem, Batista escreveu que: “Desembarca no Rio de Janeiro a 24 de fevereiro de 1929, trazendo - segundo Oneida Alvarenga - uma colheita impressionante desses três meses no Nordeste: cerca de 1500 documentos musicais grafados à mão” (BATISTA, 2004: 36). É justamente tais documentos que comporão a maior parte dos três volumes de *Danças Dramáticas do Brasil*, obra póstuma, organizada por sua discípula Oneida Alvarenga.

Durante os três meses de pesquisa, Mário de Andrade, por intermédio de amigos, consegue manter contato com músicos, cantadores, dançarinos, conhecedores de diversas manifestações. São sujeitos, homens e mulheres, colaboradores (as) que o turista fez questão de identificar e descrever em seus trabalhos. Ressalto este aspecto da pesquisa, pois muitas vezes percebe-se no trato com este campo a ausência de referências, isto é, por serem culturas populares são identificadas como de domínio público, assim há um anonimato da (s) pessoa (s), no entanto, são mantidas, transmitidas e vivenciadas por determinados sujeitos, homens, mulheres, meninos e meninas.

O trabalho desenvolvido na segunda viagem resultou no registro das seguintes danças: as Cheganças; os Pastoris; os Congos; o Maracatu; os Cabocolinhos; o Bumba-meu-boi[10]. Foram registrados além das toadas- letras e partituras, as personagens presentes nas danças, os instrumentos característicos, também compondo o texto, uma pesquisa histórica das respectivas manifestações. Observa-se o incansável trabalho de Mário de Andrade com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre cada bailado.

Destaco a admirável narrativa do pesquisador que incorpora suas impressões, faz relações até mesmo com danças originárias de outras culturas, ultrapassando uma descrição formal. Exemplo disso é quando fala sobre um ensaio de Cabocolinhos que assistiu em 5/2/1929:

... Depois fomos no bairro de Cruz de Alma, de operários, ver um ensaio de Cabocolinhos. Formidável coreografia bruta. Mistura de instintos primitivos estonteante, com a monotonia formidável de gaita, bombo e ganzá. Coisas africanas, ameríndias, incaicas e russas. Na dança “do sapo” é fato que o passo russo tão conhecido de ficar de cócoras com uma das pernas estendidas, e pular, estendendo a outra e cruzando a primeira, estava executado. Saí

10 - Importante salientar que no terceiro volume de *Danças Dramáticas do Brasil encontram-se as Congadas e o Moçambique*, sendo elas resultadas de pesquisas desenvolvidas no estado de São Paulo, cf. ANDRADE, 1982c, p.196-267.

besta da sala apertada do clube, um calorão pavoroso e o cheiro dos corpos suados que na dança de despedida, dançando então todos admiravelmente foram tomados dum frenesi dionisíaco espantoso. Saí besta, não tem dúvida. (ANDRADE, 1982b: 180) [*grifos meus*]

Mário de Andrade tinha como um dos seus objetivos a publicação de uma obra que reunisse o maior número das nossas manifestações populares, que receberia o nome de Na pancada do ganzá, entretanto isso não se concretizou.

Primeiramente, com a leitura d'*O Turista Aprendiz*, e num segundo momento através das Danças Dramáticas é que fui me familiarizando com a obra, por proporcionar com que identificasse descrições das danças e versos dos cantos os quais já conhecia, seja pela minha participação em grupo de danças populares, ou mesmo pelos contatos realizados no decorrer dos anos com agremiações e grupos de manifestações populares de outras cidades e estados brasileiros. Desta forma, confirma-se o pensamento de Alves quando a autora escreve que: “A relação pesquisador (a) - pesquisa é tecida por fios de motivações, criatividade, histórias de vida, encontros e desencontros que se revelam numa rede de significados que dão sentido à vida do (a) pesquisador (a) e aos seus estudos” (ALVES, 2006: 15).

Extremamente significativas foram as análises construídas ao longo da pesquisa, no que diz respeito ao aspecto de repensar o papel que as danças ocupam na vida, no cotidiano daqueles (as) que as vivenciam. Outros aspectos ressaltados são o caráter lúdico inerente às mesmas, a possibilidade da expressão da linguagem corporal e o que representam na construção das identidades dos brincantes[11].

NA DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

Passados poucos anos de suas viagens, Mário de Andrade foi convidado a ocupar o cargo de diretor do DCSP, pelo seu então amigo Paulo Duarte, que era chefe de gabinete do prefeito Fábio Prado. Além dele, outros intelectuais modernistas assumiram funções na gestão que tinha como governador de estado Armando de Salles Oliveira.

Anteriormente, em fins dos anos de 1930, o mesmo grupo de intelectuais modernistas sustentava a ambição de um dia efetivar o tão sonhado projeto de democratização da cultura e da arte, não ficando elas restritas aos grupos privilegiados.. Por isso, a oportunidade que se concretizava deveria ser aproveitada.

O DCSP se estruturou em quatro segmentos, sendo: a Divisão de Bibliotecas, chefiada por Rubens Borba de Moraes; a Divisão de Educação e Recreio, chefiada por Nicanor Miranda[12]; a Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida por Sérgio Milliet e a Divisão de Expansão Cultural, também dirigida por Mário de Andrade.

Priorizo no trabalho a apresentação das políticas implementadas pelo seu então diretor, demonstrando o estreito vínculo entre a pesquisa realizada previamente e que agora tinha espaço e condições de ações de extensão.

Uma das vias encontradas foi a proposta pedagógica instituída nos PIs,[13] embasada no binômio educação-cultura[14], com isso uma das prioridades foi criação de espaços e tempos para a realização de atividades artísticas e culturais, proporcionando às crianças frequentadoras o contato com e a vivência de muitas linguagens. Entre elas estavam as manifestações das culturas populares. Interessou-me mostrar o espaço ocupado pelas danças nas programações, para isso utilizei imagens representativas que foram registradas pelo fotógrafo Benedito

11 - Brincante é o termo que se refere aos sujeitos que participam dos folguedos populares, sejam eles (as) tocadores (as), dançarinos (as), cantores (as). Cf. BENJAMIN, 1989.

12 - Importante colocar que o mesmo não era ligado ao grupo de intelectuais modernistas; antes da criação do DCSP já coordenava os Parques Infantis da cidade, cf. RAFFAINI, 2001, p. 40.

13 - Instituições vinculadas à Divisão de Educação e Recreio. Destaco a importante pesquisa de Faria (2002) que apresenta estas instituições como uma referência para a elaboração de políticas, na atualidade, para a primeira etapa da educação básica.

14 - Ressalto também a afirmação de Raffaini que a proposta dos PIs se estruturava no binômio saúde e educação, uma vez que eram voltados para crianças das classes populares, havia uma grande preocupação sanitária, cf. RAFFAINI, 2001, p.66.

Figura 1



Festa de inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro. Quadrilha Caipira - junho de 1938.

Figura 2



Dança indígena, Parque Infantil Dom Pedro II - 1937

Junqueira Duarte[15] (B). [Figs.1 e 2]

Para Gobbi (2004: 124), no trabalho desenvolvido nos PIs, ficam evidentes os aspectos estéticos e ideológicos que os modernistas objetivavam difundir, visto que:

15 - Os documentos fotográficos dos PIs pertencem ao Acervo da Casa da Imagem do Museu da Cidade de São Paulo (Seção Arquivo de Negativos).

Nestes espaços, retomar os princípios da Antropofagia- inspirando-nos no próprio Manifesto Antropofágico, seria muito bem vindo. Desta forma, numa espécie de banquete, nos fartamos dos desenhos, das festas, das danças, das músicas, e de tantas expressões destes seres humanos de pouca idade numa brasilidade macunaímica com todos os caracteres de maneira a assegurarmos a manutenção da vida em sua inteireza expressando-se nos grupos compostos por crianças pequenas e pequenininhas, procurando adquirir as virtudes de suas próprias raízes históricas reforçando seu poder, suas ideias, suas propostas, seu ser transbordando-se. [*grifos meus*]

Ainda no DCSP, Mário de Andrade criou o curso de Etnografia e Folclore, o que surgiu do seu empenho em formar pesquisadores capacitados para o campo das culturas populares; após seus estudos e trabalhos na área, o intelectual avaliava que muito tinha para se descobrir e documentar, no entanto não havia pessoal preparado para tal exercício. Para a efetivação desse projeto contou com parceria da etnógrafa Dina (Dreyfus) Lévi-Strauss; o curso aconteceu de abril a outubro de 1936 e teve alunos do próprio DCSP, da Universidade de São Paulo e outros interessados.

Foi um curso de extensão universitária, dado no Departamento, com feição eminentemente prática, visando o preparo dos alunos para pesquisa de campo. Metodologia importante, chamando a atenção para as exigências de uma colheita cientificamente documentada, a fim de torná-la confiável para pesquisas e análises posteriores (o local, a função e a descrição do documento, dados sobre o informante, etc.). O Curso de Etnografia e Folclore, ministrado em 21 aulas, definia áreas do conhecimento, grupos de objetos e documentos, sua classificação, análise e documentação. Enfocou desde contos, lendas, o folclore musical, até a cultura material ... (BATISTA, 2004: 47)

Em virtude do sucesso do curso, surgiu a SEF, em abril de 1937, tendo como seu primeiro presidente Mário de Andrade. A Sociedade desenvolveu várias pesquisas e suas publicações davam-se através da Revista do Arquivo Municipal (RAM)[16]. Destaco aqui as relacionadas às danças populares existentes no estado de São Paulo, como o trabalho feito por Mário de Andrade: “O samba rural paulista”[17], e o de Marciano dos Santos: “A dansa de São Gonçalo”[18].

No mesmo ano de fundação, a SEF recebeu o convite, através do DCSP, para participar do Congresso Internacional de Folclore, em Paris. Para isto organizou o mapeamento de danças folclóricas e credices características do estado.

A pesquisa de mapeamento das danças aconteceu através do envio de questionários aos (às) vários (as) associados (as) da SEF residentes na capital e em municípios do interior do estado, totalizando 244 localidades. Com a devolutiva de 842 questionários, foi feita a tabulação dos dados para assim ocorrer a organi-

16 - Também se realizou pesquisas que mais tarde comporiam o terceiro volume de *Danças Dramáticas do Brasil (Congadas e Moçambiques)*.

17 - Cf. ANDRADE, 1937.

18 - Cf. SANTOS, 1937.

zação dos mapas, que foram apresentados no Congresso por Nicanor Miranda.

Considero de extrema relevância a existência de tal pesquisa que proporciona conhecer quais bailados eram característicos das várias cidades do estado. Devido o grande número de questionários, me detive à leitura somente dos que se referiam ao município de Campinas, por ser a cidade desta pesquisadora, também por ser o que retornou o maior número de documentos[19].

O último e representativo projeto de Mário de Andrade na direção do DCSP foi a coordenação da MPF. Para isso montou uma equipe de quatro pessoas, liderada por Luiz Saia, ex-aluno do curso de Etnografia e sócio da SEF, que viajou por municípios do norte e nordeste incumbida de registrar através de filmes, gravações sonoras, fotografia, cadernetas de campo, o maior número possível de folguedos e manifestações populares; dados dos (as) informantes, e colher objetos relacionados ao tema.[Fig. 3]

A viagem aconteceu no período de fevereiro a julho de 1938, porém, num momento de mudanças no cenário político; Mário de Andrade perdia todo apoio que recebia no Departamento devido à instalação do Estado Novo, como conta Batista (2004, p. 50): "... com a queda do governador e do prefeito, nomeação do interventor Ademar de Barros e, em 9 de maio de 1938, do prefeito Prestes Maia - o escritor seria destituído da direção do Departamento (11 de maio), afastando-se também, em junho, da chefia da Divisão de Expansão Cultural.

Mário de Andrade deixou o DCSP e mudou-se para o Rio de Janeiro. No mês seguinte a MPF retornou a São Paulo trazendo um vasto material de pesquisa, acervo que hoje pertence à Discoteca Oneida Alvarenga, no CCSP. A concretização da MPF, foi, sem dúvida, a realização do grande sonho desse homem público, educador, poeta, intelectual que tanto almejou aproximar as culturas populares e erudita, pois acreditava que assim se produziria uma cultura que representaria o Brasil.

19 - Campinas foi o município que retornou 32 questionários, sendo eles respondidos por 27 professoras, 3 médicos, 1 diretor de escola e 1 pessoa a qual o campo da profissão encontra-se ilegível. As danças assinaladas por mais de 50% dos entrevistados foram: a valsa (28); polca (26); mazurca (25); quadrilha (22); miudinho (16); samba ou batuque (16). Esses dados foram acessados no acervo da SEF, pertencente ao CCSP.

Figura 3



Reis de Congo. Pombal (PB), 11/4/1938. Foto de Luiz Saia.

DIÁLOGOS COM A CONTEMPORANEIDADE

Uma importante referência para a construção das análises, estabelecendo diálogo com a contemporaneidade, foi o documentário Mário e a missão (2003), dirigido por Luiz Adriano Daminello, que refez o trajeto da MPF de 1938 e registrou as manifestações na atualidade. Observa-se que, apesar das falas dos brincantes, que denuncia a falta de apoio governamental, pouco incentivo e verba para a realização das manifestações, há enorme empenho por parte dos mesmos em dar continuidade às tradições,

20 - Expressão utilizada por uma das entrevistadas quando falou que mesmo sem ajuda financeira de instituições governamentais a agremiação persiste em manter a manifestação, Rosinete, presidente da Nação do Maracatu Elefante, MÁRIO e a missão (2003).

uma vez que essas estão no sangue[20].

Também na busca de estabelecer novos diálogos, realizei entrevistas com o dois pesquisadores da obra de Mário de Andrade, o diretor do documentário citado acima; Amarildo Carnicel, que refez a segunda viagem etnográfica de Mário de Andrade, nos fins dos anos de 1980, objetivando fazer novos registros fotográficos das imagens documentadas pelo intelectual quando esteve no nordeste entre os anos de 1928-29. Por fim, a mestra de danças populares Raquel Trindade. Seja pelos depoimentos dos pesquisadores, que tiveram contato com o universo das danças pesquisadas por Mário de Andrade, nas últimas décadas, ou ainda da mestra de danças que até hoje desenvolve projetos de extensão no campo das culturas populares, nota-se que houve transformações em vários aspectos. Todavia, as danças continuam povoando espaços e tempos de vários grupos, agremiações, comunidades, se reinventando em vários cantos do Brasil.

Finalizo a dissertação com um texto, em estilo epistolar, para Mário de Andrade, contando sobre as descobertas suscitadas pelo estudo da sua obra, informando-lhe dos mais recentes acontecimentos relacionados à continuidade das manifestações populares e afirmando ao poeta que, ao fim da pesquisa, a sua previsão, registrada pela emblemática frase: “Da maneira como as coisas vão indo, a sentença é de morte”, não se concretizou, pois mesmo persistindo as limitações, barreiras, dificuldades para que os brincantes perpetuem suas tradições, há algo que transcende, fazendo com que esses sujeitos persistam em brincar, dançar, cantar e nos encantar com sua arte.

Declaro que:

Com o decorrer da pesquisa realizei outros encontros com as danças; diferente da brincante que há alguns as vivencia, esses novos encontros aconteceram através dos relatos do turista que narrou as sensações e impressões quando das suas andanças pelo país, que se deparou com tantos outros brincantes, ou ainda, com a leitura de Danças Dramáticas, onde você contextualizou as que foram registradas nos finais dos anos de 1920; ao basear-me no documentário Mário e a missão... percebo o quão atuais e significativas são elas, mesmo admitindo as transformações ocorridas visto que... as culturas não são estáticas. Confesso também que, neste momento, tal pesquisa inspira e possibilita-me maior proximidade para instituir um diálogo com você, poeta, escritor, brincante, político e obstinado pesquisador que se empenhou em mostrar outros Brasis.... Seus registros, publicações e ações de disseminação das danças populares foram acompanhados por uma grande preocupação com a morte dessas culturas, com isso resultaram na produção de um extenso material que se tornou referência para quem se proponha a aprofundar os conhecimentos sobre esta temática... Saliento que recolho do passado, para olhar as danças no presente, a capacidade de resignificação das identidades dos sujeitos, pois ao realizarem essas manifestações artísticas são eles (as)

que passam a serem os (as) protagonistas, se permitindo comunicarem ludicamente... Transformam-se em reis, rainhas, caboclos, guerreiros, palhaços, juizes, mestres, mestras, e tantas outras personagens existentes em nossas danças... os encontros com as danças através da sua obra são inspiradores para se alargar os conhecimentos relacionados a essas manifestações populares. Hoje, muito mais que antes, sinto-me instigada a dividir saberes adquiridos através das minhas vivências e aqueles acessados depois deste nosso encontro... Teria muito, mas muito mesmo, o que compartilhar, mas por ora vou encerrando... (PAULA, 2012, p. 166-175)

Felizmente podendo dizer: Viva a dança, dança viva![25]
Porque muitos (as) de nós continuamos na dança!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Teodora de Araújo. *Herdanças de Corpos Brincantes: Os Saberes da Coreografia em Danças Afro-brasileiras*. Natal, RN: Editora da UFRN, 2006.
- ANDRADE, Mário de. "O samba rural paulista". RAM, ano IV, vol. XLI, nov/1937a, p.37-116.
- _____. Mário de. *Poesias Completas*. 3ªed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A.; Brasília, INL, 1972.
- _____. *O Turista Aprendiz. Estabelecimento de Texto, Introdução e Notas de Telê Porto Ancona Lopez*. São Paulo, Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- _____. *Danças Dramáticas do Brasil*. Edição Organizada por Oneyda Alvarenga. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982a, vol. 1.
- _____. *Danças Dramáticas do Brasil*. Edição organizada por Oneyda Alvarenga. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982b, vol. 2.
- _____. *Danças Dramáticas do Brasil*. Edição organizada por Oneyda Alvarenga. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982c, vol.3.
- BAKHTIN, Mikhail M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. 4ª ed.
- BATISTA, Marta Rossetti (org). *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia; Música e Dança; Cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004- (Uspiana: Brasil 500 anos).
- BENJAMIN, Roberto E. C. *Folguedos e Danças de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: PCR, 1989.
- CARNICEL, Amarildo. *O Fotógrafo Mário de Andrade*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- CONRADO, Amélia V. S. "Danças populares brasileiras.Valor educacional, cultural e recurso para pesquisa e recriação cênica". Secretaria de Cultura. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2004. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Folguedos/dancas.htm> Acesso em 25/10/2011.
- GOBBI, Márcia A. "Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos das

25 - Verso do poema Danças, de Mário de Andrade, escrito em 1924, cf. ANDRADE, 1972.

- crianças pequenas no acervo de Mário de Andrade”. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura*. São Paulo: Perspectiva/ Editora da USP, 1971.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. SP: Livraria Duas Cidades, 1972.
- PAULA, Roberta Cristina de. “Quem foi que disse que não vivo satisfeito? Eu danço! Encontros com as danças na obra de Mário de Andrade”. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- SANTOS, Eleonora Campos da Motta. “A expressão danças dramáticas em textos acadêmicos.” VI Congresso de Pesquisa e pós-graduação em artes cênicas”. 2010. Disponível em: < <http://www.portalabrace.org/vicongresso/pesquisadanca/Eleonora%20Campos%20da%20Motta%20Santos%20express%20dan%20dram%20em%20textos%20acad%20amicos.pdf>> Acesso em: 18/07/2011.
- SANTOS, Marciano dos. “A dança de São Gonçalo”. RAM, ano III, vol. XX-XIII, março/1937, p.85-116.
- Filmografia
- MÁRIO e a missão*. Direção, roteiro e pesquisa: Luiz Adriano Daminello. Produção executiva: Jorge Palmari. Trombeta Produtora de Imagens, Rede STV, Fapesp, Labjor e Instituto Uniemp, 2003.

O Compahc de São Bernardo do Campo - No curso das políticas municipais de preservação

The Compahc of São Bernardo do Campo – On the way of municipal preservation practices

MARCELO CARDOSO DE PAIVA

Historiador formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

marcelo@apenas.com

Resumo

Este artigo é uma leitura da trajetória do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo, o Compahc-SBC, analisando aspectos como a origem do órgão, seus critérios de atuação e suas medidas de preservação com ênfase na prática do tombamento à luz de uma discussão mais ampla sobre práticas de preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Políticas Públicas; São Bernardo do Campo

Abstract

This article is an overview on the Historical and Cultural Heritage Municipal Council of São Bernardo do Campo, the Compahc-SBC, by analysis of aspects such its birth, its standards of action and preservation arrangements under the light of a wider discussion about Cultural Heritage Preservation Practices.

Keywords: Historical heritage; Public policy; São Bernardo do Campo

1 - Este artigo foi escrito como resultado do trabalho final da disciplina Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado no Brasil sob orientação dos professores doutores Anna Lúcia Duarte Lanna e Paulo César Garcez Marins na pós-graduação da FAU-USP, cursada pelo autor.

2 - Informações detalhadas sobre cada bem tombado, textos de decretos e leis e outras informações relevantes sobre Compahc estão disponíveis na internet na página da Secretaria de Educação e Cultura no site oficial da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo www.saobernardodocampo.sp.gov.br.

3 - São elas Educação e Cultura, Assuntos Jurídicos, Obras, Planejamento e Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Habitação e Meio Ambiente, Esportes e Serviços Urbanos. Soma-se às elas a Seção de Memória e Patrimônio.

4 - OAB-SBC, Universidade Metodista de São Paulo, Diretoria de Ensino da região de SBC, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de SBC, Instituto do Patrimônio do ABC, Eco-juris – núcleo sobre meio ambiente, Associação dos Artistas e Artesãos de SBC, Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC), Terra Viva – movimento de resistência ecológica e SOS Chácara Silvestre.

Ação dos poderes públicos municipais sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural tem sido cada vez mais intensa e relevante nas últimas décadas. Isso se deve pelo fato de que os poderes públicos municipais herdaram o desafio de enfrentar questões e tensões sociais inerentes ao patrimônio não resolvidas ou sequer contempladas por órgãos de preservação federais e estaduais. Assim, é por meio deles que se torna mais nítido o enfrentamento de diversas forças sociais que caracterizam o patrimônio como um qualificado espaço de poder. Por essas razões se faz bastante relevante o estudo ainda escasso da atividade dos órgãos municipais de preservação [1].

O Compahc, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo, existe desde 1984, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura e assessorado oficialmente pelo Serviço de Patrimônio Histórico da cidade. Até hoje vinte e um bens edificados foram tombados e mais de cem outros bens estão em estudo para definição de seu grau de proteção[2]. O inventário faz parte das Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural, documento emitido em 2002 que define uma política de atuação para o órgão. O Compahc atua através de um colegiado de vinte membros sendo nove representantes de secretarias municipais[3], dez representantes de organizações da sociedade civil[4] e um historiador, todos com mandato de dois anos. Partindo da consulta do Livro de Atas e do Livro Tombo do Compahc, leis, decretos, jornais e publicações, busco fazer aqui uma leitura da trajetória do Compahc até o início da década de 2000 à luz de uma reflexão mais ampla sobre práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural.

A escolha do município de São Bernardo do Campo para a discussão se deve não só pelo pioneirismo e experiência do Compahc como também pela particularidade de seu processo histórico essencialmente industrial caracterizado por significativas ondas migratórias (estrangeiras e nacionais), movimentos sociais e políticos de proporções nacionais e intensa transformação de sua paisagem urbana (um sério desafio para preservação do patrimônio). Esses aspectos fazem da experiência do município na preservação de bens culturais um objeto interessante de reflexão.

O município de São Bernardo do Campo surge em 1944 emancipado do atual município de Santo André. A preocupação do poder público municipal com o patrimônio cultural aparece pela primeira vez em 1969 quando, por via do decreto-lei municipal N°9 de 1969, nove bens imóveis são arrolados sendo eles quatro capelas, uma igreja (todas católicas), três casas e a primeira igreja presbiteriana da cidade.

Ao longo da década de 1970, servidores públicos municipais da região teceram ações no sentido de preservação da memória regional mobilizando a população. Em 1976 em Santo André foi realizada uma campanha pública que recolhia junto à comunidade suportes de memória que deu origem em 1981 ao atual Museu de Santo André, que hoje reúne um rico acervo com fotografias, hemeroteca e objetos sobre a história da região desde o século XIX. Em São Bernardo do Campo, na mesma época, funcionários da Divisão de Biblioteca tiveram iniciativa semelhante recolhendo diversas contribuições dos cidadãos bernardenses (incluindo registros de patrimônio imaterial) para compor o que deram o nome de Sala São Bernardo. O acervo recolhido hoje compõe um centro de cultura popular e folclore sobre a cidade. Ao início da década de 1980 grupos independentes da sociedade civil como o jornal *Diário do Grande ABC* e o Gi-

pem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória) também promoviam a defesa do patrimônio cultural de diversas maneiras.

Em 1975 a prefeitura de São Bernardo do Campo lança o Projeto Lorena (TOLEDO, 1975), um ambicioso plano de revitalização da Calçada do Lorena e outros caminhos da Serra do Mar bem como os monumentos nelas existentes. Foram contemplados no Projeto Lorena caminhos em torno dos quais o Grande ABC (ou mais especificamente São Bernardo do Campo) se estabeleceu: Caminho do Padre José (de Anchieta, século XVI), a Estrada do Lorena (final do XVIII), A Estada da Maioridade (meados do XIX), a Estrada do Vergueiro (segunda metade do XIX), o Caminho do Mar (década de 1910) que ligavam Santos à capital, e os monumentos da Serra concebidos por Victor Dubugras na década de 1920 por encomenda do então Presidente do Estado de São Paulo Washington Luís. Ao Professor Benedito de Lima de Toledo da FAU-USP coube a autoria e coordenação do mega-projeto que previa a instalação de um grande parque turístico e também a preservação ambiental da Serra do Mar envolvendo diversas empresas. A iniciativa da prefeitura rendeu medidas protetoras do Condephaat que em 1979 tombou o conjunto[5]. Entretanto o Projeto Lorena não aconteceu e a revitalização do conjunto só foi iniciada na década de 1990 patrocinada pela Eletropaulo sendo o parque aberto à visitação apenas em 2004. O Compahc e a prefeitura não participaram do processo exceto prestando consultorias isoladas no fim da década de 1980.

No entanto, a idéia de uma ação pela preservação do conjunto histórico e natural da Serra do Mar amparada pelo Condephaat parece muito ter mobilizado a sociedade e seus representantes para a preservação do patrimônio histórico e cultural na região. Somado a isso, em 1981, o incêndio que atingiu o prédio da antiga estação ferroviária Alto da Serra na vila histórica de Paranapiacaba tornou clara e urgente a necessidade de uma ação pela defesa do patrimônio no ABC. O momento propiciava a discussão. Em 1982, o jornal *Diário do Grande ABC* alerta sobre o risco de demolições das estações ferroviárias. Em novembro do mesmo ano, o jornal diz que o projeto de lei que cria o Compahc estava finalizado. Em 1983, em São Bernardo do Campo, há uma mobilização social contra a venda do imóvel dos Estúdios Cinematográficos Vera Cruz e, segundo o jornal, a principal motivação para a abertura oficial do Compahc foi a demolição, no início de 1984, de um casarão na rua Marechal Deodoro listado como bem de interesse (talvez entre os arrolamentos de 1969)[6]. A demolição da casa, que possuía um título assinado por Bernardino de Campos em 1895, ocorreu, apesar dos esforços pela preservação e de embargada pela prefeitura.

Simultaneamente, aqueles servidores ligados à Divisão de Biblioteca se mobilizavam contra a iniciativa da prefeitura de incinerar os documentos oficiais originais após o processo de microfilmagem iniciado em 1979. Sensíveis também às manifestações públicas, começaram a promover a ideia de um órgão oficial para tratar da preservação do patrimônio cultural na forma de conselho aproveitando o material do arquivo oficial não incinerado como fonte de pesquisa para tombamentos. Em 26 de junho de 1984, após estudos e anteprojetos, é então criado o Compahc através da Lei Municipal 2.608.

O primeiro presidente do Conselho foi Enrique Ricardo Lewandowski, que assumiu o cargo de Ministro do STF em 2006 e à época era Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Bernardo. Sua gestão trouxe a colaboração da Emplasa nos procedimentos de levantamento

5 - Inscrição Nº122, p.21 do Livro Tombo Histórico do CONDEPHAAT, disponível para consulta na internet.

6 - Consultar o jornal *Diário do Grande ABC* principalmente as edições de 11/03/1982, 06/11/1982 e 08/08/1985.

para inventários de bens culturais e do Sphan e do Condephaat através de Antonio das Neves Gameiro, e Aduauto Moraes, respectivamente, para elaboração de regimento interno. Os primeiros conselheiros eram de seis secretarias municipais e membros da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, um procurador judicial, um arquiteto e um historiador.

PRIMEIROS ENSAIOS, PRIMEIROS TOMBAMENTOS

Antes mesmo do início das atividades do Compahc a Câmara Municipal decretou que “Os bens arrolados [no Decreto-Lei N°9 de 1969] serão objeto de futuro tombamento” [7]. Tão logo ativo, o Conselho decidiu que “os bens imóveis já arrolados por Lei sejam tombados mediante o levantamento e reconhecimento histórico” [8]. Estavam definidos os primeiros tombamentos.

Dentre esses bens, alguns já contavam com apelo popular como a Capela de Santo Antônio e a Casa do Esporte (atual câmara de cultura). Alguns conselheiros ainda visitaram pontos de interesse ao longo das atuais Avenida Rudge Ramos, Rua Vergueiro, Avenida Marechal Deodoro, Via Anchieta e Caminho do Mar chegando à Serra, percurso que coincide com os antigos caminhos que ligavam Santos à capital, hoje situados em perímetro urbano.

As primeiras ações parecem não ter fugido do “caminho seguro” herdado da “fase heróica” do IPHAN na medida em que priorizaram o tombamento de bens isolados e de caráter excepcional, embora alguns estivessem vinculados à imigração, algo tradicionalmente ignorado pelo órgão federal. A maior parte dos tombamentos prendeu-se ao eixo dos velhos caminhos da Serra do Mar, o que os remetia de alguma forma aos espaços gerados no período colonial e imperial, aos caminhos por onde D. Pedro I e D. Pedro II passaram em missão oficial, a fatos importantes para a história da administração pública do município, ou ainda de igrejas com relíquias trazidas da Europa por imigrantes.

A Capela N. Sra da Boa Viagem, no centro da cidade, por exemplo era ponto de parada para viajantes entre capital e porto. A Casa do Esporte (primeira câmara municipal do ABC e gabinete de vários prefeitos), a Chácara Silvestre (residência de veraneio do primeiro prefeito da cidade Wallace Simonsen, também responsável pela emancipação política do município) e a Casa do Comissário do Café evidenciam escolhas sobre a formação do governo municipal e de personalidades de destaque político e econômico.

Por outro lado, manifestações sociais levantaram novas sugestões de tombamento, sendo em grande parte defendidas pelos conselheiros Bruno Corazza, engenheiro, e Ademir Médici, historiador. Foram então tombados em 1987 o prédio Alfa da Universidade Metodista de 1942 e os Estúdios da Cia Cinematográfica Vera Cruz, terceira companhia cinematográfica brasileira criada em 1949 por Ciccilo Matarazzo e Franco Zampari. A Vera Cruz deu projeção ao cinema nacional com filmes premiados como *Sinhá Moça* e *O Cangaceiro*, entrou em crise financeira e encerrou suas atividades em 1972.

Com forte apoio da sociedade, este foi o primeiro tombamento a contemplar a característica transformação industrial e econômica da cidade no século XX. Atento a isso, Corazza ainda propôs a preservação da chaminé da Cerâmica Garcez e a Torre da Elni, uma estação de tratamento de água para alveijamento de fios de uma tecelagem, ambas da década de 1940. O tombamento da Torre da Elni foi vetado pelo prefeito a pedido do Secretário de Obras que tinha planos de

7 - Consultar Lei Municipal N° 2611 da Prefeitura de São Bernardo do Campo, Art 2° 18/06/1984;

8 - Consultar Livro de Atas do Compahc, 5a Reunião Ordinária, 03/06/1986;

ocupar a área com um estacionamento para o estádio municipal que estava em construção no local. A torre só chegou a ser tombada em 1999.

Em 1989, ao fim da primeira gestão, o prefeito Maurício Soares pede revisão do regimento interno para inclusão de mais setores da prefeitura. Desde então não há registros de reuniões do Compahc até 1993, embora em 1990 tenha sido publicada a Lei 3.496 tombando a Cidade da Criança, construída em 1968 como cenário da novela *Redenção* da extinta TV Excelsior.

A despeito desse hiato, cresce o debate acerca da preservação do patrimônio histórico e cultural no grande ABC nos anos seguintes. A Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo realizou através do Serviço de Documentação da História Local (que desde 1988 supriu o serviço técnico do Compahc) o II Congresso de História do Grande ABC: Caminhos e Rumos: Índios, escravos e operários em 1992 no qual se discutiu a conjuntura do patrimônio da região e vários especialistas colocaram à prova a atuação dos órgãos de preservação[9]. O município de Santo André acabara de criar o Condephaapasa, seu conselho de defesa do patrimônio e São Caetano do Sul a Fundação Pró-Memória, uma autarquia responsável pela proteção do patrimônio da cidade.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DESENHAM AS POLÍTICAS

O prefeito Walter Demarchi convoca a reabertura do Compahc em 1983. Conrado Bruno Corazza, representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, é eleito presidente do Conselho por unanimidade. À nova gestão se impunham diversos desafios: zelar pelos bens tombados, compor um corpo técnico e se estabelecer perante administração pública e sociedade. Se nos primeiros anos se fez uso do tombamento como um fim, agora se apresentava a necessidade de se encontrar vias mais efetivas de preservação.

A gestão de Bruno Coraza foi conduzida por circunstancialidades e urgências. Por um lado a má conservação e o abandono em que se encontravam os bens protegidos já eram por si só temerários. Por outro, roubos, arrombamentos, depredação e até ocupações, atestavam que o destino dos bens tombados era a questão mais urgente a ser tratada. Outro problema que engessava o Compahc era a impopularidade do tombamento que causava demolições e vendas de bens de interesse mais rapidamente do que processo jurídico de proteção conseguia agir.

Os problemas eram vários: a reforma em andamento na Capela Santo Antônio trazia o risco de descaracterização; a população pedia reabertura da Capela de São Bartolomeu para realização de missas dominicais; a Casa do Esporte fora invadida e ocupada e sua recuperação fora iniciada sem o aval do Compahc, o SDHL fez um levantamento dos monumentos da cidade que necessitavam de cuidados mais urgentes e o tombamento da casa à Praça Samuel Sabatini que abrigou o primeiro ginásio da cidade fora revogado em decorrência da demolição do bem para venda do terreno[10]. Em seguida o Conselho se uniu também à população agindo em defesa da preservação do terreno das antigas Indústrias Matarazzo, última área verde do centro da cidade, de propriedade do Ministério da Previdência Social, que estava sendo pouco a pouco devastada. Mesmo enviando ofícios e buscando resultados junto ao Prefeito Walter Demarchi, ao Ministro da Previdência Antônio Brito, ao Ibama e até ao Presidente da República Itamar Franco, o Compahc, impotente assiste ao loteamento e venda da área.

Em 1995 a nova gestão assume o Compahc sob a presidência de Augusto

9 - *As transcrições das mesas-redondas do Congresso foram publicadas nos Anais do 2º Congresso de História da Região do Grande ABC - Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Ações Culturais, 2000.*

10 - *Lei Municipal 3455 de 08/02/1990 da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.*

11 - Livro de Atas do COM-PAHC, 12ª Reunião Extraordinária, 30 de junho de 1997.

12 - Livro de Atas do COM-PAHC 6ª Reunião Extraordinária, 25 de junho de 1996.

Frederico de Almeida que tomou como meta principal “definir a atuação política de preservação do patrimônio histórico do Compahc”**[11]**. Para tanto, Almeida buscou qualificação para os conselheiros promovendo cursos, estudos e parcerias com instituições locais como a Universidade Metodista e também buscou apoio da USP, do Condephaat e do Iphan. Assim ficou claro que “O ideal é que o uso seja compatível com o tombamento servindo para atividades culturais”**[12]**. Concomitantemente o Compahc buscou fortalecer a relação e se sincronizar com outras secretarias municipais para viabilizar seus processos. Os resultados foram notáveis. Eventos envolvendo os bens culturais foram promovidos e incluídos na agenda cultural da cidade dando visibilidade ao patrimônio cultural. Esse conjunto de ações reestruturou o Conselho, melhorou sua imagem pública e sua eficiência e acabou por lhe garantir novo fôlego.

Carolina Fusari, representante da OAB, assume a presidência do Conselho em 1998 por ter boas relações na prefeitura. Sua gestão foi marcada pelo amadurecimento do conceito do entorno do bem cultural, pela retomada do tombamento e pela parceria com a iniciativa privada para preservação e revitalização de alguns bens. Em 1999, a partir do SDHL é criado e regularizado o Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural, sendo até hoje uma de suas atribuições oficiais dar suporte técnico administrativo ao Compahc.

As novas propostas de tombamento passaram a contemplar a industrialização, bens naturais, paisagens e áreas envoltórias, por exemplo, as Indústrias Matarazzo na Vila Lusitânia e dez casas de sua antiga vila operária próximas ao centro da cidade, o Obelisco do Soldado Constitucionalista (monumento feito em 1982), alguns túmulos do Cemitério da Vila Euclides, a Torre da Elni (novamente), e a fonte de água mineral decorada com azulejos no bairro Baeta Neves. Até 2000 o Compahc demonstra intensa atividade no cenário político e social com maior divulgação de atividades, participações em seminários, expansão da representatividade civil e secretarias municipais e ainda na manutenção dos bens tombados como o restauro da Capela de Santa Filomena após um incêndio e as reformas da Capela N.Sra. da Boa Viagem e da Igreja Presbiteriana cujo teto desabara.

Em abril de 1999, seis conselheiros na tentativa de estabelecer um fluxo-grama de tombamento mais eficiente acabaram por sistematizar a atuação do Conselho em comissões técnicas: vistoria, assuntos jurídicos, arquitetura, história, educação, área envoltória e meio ambiente. Elas vigoram até hoje e incluem também conselheiros suplentes. Os mesmos seis conselheiros definiram como critérios de tombamento o sindicalismo, a industrialização, imigração/colônias, movimento migratório, urbanização e memória agrícola. Finalmente se esboçavam alguns critérios de atuação que dotou o Compahc de uma eficiência sem precedentes elevada ainda mais na gestão seguinte quando Bruno Corazza retorna à Presidência do Conselho.

Em 2001, um workshop sobre patrimônio cultural com apoio de vários profissionais e do Ministério Público deu início a uma série de estudos e reuniões entre os conselheiros, culminando na elaboração do documento intitulado Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural, que determina a política de atuação do Compahc. Nele se definem os critérios para tombamento, a ampliação do conceito de patrimônio cultural incluindo diversas formas manifestações de memória, o entendimento de bens naturais como objeto de ação cultural humana, o reconhecimento da diversidade e das tensões sociais nas manifestações de

memória, o patrimônio imaterial, a representação civil no Conselho, a continuidade das ações independente das flutuações político-administrativas, e, acima de tudo, “considerar o patrimônio como um direito social fundamental” [13]. As Diretrizes organizaram a ação do Compahc em identificação (inventário), proteção física (definição do uso), proteção legal e divulgação. Politicamente o documento defende a democratização do patrimônio histórico e cultural e sua acessibilidade, as atribuições do corpo técnico, a política de incentivos e a inserção do Conselho na política de planejamento urbano do governo municipal.

13 - Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural. Prefeitura de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Compahc, 10 de abril de 2002;

CIDADE E PATRIMÔNIO: E A EXPERIÊNCIA DO COMPAHC E OS CAMINHOS DE PRESERVAÇÃO

A história do Compahc apresenta um emaranhado de questões dignas de reflexão dentro da discussão atual sobre práticas de preservação do patrimônio. A primeira que chama a atenção são os repertórios de bens culturais e a natureza das medidas de preservação tomadas como tombamentos e inventário. A partir desses repertórios se coloca uma questão sobre a dimensão política do Conselho: quem são os conselheiros, que grupos ou interesses sociais e políticos representam e em que medida influenciam esse repertório? Por fim resta a ampla reflexão sobre qual é o papel do Estado, na esfera municipal, no que diz respeito ao patrimônio e sua preservação.

Maria Cecília Londres Fonseca indica que “passam a se tornar viáveis tombamentos estaduais e municipais” em decorrência de uma “política pública fundada sobre o valor simbólico da nacionalidade e conduzida por uma instituição estatal que gozava de alto grau de autonomia em relação aos movimentos da sociedade” (FONSECA, 2005). Assim resta aos órgãos municipais contemplar em sua ação as tensões e dinâmicas que caracterizam a experiência histórica local.

O tombamento foi sempre tido pelo Compahc como principal e por vezes única medida de proteção dos bens culturais e continua sendo expressão máxima de sua ação. No entanto, o Conselho colidiu com demandas da sociedade bernardense por vezes completamente contrárias às suas próprias expectativas. O Compahc então se viu obrigado a considerar as formas de reapropriação do patrimônio cultural pelos cidadãos e, por isso, a necessidade urgente de ajustamento às demandas culturais da sociedade. Em outras palavras, embora “A ação desenvolvida pelos órgãos oficiais se realiza com variados graus de autonomia em relação à vontade política da sociedade” não se exclui o fato de que “a ‘preservação’ do patrimônio cultural é, antes, prática social que acrescenta novos bens, valores e processos culturais à experiência da comunidade envolvida. Nesse sentido, ela é sempre uma forma de intervenção” (ARANTES, 1987).

Onze dos vinte e um bens tombados pelo Compahc foram registrados logo em sua primeira gestão. Destes, nove foram os bens arrolados pela prefeitura em 1969 e, seguindo a tradição do Iphan, não constituem mais do que um esboço um tanto monumental das primeiras ocupações da cidade. Assim, à parte das experiências cotidianas e da memória coletiva, desde o início se tornaram difíceis de traduzir pela população. Não por acaso os bens tombados foram roubados, depredados e até ocupados e a ação do Conselho estancou na discussão da dificuldade em se tratar de tombamentos.

No início dos anos 90, os casos da perda da área verde das Indústrias Reunidas Matarazzo e da Casa à Praça Samuel Sabatini (já tombada), ambas no centro da cidade, mostram que o Compahc também enfrentou uma resistência

da própria administração pública municipal em reconhecer a legitimidade de sua ação. De acordo com Márcia Kersten,

A prática do tombamento, também uma intervenção humana, direciona as paisagens e o seu entorno alterando, substantivamente, seu significado, inventando uma tradição e uma história distinta às unidades tombadas. Desta perspectiva, pode ser definida como um instrumento de planejamento e de gestão urbanística e ambiental (KERSTEN, 2000: 153)

Tendo isso em vista, o que qualifica a intervenção não pode ser o ato do tombamento, mas os efeitos que ela causará no cotidiano do espaço urbano enquanto planejamento e gestão desse mesmo espaço e como se relacionará com a dinâmica da sociedade que o habita.

O Compahc precisou conquistar um lugar dentro do poder público a fim de obter legitimidade às suas medidas de preservação. Para tanto, leva praticamente uma década para viabilizar novos tombamentos. Preciso para isso se focar numa via de mão-dupla entre a administração pública e as demandas da sociedade (organizada ou não). Nesse processo, com o Inventário de Bens Culturais, criou recursos mais elaborados que definem diversos graus de preservação, desde o simples registro até o tombamento, proporcionando assim maior flexibilidade nas suas medidas, como se confere na preservação do desenho urbano da Vila Caminho do Mar e de alguns aspectos do Cemitério da Vila Euclides, o mais antigo da cidade.

Na esteira desse aprendizado, as Diretrizes demonstram que o Conselho investiu tanto numa inserção mais ativa na agenda da administração pública quanto na contemplação dos processos históricos mais latentes de transformação da cidade como critérios para a preservação. O documento ainda sinaliza maior abertura prevendo a preservação de bens “que são significativos e representativos da memória dos diversos grupos sociais que produziram o espaço da cidade”^[14]. Ainda assim é muito desproporcional o número de tombamentos relacionados ao processo de industrialização, aos fluxos migratórios e aos movimentos operários característicos de São Bernardo do Campo. Há um longo caminho a se percorrer nesse sentido.

Isso só se possibilitará a partir da criação de canais mais sólidos de comunicação para participação mais ativa da sociedade e melhor conhecimento de suas demandas, que até o momento só chegam ao Compahc por via da atuação dos representantes de setores organizados da sociedade civil. No início eram quatro conselheiros hoje já somam dez.

Por essa razão, ainda está por se fazer um estudo sociológico cuidadoso sobre esses agentes dentro de conselhos. Quem são os conselheiros? Quais são as entidades que representam? Quais interesses os conduzem à preservação do patrimônio? Em que medida representam de fato diversos grupos sociais no Conselho? Sua participação que qualifica o Conselho como um espaço político onde tomam lugar tensões sociais que se manifestam através do patrimônio. Nesse sentido, o próprio curso dos conselhos traz pistas para se compreender as dinâmicas de poder que transformam o espaço urbano hoje, logo, a própria história da cidade. Por isso o estudo e a reflexão sobre a atuação dos órgãos municipais de

14 - *IDEM*.

preservação e seus agentes são de grande pertinência.

Na história do Compahc fica claro o destaque individual de alguns conselheiros como Bruno Corazza, engenheiro representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São Bernardo do Campo. Corazza muito defendeu tombamentos relativos à industrialização (a Torre da Elni e a Chaminé na Av. Pery Ronchetti) e ainda contribuiu com idéias como a instalação de um Museu Industrial do Automóvel no prédio da Perkins (indústria de motores), afim com o processo industrial e econômico da cidade.

Simone Scifone, geógrafa representante da Universidade Metodista muito contribuiu para a consideração de bens naturais como patrimônio. A conselheira esteve à frente na defesa da fonte de água mineral do bairro Baeta Neves, um afloramento de lençol freático decorado com o painel de azulejos, e também da preservação da área verde no entorno da Chácara Silvestre, hoje a maior área verde da mancha urbana de São Bernardo do Campo. Scifone muito ajudou a viabilizar, por exemplo, o tombamento da Árvore dos Carvoeiros, de valor histórico e paisagístico situada à Via Anchieta, do Jatobá da rua Vergueiro e da área verde da Chácara Lauro Gomes.

Outro exemplo emblemático é a socióloga Doraci Sponchiato, supervisora do Serviço de Patrimônio Histórico do município (o serviço técnico do Compahc) e sua representante no Conselho. É em sua função que serviço técnico e deliberações do Conselho se encontram. A conselheira, junto com Simone Scifone e outros conselheiros, muito colaboraram na organização das comissões técnicas e na elaboração das diretrizes. Além disso, Doraci Sponchiato estava entre os funcionários da Divisão de Biblioteca que na década de 70 tiveram a iniciativa da Sala São Bernardo que em contato com vários grupos sociais deu origem ao Centro de Pesquisa de Folclore e Cultura Popular, o que muito colaborou com o entendimento do Compahc sobre o patrimônio imaterial entre outros.

Por fim, qual é e qual deve ser o papel do Estado na definição de políticas de preservação do patrimônio? Para Marilena Chauí é papel do Estado subsidiar tecnicamente os movimentos sociais para a organização de suas próprias memórias e preservação de suas tradições e referências culturais em condições de autonomia. Nesse sentido, o Estado, compreendido como serviço público, deve sobretudo servir, oferecendo recursos e respaldo para que os diversos grupos sociais elejam e preservem suas próprias referências. O trabalho dos especialistas em patrimônio deve ser de serviço técnico para que os movimentos sejam sujeitos e autores do trabalho memorialista.

No caso da preservação do patrimônio, embora o tombamento seja competência exclusiva do poder executivo, os conselhos devem servir como agentes democráticos pelo reconhecimento e defesa do direito dos cidadãos à memória e à cultura, entendida por Chauí simultaneamente como fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos e valor ao qual temos direito à criação e à fruição, “procuramos assim (...) tornar inseparáveis cultura política e política cultural que buscam a democratização dos direitos” (CHAUÍ, 1992).

Evidentemente que o exercício de tais direitos pelos cidadãos na realidade são eclipsados por poderes atuantes na dinâmica do Estado. Esses mesmos poderes também interferem diretamente nas políticas de preservação de patrimônio por inúmeras razões e interesses, especialmente quando envolvem capital e iniciativas privadas. Por conseguinte, os conselhos vagueiam no que Marly Rodrigues define como “o emaranhado das pressões e dos limites político-administrativos

e das discussões dos critérios de atuação, esses elementos essenciais mas não suficientes para definir uma política de atuação” que, para a autora além de gerar “perdas inestimáveis ao patrimônio” cria uma imagem pública de ineficiência (RODRIGUES, 2000).

O Compahc em casos significativos foi de encontro aos interesses do poder político governante. Inicialmente para o tombamento da Torre da Elni já mencionada anteriormente, sofreu veto pelo prefeito a pedido do secretário de obras que viabilizava empreendimentos no local. Não muito tempo depois, mesmo contando com forte apoio popular, o Compahc não consegue sucesso em proteger a área das Indústrias Reunidas Matarazzo criando aquela imagem pública de ineficiência apontada por Marly Rodrigues. Não sem esforço, o Conselho garante a preservação dos Estúdios Vera Cruz e evitar sua venda sendo a definição do seu uso uma questão delicada ainda a ser resolvida.

O exemplo mais expressivo é o caso da área da Chácara Silvestre, um entrave entre Conselho e prefeitura que se arrasta desde 1999 quando foi aprovado um projeto de aproveitamento da área que inclui a instalação de “pistas de cooper, aparelhos de ginástica. local para eventos, infra-estrutura para recebimento do público (sanitários, bebedouros, etc)”[15] concessões para restaurantes e vários outros serviços e também prevê a derrubada de centenas de árvores para a instalação de uma escola ambiental. A sociedade se manifestou contra o projeto da prefeitura e o Compahc solicitou a revisão dos estudos que considerassem a máxima redução do impacto ambiental, menor descaracterização da área, e uso mais adequado com o valor do conjunto, negociação ainda longe de ser resolvida. A Chácara Silvestre, que abriga em seu casarão o Centro de Pesquisa do Folclore e Cultura Popular desde 1984 e o material do Museu Histórico Pedagógico Raposo Tavares desde 1988, durante as negociações ainda em andamento permanece fechada. O caso envolve o Compahc em uma séria problemática que surge como efeito do que Rogério Proença Leite define como:

políticas de gentrification, cujo resultado mais visível é a alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural (...) termo (...) aqui utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais (...) que partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre o Estado e iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como uma mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido político do lugar ao tomar o cidadão como consumidor (LEITE, 2004: 19 a 21).

São vastas as várias outras questões que podem ser abordadas a partir do estudo e análise da atuação do Compahc e dos conselhos municipais de preservação, entre elas a consideração do uso do patrimônio protegido como valor para preservação, ao que o Conselho bernardense tem se mostrado atento. Mas há ainda uma diversidade de valores e manifestações culturais na sociedade que foge ao alcance desses órgãos. Por esse motivo o estudo de sua experiência muito

15 - Livro de Atas do COM-PAHC. 19ª Reunião Ordinária, 4 de março de 1999. fls. 64 a 66.

contribui para a revisão de parâmetros, busca de referências e entendimento das práticas sociais inerentes ao patrimônio cultural. Por fim o Professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes bem define a dimensão da questão do patrimônio cultural e sua preservação:

são os objetos, as coisas físicas. (...) inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente. (...) É só o trabalho que constrói a realidade e a história outra coisa não é senão o fruto do trabalho do homem. Por isso mesmo, não é coincidência que só exista respeito pelo patrimônio Histórico quando também existe respeito pelo trabalho do homem. (MENEZES, 1980)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Anais do 2º Congresso de História da Região do Grande ABC. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Ações Culturais, 2000.
- ARANTES, Antonio. “Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 22, Brasília, 1987;
- CHAUÍ, Marilena. “Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org) *Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. SP, DPH, 1992.
- FONSECA, Maria. *O Patrimônio em Processo – Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2a Ed. Rio de Janeiro, UFRJ, IPHAN, 2005;
- KERSTEN, Márcia. *Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História – Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora UFPR, 2000;
- LEITE, Rogério. *Contra-usos da Cidade – Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004;
- MENEZES, Ulpiano. “Objeto material como documento”. In: *Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas*. São Paulo, IAB/Condephaat, 1980;
- MICELI, Sérgio. “SPHAN: refrigério da cultura oficial”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Nº 22, Rio de Janeiro, 1987.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado – A Instituição do Patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. SP, Ed.Unesp, Imesp, Condephaat, Fapesp, 2000.
- TOLEDO, Benedito. *Projeto Lorena - Os Caminhos do Mar: Revitalização, Valorização e Uso dos Bens Culturais*. PMSBC, PROTUR-SBC, 1975.

História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901)

History of wealth in São Paulo coffee economy:
the Arruda Botelho family (1854-1901)

MARIA ALICE ROSA RIBEIRO

Pesquisadora colaboradora do Centro de Memória-Unicamp (CMU) e professora adjunta aposentada da Faculdade de Ciências e Letras Unesp (Araraquara)

marr@terra.com.br

CRISTINA DE CAMPOS

Professora colaboradora junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp

campos@ige.unicamp.br

Resumo:

Através da atuação do patriarca da família Arruda Botelho, observamos que a riqueza gerada na segunda metade do século XIX dependia fundamentalmente da diversificação dos negócios. O desenvolvimento da economia cafeeira implicou a criação de novas oportunidades de investimentos como ferrovias, casas comissárias e bancos, setores que o patriarca investiu graças ao capital acumulado em suas atividades da lavoura cafeeira.

Palavras-chave: História econômica e social; Economia cafeeira paulista; família Arruda Botelho

Abstract:

Through the work of the patriarch of family Arruda Botelho, we perceive that the creation and the accumulation of wealth in the “paulista” economy, in the second half of the 19th Century, depended on business diversification. The growth of the coffee economy implied in the opening of new investment opportunities such as railways, coffee trade firm and banks, sectors that the patriarch invested in with the accumulated capital from his agricultural activities.

Keywords: Economic and Social History; Paulista coffee economy; Family Arruda Botelho

As primeiras manifesta­ões de uma economia agrário-industrial na capitania de São Paulo datam do final do século XVIII. Tal iniciativa fazia parte do plano de recupera­ão da economia colonial, engendrado pelo Marquês do Pombal, responsável pela dire­ão do governo metropolitano de Portugal, o qual o Brasil estava subjugado. Em conformidade a este deste projeto, a introdu­ão da cultura da cana-de-a­úcar na capitania de São Paulo foi realizada entre as vilas de Itu e Jundiá. A lavoura da cana-de-a­úcar e os engenhos para o seu processamento espalharam-se com facilidade por toda a capitania, provocando a expans­ão da fronteira agrícola paulista, sendo incorporadas à regi­o de Itu e Jundiá outras vilas como Mogi Mirim, Piracicaba, Araraquara, Franca e Capivari.

O a­úcar se espalhou com facilidade pelo território paulista, tanto que PETRONE (1968) o dividiu em duas regi­es produtoras de a­úcar: as de “serra acima”, situadas no Vale do Paraíba em dire­ão ao Rio de Janeiro, compreendendo cidades como Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Jacaré, Taubaté e Pindamonhangaba; a segunda regi­o, na divis­o da autora, situa as terras do sertão, localizadas no planalto paulista entre os rios Mogi-Guaçu, Piracicaba e Tietê, entre as cidades de Sorocaba, Piracicaba e Jundiá. Esta área mais tarde se consolidaria como o maior produtor de a­úcar paulista, ficando conhecida como o quadrilátero do a­úcar (PETRONE, 1968).

Para esta exposi­ão, vamos fazer esta brevíssima recapitula­ão dos primórdios da economia açucareira paulista com destaque para os elementos relevantes para entendermos os novos padrões de acumula­ão e diversifica­ão de atividades verificadas entre as famílias paulistas, no período de 1850 a 1901.

O objetivo deste trabalho é analisar como que ocorreram estas diversifica­ões de capital, ou melhor, como que determinados grupos familiares passaram a diversificar os investimentos conseguidos com o café, e assim, aumentaram suas fortunas. Para tal intento, iremos concentrar nossos estudos em um grupo familiar específico, a família Arruda Botelho, cujas primeiras atividades estiveram ligadas à produ­ão do a­úcar e posteriormente, ao café. Com a fortuna acumulada com o sucesso do café, esta família diversificará seus investimentos atuando em outros negócios como empresa ferroviária, casa comissária e bancos.

OS PRIMEIROS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA ARRUDA BOTELHO

Nas primeiras décadas do século XIX o cultivo da cana-de-a­úcar era comum na regi­o de Rio Claro. Os engenhos de a­úcar ali instalados eram, porém, rudimentares em termos de técnicas produtivas, se comparados aos engenhos em funcionamento no nordeste brasileiro (DEAN, 1977: 39). As formas de processamento da cana-de-a­úcar na regi­o foram trazidas por indivíduos vindos da regi­o conhecida como quadrilátero do a­úcar. [1] Após a subida da Serra de Rio Claro, os vastos campos que ali se espriavam eram denominados como os Campos de Araraquara. [2] A instala­ão desses indivíduos nesta regi­o, nas primeiras décadas do século XIX, foi devido ao recebimento de Carta de Sesmaria (CORRÊA, 1967 e GORDINHO, 2004).

Neste período, o pequeno vilarejo de Araraquara era considerado boca de sertão, último ponto antes de adentrar em terreno desconhecido. Muitos destes indivíduos, sobretudo, militares – em reconhecimento pelos seus serviços prestados a Coroa portuguesa – haviam adquirido terras nesta regi­o. Uma das cláusulas do contrato de sesmarias destaca SÁ NETO (2002), era a ocupa­ão imediata das terras para que não perdesse a posse legal das mesmas. Este mesmo autor

1 - Segundo PETRONE (1968) a regi­o do quadrilátero do a­úcar era formada pelas cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá.

2 - Geograficamente, a área envolve os municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Brotas e Dois Córregos.

ressalta, contudo, que era a própria Coroa Portuguesa que estimulava a ocupação do território por meio de mecanismos de incentivo para aqueles que se predispuessem a abrir uma propriedade voltada para a lavoura ou à criação. Existiam duas vocações para as novas propriedades que proporcionavam a sua posse legal: a lavoura do açúcar, em voga no período, mas que demandava um contingente elevado de escravos para a sua manutenção; e as atividades pecuárias, mais viáveis e com um custo menor em braços para tocar o empreendimento.

Dentre os proprietários que investiram no estabelecimento de lavouras em suas terras está Carlos José Botelho (1778-1854), o Botelhão. Em 1815, coube a Carlos José a posse da Sesmaria do Pinhal, por herança de seu pai, Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho[3]. A área da sesmaria era de três léguas de quadra. A posse formal da sesmaria de Carlos Bartholomeu, onde havia sido instalada uma fazenda de criação de animais, ocorre com a abertura da Fazenda Pinhal. Para GORDINHO (2004: 19), a posse desta sesmaria “era o primeiro passo que Carlos Bartholomeu dava para a instalação de bases sólidas para toda a família”. E, de fato o foi como pretendemos analisar ao longo deste trabalho.

A extensão de terras sob sua posse não se limitou a Sesmaria do Pinhal. Pouco depois, Carlos Bartholomeu adquiriu por compra do Cirurgião Mor Manoel Martins dos Santos Rego uma concessão de sesmaria na mesma região. Neste mesmo ano de 1786, seu filho mais velho, Manoel Joaquim, foi agraciado com uma terceira sesmaria, de três léguas de quadra, também nos Campos de Araraquara (GORDINHO, 2004: 23). Em 1795, Carlos Bartholomeu de volta a Piracicaba, requereu e conseguiu a Sesmaria do Bom Jardim do Salto, junto ao rio Piracicaba. Com todas estas terras, a posição social da família foi fortalecida e também estavam lançadas as bases pela qual a fortuna familiar prosperaria.

O pai adquiriu as terras, cabendo aos seus filhos efetuarem a posse das mesmas. A Sesmaria do Pinhal foi dada ao seu filho Carlos Jose, natural de Piracicaba, mas sempre residente em Araraquara. Para tomar posse de suas terras, Carlos José, o Botelhão[4], instalou uma pequena lavoura e construiu sua casa de morada, cujas características arquitetônicas lembram outras da região de Itu e Piracicaba. Além dos afazeres na Fazenda Pinhal, o Botelhão, se envolveu com a política local, assumindo posição de destaque. Foi o primeiro presidente da Câmara de Araraquara (1833), delegado e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004).

A dedicação à política não prejudicou a Fazenda Pinhal, cujas atividades agrícolas transcorriam normalmente. Para SÁ NETO (2002), foi por volta de 1816 que podem ter se iniciado o plantio da cana, sendo que em 1825 tinha ocorrido a instalação do primeiro engenho de açúcar. Na verdade, o registro forma da instalação do engenho está presente no inventário de Cândida Maria do Rosário, viúva de Carlos José, com data de 1844. Neste documento estão recolhidos os indícios mais significativos do engenho da Fazenda Pinhal: “uma morada de casas na Fazenda do Pinhal com engenho de moer cana onde se fabrica açúcar e aguardente com os seus utensílios” (ÓSIO IN: SÁ NETO, 2002: 25).

Há indícios que o engenho da Fazenda Pinhal tenha funcionado até a década de 1850. Com o falecimento de Carlos José, a fazenda passa a ser administrada por um de seus filhos, Antonio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), personagem cuja trajetória nos negócios será aqui investigada.

Antonio Carlos de Arruda Botelho e seus irmãos estavam estabelecidos na cidade de Piracicaba. Antonio Carlos havia contraído matrimônio com a jovem Francisca Theodoro Coelho, filha do proprietário de terras e político Fructuoso

3 - Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho (1740-1815) ascendeu socialmente devido à carreira militar, lhe garantindo prestígio e destaque dentro da sociedade local. Em 1780, requereu junto à coroa portuguesa àquela que viria a ser a sua primeira sesmaria, perfazendo um total de três léguas de quadra, situada nos campos de Araraquara. Carlos Bartholomeu ampliou os seus domínios de terras comprando e requerendo novas sesmarias próximas a sua primeira doação. Casado com Maria Meira de Siqueira, tiveram quatro filhos, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, Maria Francisca de Arruda, Eugênia Antônia de Arruda e Carlos José Botelho (o Botelhão). As sesmarias foram divididas entre os dois filhos homens (GORDINHO, 2004, 19).

4 - Casado com Candida Maria Sampaio. Tiveram ao todo nove filhos: Maria Jacintha de Meira, Carlos de Arruda Botelho, Antonio Carlos de Arruda Botelho, Capitão João Carlos de Arruda Botelho, Cândida Maria da Pureza, Joaquim de Meira Botelho, Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, Eulália Carolina de Meira e Bento Carlos de Arruda Botelho. (ARRUDA BOTELHO, 2009)

Coelho. Desde 1850, época em que recebeu a convocação de seu pai, Antonio Carlos, estava prosperando nos negócios em Piracicaba como dono de armazém de secos e molhados. Neste estabelecimento vendia “tecidos, ferragens, produtos de armarinho e papelaria, roupas, pólvora, utensílios domésticos (pratos e panelas de ágata e ferro, louças), sapatos (chinelos e botas), espoleta, chumbo, sal, vinho e manteiga importados, enfim todo o necessário para o abastecimento das fazendas da época”. (GORDINHO, 2004: 38) Seus maiores clientes eram fazendeiros, que “compravam principalmente roupas e tecidos para si e para vestir seus escravos, além dos apetrechos de costura, sal e pólvora”. Em seus livros de contas dos anos de 1850 a 1853 constam os registros da instalação de uma padaria e gastos com pedreiros e transporte com padeiro (GORDINHO, 2004: 38).

As atividades comerciais em Piracicaba são interrompidas em 1853, quando Antonio Carlos atende ao chamado de seu pai e se transfere para a Fazenda Pinhal, assumindo a mesma com o seu falecimento, em 1854.^[5] A partir de então, trata de administrar e expandir seus negócios. Assim, como o seu pai, se envolveu com a política local, assumindo os postos de juiz municipal e presidente da Câmara de Araquara (1857 a 1860) e inspetor de instrução pública e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004). Ainda interessado no comércio, montou em parceria com Francisco Jerônimo de Bitencourt a “Sociedade Comercial de Gêneros Nacionais e Estrangeiros”, que funcionou entre 1857 e 1860 na cidade de São Carlos^[6]. Tal fato demonstra o senso de oportunidade de negócios de Antonio Carlos, que se estabeleceu na recém-criada vila um ponto de abastecimento de gêneros de toda a natureza.

Na Fazenda Pinhal, Antonio Carlos intensificou as plantações de café iniciadas pelo seu pai na década de 1840, e também as atividades de pecuária, ficando em um plano secundário as atividades ligadas tanto ao cultivo da cana como à produção de açúcar/aguardente. O que acabamos de afirmar pode ser verificado no inventário de sua primeira esposa, Francisca Theodora Coelho, falecida em 1862. Neste documento não há menção às atividades ligadas ao açúcar na fazenda, o que não quer dizer que Antonio Carlos tenha abandonado o cultivo da cana. Pelo contrário, sabe-se que ele transferiu as atividades açucareiras para outra fazenda de sua propriedade, então recém-adquirida, a Santo Antonio. Nesta foram instalados, segundo GORDINHO, (2004: 61) uma plantação de cana e um engenho de açúcar, ficando na Fazenda Pinhal as atividades pecuárias (bovinos e suínos) e de lavoura, com o plantio do café. As atividades desenvolvidas tanto no Pinhal como na Fazenda Santo Antonio estavam voltadas ao mercado interno, desempenhando papel importante durante a Guerra do Paraguai para o abastecimento das tropas brasileiras acampadas na província de Mato Grosso, com o envio de carnes e derivados do açúcar.

Viúvo e com um filho pequeno para criar, Antonio Carlos se decide pelo segundo matrimônio, desta vez, com a filha de um importante proprietário de terras da cidade de Rio Claro, José Estanislau de Oliveira. O casamento com Anna Carolina de Mello Oliveira, ocorrido em 1863, ou melhor, a união com a família Oliveira, permitiu que Antonio Carlos galgasse novos patamares de riqueza não apenas na região, como na própria província de São Paulo.

A MODERNIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E A CIA. DE ESTRADA DE FERRO RIOCLARENSE

Nas décadas seguintes ao seu casamento com Anna Carolina, Antonio Carlos aumenta seu patrimônio. Em 1876, forma a Fazenda do Lobo (planta 34.000 pés de café), mais tarde passada como avanço de legítima ao filho pri-

5 - A situação da Sesmaria do Pinhal não foi resolvida de imediato. Com mais de 10.000 alqueires, ficou em estado pró-indiviso até 1895 (GORDINHO, 2004).

6 - A Vila de São Carlos foi fundada pelos Arruda Botelho, em 1857.

mogênito, Carlos José[7]. Adquire e forma também, nas cercanias de São Carlos, mais duas fazendas, a Palmital e a Serra, em ambas investindo no plantio de café. Contudo, a atividade econômica da propriedade não era apenas o cultivo do café. Em seu estudo sobre a Fazenda Palmital, Rosane Messias evidencia que esta unidade, aberta também em 1876, era um exemplo de fazenda mista, com “produção de café, milho, feijão, e criação diversos animais para atender à demanda da fazenda” (MESSIAS, 2005: 27-28). Este padrão se repetiria em suas outras propriedades, com o claro direcionamento às atividades cafeeiras.

Antonio Carlos investiu na produção de café em suas fazendas com a compra de máquinas de beneficiamento e outros equipamentos que auxiliavam no preparo do grão após a colheita. Na Fazenda Pinhal, onde a plantação de café não era tão expressiva (algo em torno de 80.000 pés), Antonio Carlos equipou a tulha da fazenda com uma máquina de beneficiamento das indústrias MacHardy e importou uma turbina para movimentá-la. Junto com a máquina de beneficiamento encomendou ao engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, as vagonetas e trilhos do sistema Decauville, utilizados para o transporte do grão seco de café do terreiro até a tulha. Com base no livro de entradas e saídas de material Decauville pertencente ao escritório de engenharia de Paula Souza, em Campinas, referente ao ano de 1881, o então Barão do Pinhal havia feito uma aquisição no valor de 3:822\$000 (CAMPOS, 2007: 187). O material não era exclusivo do Pinhal, sendo distribuído para uso em suas outras fazendas.

Aliado ao seu sogro pode-se afirmar que era significativa a produção de café desta família, contudo, a falta de transportes eficientes nos Campos de Araraquara inviabilizava a produção do café na região. Ainda não servida pelas ferrovias (a ponta de trilho da Companhia Paulista era a cidade de Rio Claro), as produções de Araraquara e São Carlos eram escoadas pelas precárias estradas de rodagem, situação que era conhecida de Antonio Carlos, que como inspetor de estradas, elaborava melhoramentos pontuais. Nestas estradas, que após as estações chuvosas necessitavam ser refeitas, o transporte do café estava sujeito às intempéries climáticas e ao difícil trânsito por estas vias.

Projetos para a construção de linhas ferroviárias que conectariam a região à capital tramitavam no governo provincial, como o projeto do engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno (1875). A especulação sobre a abertura de uma ferrovia ganhou novo impulso em 1877, quando a Companhia Paulista finalmente atinge Rio Claro. Pouco tempo depois, o governo provincial concede o direito de construir e explorar comercialmente uma linha entre Rio Claro e Araraquara aos engenheiros Adolpho Augusto Pinto e Luiz Augusto Pinto. Neste traçado, os trilhos partindo de Rio Claro passariam pela cidade de Itirapina, seguindo depois para São Carlos e Araraquara.

O traçado proposto na concessão dos irmãos Pinto, posteriormente da Companhia Paulista [8], favorecia os produtores da região, entretanto, não satisfaziam o principal grupo familiar local: Oliveira e Arruda Botelho. O desvio para Itirapina não se mostrava favorável para as terras de Oliveira, situadas a mais de 30 quilômetros dos trilhos da nova estrada. Este episódio é especialmente curioso pela “habilidade” de Antonio Carlos em manipular a situação a seu favor. Ocupando cadeiras da Assembleia Legislativa de São Paulo, desde 1864, como deputado pelo Partido Liberal, em 1880, Antonio Carlos chegou a presidente da Assembleia Legislativa. Esta posição certamente o auxiliou a tecer alianças políticas entre os deputados, para que o projeto de construção da nova linha da

7 - Em 1880, a fazenda do Lobo foi doada a Carlos Botelho como avanço de legítima do seu pai. No inventário de sua mãe, na partilha de bens, coube ao herdeiro escravos, e não terras. Entretanto, havia uma referência que dizia “uma parte das terras do Lobo” foi comprada da irmã de seu pai, Rita de Cássia de Meira. (Autos do Inventário de D. Francisca Theodora, 1862, apud SOUZA ARANHA, sd.: 272)

8 - A concessão foi dada aos irmãos Pinto, contudo, foi repassada (ou melhor, vendida) à Companhia Paulista. Especula-se que a venda foi parte de um acordo no qual caberia aos irmãos a elaboração de um projeto de uma nova linhas. (CAMPOS, 2007)

Companhia Paulista não fosse aprovado. Diante da não aprovação, a Companhia Paulista acaba por se desinteressar pela construção da linha, deixando o caminho aberto para que Antonio Carlos adquirisse, por meio de compra, a concessão.

A concessão adquirida por Antonio Carlos, por seu sogro e família Oliveira, percorria um traçado favorável aos interesses dos negócios do grupo. O caminho de ferro deveria seguir a margem da Serra de Corumbataí até atingir as terras da sesmaria do Cuscuzeiro (Analândia) e depois São Carlos e Araraquara. Caberia também aos novos proprietários a organização de uma companhia para a construção da nova linha. A constituição da empresa ferroviária será um marco significativo, o avanço de um patamar de riqueza, que realçaria ainda mais o poderio econômico da família Arruda.

Nesta época, muitas companhias ferroviárias viabilizam seus empreendimentos beneficiando-se da política imperial de garantia de juros, uma medida que buscava incentivar o desenvolvimento das redes ferroviárias na província de São Paulo. Com o uso desta medida, os empresários tinham a garantia de 7% do capital investido da companhia assegurado pelo governo (5% do governo central e 2% do governo provincial). Muitas companhias anteriores e contemporâneas à Rioclarense como a Companhia Paulista (1868) e a Companhia Mogiana (1870) fizeram uso desta medida para garantir a construção de suas linhas férreas.

Em uma manobra ousada, Antonio Carlos, que desde 1879 era Barão do Pinhal, reuniu a quantia de cinco mil contos de réis entre os familiares de sua esposa e produtores locais de Rio Claro e dispensou o auxílio da garantia de juros. Foi a primeira empresa ferroviária a ser construída nestes padrões (GRANDI, 2007). Tendo Antonio Carlos como presidente e seu sogro e cunhados como diretores, a companhia chamou para dirigir os trabalhos de projeto e construção da linha ao mesmo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, que lhe vendera as vagonetas do sistema Decauville.

O uso de uma aparelhagem moderna permitiu que o levantamento da nova linha entre Rio Claro e Araraquara fosse feito em menos tempo, acelerando assim as obras. A contratação de Paula Souza foi em 1880 e, em 1883, os trabalhos de levantamento até a cidade de Araraquara já estavam concluídos. A linha foi entregue ao tráfego de Rio Claro a São Carlos em 1884. (GRANDI, 2007: 48-51). considera que a construção da Rioclarense trouxe impactos positivos para a região de São Carlos e Araraquara, os quais elencamos abaixo:

- reestruturação da economia agrícola local, com a especialização e a diversificação de produção de algumas cidades;
- desenvolvimento da agricultura de alimentos e da indústria de manufatureiros;
- mobilidade do trabalho livre e urbanização das cidades servidas pela linha;
- ampliação da rede urbana paulista.

Os benefícios para o grupo familiar liderado por Arruda Botelho também foram expressivos. A Rioclarense independentemente de ser uma empresa lucrativa, despertava o interesse de outros capitalistas e companhias ferroviárias, em especial, a Companhia Paulista. Cercada pelas demais companhias ferroviárias, a Paulista tinha chances de prolongamento limitadas pelo, assim chamado, oeste novo. A solução seria a anexação dos seus trilhos com a Rioclarense, que a per-

mitiria alcançar zonas novas e a habilitaria a disputar, com suas concorrentes, o caminho para o estado de Mato Grosso, tão cobiçado na época. A partir de 1888, a diretoria da Paulista, através de seu engenheiro do Escritório Central, Adolpho Augusto Pinto, irá começar um processo de negociação da venda da Rioclarense à Paulista (GRANDI, 2007). Outro grupo interessado em adquirir a companhia foram os ingleses, já possuidores do trecho de decida da Serra do Mar, a São Paulo Railway Company, que estavam desejosos em ampliar sua atuação nas zonas novas (GRANDI, 2007).

GRANDI (2007: 81) tece algumas considerações sobre a decisão de Antonio Carlos sobre a venda da Rioclarense, mas afirma que a principal motivação teria sido “sua obstinação em aumentar seus rendimentos com sua principal atividade econômica, a cafeeicultura”. Em 1889, finalmente a companhia era vendida ao capital inglês, passando a ser a The Rio Claro – São Paulo Railway Company. O pagamento à vista foi de £1.050.000, ou seja, ao cambio de 27 pences por mil réis[9], o valor em mil-réis da venda é de 9.332:400\$000.

BANCOS, COMERCIALIZAÇÃO E EXPANSÃO CAFEEIRA

Após a venda da ferrovia em 1889, o, agora, Conde do Pinhal[10] junta-se a outros fazendeiros de café e aproveitam a conjuntura favorável criada pela reforma monetária de 1888 para abrirem três bancos, um, na cidade de São Paulo, e outros dois, nas cidades do interior, São Carlos do Pinhal e Piracicaba. A política monetária do final do Império e início da República, entre 1888 e 1891, alterou as regras de funcionamento do mercado monetário e financeiro, provocando uma intensa movimentação financeira com a criação de bancos emissores que acabam por desencadear a crise do Encilhamento.[11]

O banco fundado na capital paulista – Banco de São Paulo, autorizado a funcionar em 05 de outubro de 1889, dispunha de capital no valor de 10.000 contos, abria suas operações com 10% do seu capital e com a autorização para emitir até 3.000 contos de réis (TANNURI, 1981: 46). Entre os acionistas estavam os parentes de sua esposa, condessa do Pinhal: Estanislau José de Oliveira, Barão de Araraquara, seu cunhado, irmão mais velho da condessa, grande proprietário de terras; João Batista de Mello Oliveira, quinto irmão da condessa e Rafael Paes de Barros, Barão de Piracicaba, seu concunhado, casado com uma irmã da condessa. Além dos aparentados participavam do empreendimento bancário: o Marquês de Três Rios, o Barão de Tatuí, Carlos Teixeira de Carvalho, José de Almeida Prado, Luiz Berrini e o Barão de Jaguará. A notícia da abertura do banco no Diário Popular enfatizava o seu papel de banco de emissão: (...) “resolveram a fundação do banco com capital de 10 mil contos, cujo fim é executar a última lei e regulamento de emissão” (SAES, 1986: 79).

Na assembleia de instalação do Banco de São Paulo participaram 147 acionistas, sendo escolhido presidente, o conde do Pinhal, e os membros da diretoria. Na mesma assembleia foram fixados os honorários da diretoria 6:000\$000 (seis contos de réis) por ano e uma gratificação mensal de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) para o presidente, e de 1:000\$000 (um conto de réis) para os demais diretores (*Diário Popular*, 26/09/1889:2, apud SAES, 1986: 79). Até seu falecimento em 1901 o conde do Pinhal ocupou a presidência do banco.

Além do estímulo dado pela política econômica, por meio de favores oferecidos aos bancos intermediários (TANNURI, 1981: 41), o Conde contava com um elemento a mais: dispunha de liquidez, em decorrência da venda da empresa

9 - O valor da libra em mil-réis era de 8\$888 (8 mil-réis). Ver TANNURI, 1981: 79.

10 - Antonio Carlos de Arruda Botelho recebeu os seguintes títulos nobiliárquicos: Barão do Pinhal (1879); Visconde do Pinhal (1883) e Conde do Pinhal (1887). Ver: BOTELHO, 2000: 16.

11 - Ver análise do fenômeno especulativo em TANNURI (1981).

ferroviária ao capital inglês. Aquele momento, influenciado pelas circunstâncias criadas pelas mudanças institucionais, era excepcional e pesou na decisão de trilhar por novos setores da atividade econômica.

O que chama a atenção no Banco de São Paulo é a participação dos fazendeiros de café na sua fundação. O que se pode observar é que afora o Marquês de Três Rios que já atuava na atividade financeira com participação no Banco de Campinas, de vida fugaz, os outros diretores eram neófitos no negócio, assim como, o próprio Conde do Pinhal. Até 1889, o embrionário sistema bancário e financeiro fora fundado, sobretudo, por comerciantes e capitalistas, emprestadores de dinheiro a juros, que operavam na cidade de São Paulo e /ou de Santos. Há exceções, como o caso da Caixa Filial do Banco do Brasil, única instituição bancário até 1860, dirigida pelo Barão de Iguape, embora grande proprietário de terras e de fazendas o que o distinguia era sua atuação como grande comerciante (SAES, 1986:72-3).

A partir de 1885, segundo Saes (1986: 77), tem início um movimento de busca de “investimento alternativo” por parte dos fazendeiros. Esta procura por novas fontes de acumulação parece ter sido fomentada ainda mais pela concessão do direito de emissão às companhias anônimas (Decreto n. 3403 de 24 de novembro de 1888), que se propusessem a fazer operações bancárias e a emitir bilhetes ao portador e à vista. Este decreto e mais regulamentações sucessivas, principalmente, no período de janeiro a julho de 1889, levaram ao governo proposta de fundação de “grandes bancos” (TANNURI, 1981: 42-4).

Embora a política monetária dos fins do império não explique por si só a constituição do sistema bancário da Província, pois este já vinha sendo formado pelo processo “quase natural” descrito por Saes: “é o movimento do próprio capital que vai constituir esses estabelecimentos” (SAES, 1986: 79). Vemos que a reforma monetária e financeira do fim do Império e dos primeiros anos da República não foi neutra em relação à expansão das instituições bancárias fundadas por fazendeiros. Nessa esteira encontram-se o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo fundado em 1890 e capitaneado, pelo Marquês de Três Rios[12]. Entre os sócios constavam grandes fazendeiros: o Barão de Piracicaba, Rafael Paes de Barros, Antonio de Souza Queiroz e José da Silva Prado; pode-se perceber que os nomes se repetem na participação dos empreendimentos. Carlos P.H. Nielsen ex-gerente do banco inglês figurava no empreendimento que prometia dividendos de 12% ao ano. Além da sede na capital foram abertas duas filiais, uma em Campinas, outra em Santos (Almanach do Estado de São Paulo, 1891: 10 apud SAES, 1986:80).

Em 1891, o Conde do Pinhal fundou o Banco União de São Carlos, na cidade de São Carlos. Na gerência do banco, o conde colocou seu genro Firmiano de Moraes Pinto[13], casado com sua filha Cândida. No mesmo ano, participou ainda da fundação do Banco de Piracicaba, seguramente, aproveitando a conjuntura favorável criada pela política monetária. Esses bancos localizados mais próximos dos fazendeiros facilitavam as transações de depósito-empréstimo, porém o papel mais especializado e uma clientela mais restrita podem ter determinado a sua curta duração, pois distintamente do Banco de São Paulo, que se tornou próspero, aqueles sucumbiram à primeira crise de superprodução de café de 1896. Provavelmente, sentiram mais fortemente o impacto da política monetária de contenção da emissão de moeda e de restrição do crédito de Joaquim Murinho, no governo de Campos Salles. Diante dos percalços vividos desde 1896, o Banco

12 - O capital subscrito foi 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis) e capital pago 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis).

13 - Firmiano de Moraes Pinto foi Deputado Federal, Secretário da Agricultura, da Fazenda e da Justiça do Estado de São Paulo.

União de São Carlos entra em liquidação em 1902. Em uma época de crise de superprodução e de declínio dos preços do café e, conseqüentemente, redução da renda, as dificuldades em cumprir com contratos por parte dos tomadores de empréstimos levaram os bancos à bancarrota (GORDINHO, 2004: 89 e SAES, 1986: 101).

Afora os três bancos, o outro empreendimento que evidencia a diversificação do padrão de acumulação ou a busca por fontes alternativas de acumulação foi a abertura da Casa Comissária Arruda Botelho-Santos. Diante de uma sociedade ainda pouco acostumada a depositar dinheiro em bancos e/ou a tomar empréstimos, o crédito torna-se uma mercadoria escassa e, portanto, de custo elevado, expresso na alta taxa de juros. Em que pese o avanço da estrutura bancária atingido na década de 1880 e no início da seguinte, ainda a sociedade se ressentia da falta de crédito, principalmente entre os grandes e médios cafeicultores que aspiravam elevado padrão de vida, que sonhavam em enviar seus filhos para Europa para realizarem seus estudos e arranjar bons casamentos. Na cafeicultura não bastava plantar, colher e beneficiar o café era preciso armazenar, esperar o “bom momento”, ou seja, preços altos no mercado internacional, para, então, comercializar e vender. Assim, há na cafeicultura um período em que se gasta muito e se recebe pouco, falta recursos monetários para fazer face às despesas. Na ausência de crédito para financiar os gastos de consumo e de custeio, o fazendeiro dependia do comerciante do café, do comissário, que lhe adiantava os recursos monetários necessários para cobrir as despesas. O fazendeiro se comprometia a entregar para o comissário sua safra futura, que, às vezes, nem colhida estava. Portanto, a garantia do financiamento da lavoura de café estava no pé do cafeeiro. Qualquer infortúnio na colheita representava um desastre, pois o fazendeiro já se encontrava endividado.

Na gerência da casa comissária, o Conde colocou seu sobrinho Joaquim de Meira Botelho, filho do seu irmão com quem mantinha contato mais frequente, Joaquim de Meira Botelho. Quando da fundação da casa comissária, o Conde escreveu aos fazendeiros da região – Araraquara, São Carlos, Brotas, Rio Claro, comunicando seu interesse em intermediar a comercialização do café. Assim, ele montou uma rede de fazendeiros dispostos a entregar a venda de suas safras à casa comissária Arruda Botelho Santos. Estes fazendeiros eram eles mesmos beneficiados pela ferrovia que o Conde havia construído, era patente que a ferrovia e a capilaridade de seus ramais cumpriram papel essencial em “catar” o café nas diversas fazendas e colocá-lo nos armazéns em Santos à espera da venda e do embarque para o mercado internacional.

As atividades da casa comissária se articulavam aos outros empreendimentos do Conde. Assim, a casa comissária exercia na verdade papel de captadora de recursos para os bancos, no caso, para o Banco de São Paulo e Banco União de São Carlos. No inventário do Conde, é possível perceber que a Casa Comissária negociava todo o café produzido pelas fazendas da família Arruda Botelho e atendia as encomendas das mercadorias necessárias para o dia-a-dia, desde produtos de uso pessoal até para o consumo da fazenda, dos colonos, e máquinas e ferramentas, sacos para embalar o café etc.[14].

Na correspondência triangular – a casa comissária, os fazendeiros e os gerentes de lojas fornecedoras de produtos – é possível verificar as mais variadas transações realizadas desde encomendas de bacalhau, vinhos do Porto, azeites, vestidos, sabonetes, louças importadas até ferramentas, peças de reposição de

14 - Ao todo eram 10 fazendas mais a Cia. Agrícola de Ribeirão Preto.

máquinas e sacos para embalar café.

A liquidação da casa comissária consta do inventário *post mortem* do Conde, em 1901 (Inventário do Conde do Pinhal, 1ª. Vara de Orphans, 3º. Cartório, proc. 239, 1901, TJSP).

A diversificação dos negócios do Conde, com investimentos nos bancos e na casa comissária realizados nos anos de 1889 e início dos anos de 1890, não significou o abandono da produção cafeeira, ao contrário, houve expansão da lavoura por meio da compra da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto. É interessante observar que o Conde se desfez de velhas fazendas – Palmital, Santo Antonio e Serra, – situadas na região de cultivo mais antigo e, portanto, menos produtivas, para adquirir um empreendimento organizado em bases modernas, situado na região mais produtiva do estado e para onde se destinavam os imigrantes, sobretudo italianos, vindos da imigração subsidiada. Com os recursos mobilizados dos seus empreendimentos, da venda das fazendas e de um empréstimo junto às instituições financeiras Banco de Crédito Real de São Paulo e Banco da República do Brasil, o Conde pode reunir os recursos necessários para realizar a transação de compra da companhia agrícola a qual totalizou na importância de 5.410:000\$000 (cinco mil quatrocentos e dez contos e de réis) em março de 1895 (Inventário do Conde do Pinhal, 1ª. Vara de Orphans, 3º. Cartório, proc. 239, 1901, TJSP: 46).

A Companhia Agrícola de Ribeirão Preto era uma vasta propriedade situada nos limites dos municípios de Ribeirão Preto e Cravinhos, com 2 milhões e quinhentos pés de cafeeiros. A área total da companhia era de 6 mil hectares, dos quais metade era ocupada pela cultura do café e a outra por pastagens, matas e invernadas e empregava em torno de 5 mil trabalhadores na sua maioria italianos. A Companhia organizava-se em 8 seções, denominadas Toca, Monte Belo, Monte Parnaso, Lagoa, Tibiriça, Matão, Santa Fé e Engenho, que se comunicavam com a administração geral localizada na seção principal denominada “Ximborazio” ou Chimborazo. Os trilhos da estrada de ferro Mogiana atravessavam de ponta a ponta a empresa, totalizando 20 quilômetros. Perfeitamente organizados, com material rodante e vagões, os caminhos de ferro percorriam o perímetro da propriedade, facilitando a condução das sacas de café produzidas pelos milhões de pés da rubiácea. Havia ainda grande número de gôndolas e dois carros de passageiros. Três tipos de locomotivas estavam em operação na empresa: “(...)Alfa, a menor usada em manobras; Omega, para o transporte do café da roça e a Chimborázio, a mais possante para o transporte do café beneficiado para a Estação da Cia. Mogiana.”(BOTELHO, 1911)

Duas estações estavam localizadas nas suas terras: Cravinhos e Tibiriçá. A correspondência entre a casa comissária e a companhia, em especial, nos comunicados de remessas de sacas de café, permite verificar o embarque de café por uma e outra estação Cravinhos ou Tibiriçá. A fundação da companhia nos lança de volta ao ano de 1888, quando um grupo de comerciantes e financistas do Rio de Janeiro decidiu fundar a companhia com os recursos desmobilizados do comércio de escravos. A companhia foi organizada dentro de princípios “modernos” das grandes empresas, em seções, onde o trabalho era eficientemente controlado, e uma seção central, que orientava e supervisionava as demais. Os capitalistas fluminenses mantiveram a empresa, quando em decorrência da crise financeira, a venderam para o Conde do Pinhal, em fevereiro de 1894. Na administração da companhia, o conde colocou seus filhos Carlos Amadeu, Carlos Américo, como

diretores, e Carlos José, seu filho mais velho, como gerente. A correspondência entre o conde com seu filho Amadeu mostra as preocupações que o norteavam. O objetivo da compra daquele enorme empreendimento, como o próprio conde expressava em suas cartas, era viabilizar uma carreira profissional e, consequentemente, autonomia econômica dos filhos [15]:

15 - À exceção de Carlos Jose Botelho, médico, e mais tarde Secretário da Agricultura do estado de São Paulo (1904-08), os demais filhos administravam e dependiam dos negócios fundados pelo pai.

(...) comprei essa Companhia por me parecer que era bom negócio para os filhos e só para eles, porém vejo que eles não desejam tomar a sua administração diretamente como a Companhia está constituída. (...) [16]

16 - Carta do Conde do Pinhal para seu filho Amadeu. São Paulo, 6 de outubro de 1898.

Longe da figura do proprietário ausente, residente na capital e envolvido com as atividades comerciais e financeiras, as cartas revelam um proprietário que administrava uma das suas fazendas – a Pinhal – e repassava aos filhos conselhos, preocupações e instruções de como realizar as tarefas ligadas à lavoura, à organização da mão de obra, às tarefas pós-colheita, secagem e beneficiamento do café.

(...). Digo-vos que a minha colheita aqui já terminou e amanhã puxa-se o último café da roça. Aí quando se acaba? Quantos dias têm chovido? Aqui varou o tempo hoje e parece com jeito de durar. É preciso muito cuidado com o café do terreiro que apanharam chuva e precisam do serviço de rodo muito ativo, desde as 10 horas até às 4 da tarde. É preciso muito cuidado na roça a fim de não haver prejuízo do café porque a palha molhada dificulta muito o abanamento e por isso vai muito café na palha. Estou ansioso pelo término da colheita[17].

17 - Carta do Conde do Pinhal para seu filho Amadeu. Fazenda Pinhal, 26 de setembro de 1898.

As cartas varrem o ano de 1898 e mostram a dificuldade de contratar mão de obra para carpir e limpar o cafezal, uma das tarefas mais importantes para assegurar a produtividade do cafeeiro. As idas à Hospedaria de Emigrantes, no Brás, em busca de trabalhadores e de famílias de imigrantes, nessa época, resultavam frustrantes.

(...) Vejo que ainda estas em diligência de arranjar gente para carpir o cafezal sem colono, o qual devia estar com a 2a limpa já realizada. A limpeza dos pastos e a expedição das palhas para os cafezais, não me afligem tanto a demora de mais um mês ou menos um mês, mas as limpas nos cafezais se impõem em absoluto; é preciso limpar de um ou de outro modo.

18 - Carta do Conde para seu filho Amadeu. Fazenda do Pinhal, 25 de setembro de 1898.

O Carlos [Carlos Botelho] por meio de quem você esperava reforço de colonos tem estado na emigração todos os dias para arranjar para si e não lhe era possível ao mesmo tempo arranjar para lá. Ele aqui está de pouso e segue hoje para Dourado e me disse que inscreveu na emigração ao ajudante do G. Lima daí para ter entrada na imigração a fim de poder esse serviço ser feito independente dele que é o que convém[18].

As cartas revelam a mentalidade do fazendeiro, as preocupações constantes – com as intempéries, com a mão de obra, com as tarefas de cada etapa do processo produtivo, e com a safra presente e futura. Nem o financista, nem o comerciante apagou a mentalidade do produtor metuculoso com as tarefas da lavoura.

Em 11 de março de 1901, aos 73 anos, o conde faleceu na Fazenda Pinhal inesperadamente, pois não estava doente e tampouco sofreu acidente. Morreu dormindo. Apreensivo, talvez com o roubo de que fora vítima dias antes, em sua viagem de negócios para o Rio de Janeiro. Na baldeação, em Taubaté, roubaram quase 300 contos de réis em dinheiro que levava consigo.

Seguiu-se a abertura do seu inventário. O conde não fizera testamento. A análise do inventário permite conhecer o total da riqueza amealhada ao longo de sua existência, o legado deixado à esposa e aos herdeiros e como seu patrimônio estava distribuído entre diversos ativos reais e financeiros.

No transcorrer do inventário surgiu um conflito de interesses entre os herdeiros, tendo como estopim justamente o valor atribuído à Cia Agrícola de Ribeirão Preto. Carlos Botelho, único filho do primeiro casamento do conde, considerava a companhia subavaliada, sendo ela a “joia” entre os bens deixados pelo inventariado (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 13 verso - 14, grifos, marr). No monte mor, o valor da empresa era de 3.127:500\$000, sendo, de fato, o item mais valioso do inventário, correspondia a 28% do total da riqueza. Na partilha, as ações da companhia foram distribuídas entre a condessa e seus filhos. (Inventário do Conde, 1901, v. 2 : 13 verso - 20). A contestação de Carlos Botelho funda-se em três elementos: a companhia fora adquirida por valor superior 5.000:000\$000 (5 mil contos de réis); desde então, investimentos foram realizados, de modo que só a valorizaram, e, por fim, em média, o rendimento anual do empreendimento era de 1.000:000\$000 (um mil conto de réis) (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 19-23). Na petição, o advogado, Pedro Lessa, afirmava que seu cliente “será o único herdeiro a sofrer prejuízo”, pois, os demais, sendo herdeiros da condessa, receberão no futuro: “(...) quanto mais baixas as avaliações mais será a porção de bens e valores contida na meação da inventariante” (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 23).

Na defesa dos herdeiros e da meeira, o genro, Firmiano de Moraes Pinto, alegava a crise que se instalara na produção cafeeira e a redução do preço da saca de café, entre 1895 e 1901, como responsáveis pela desvalorização da empresa agrícola; além de que os rendimentos líquidos eram bem menores e restava uma dívida junto aos bancos financiadores (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 46 v- 48 v).

O pedido de reavaliação não foi atendido, os interesses se acomodaram, quando a condessa vendeu 20 alqueires de terras da fazenda do Pinhal a Carlos Botelho para que sua fazenda Santa Francisca do Lobo continuasse a ter acesso ao córrego Capuava para o abastecimento de água.

Do inventário pode-se extrair a forma como estava distribuída a riqueza entre diversos ativos. Na tabela I, o destaque fica por conta da pequena participação dos ativos financeiros (ações de bancos, companhias), com participação de 14%, diante dos ativos reais (fazendas e a Cia Agrícola) que chegavam a quase 34 % do total do patrimônio, esta participação seria maior ainda se agregássemos o valor das fazendas dadas em avanço de legítima para cada um dos herdeiros[19].

Chama a atenção, a baixa participação das dívidas ativas, ou seja, o Conde não se dedicava à atividade de emprestar dinheiro a juros, a não ser para os seus filhos, que eram seus maiores devedores. As duas rubricas sob o título de

19 - O avanço de legítima era formado pelo valor das fazendas situadas em Jaú: Oficina, Carlota, Santana, Santo Antonio, Santa Sofia, João das Velhas e Olaria.

dívida ativa estão relacionadas aos herdeiros.

A tabela II sintetiza os resultados do inventário. O passivo do acervo atingiu a importância de 992:725\$409, cerca de 8% do monte mor sendo a maior dívida a com o Banco São Paulo. A fortuna líquida deixada pelo conde no valor de 10.279:396\$646 (dez mil duzentos e setenta e nove contos trezentos e noventa e seis mil e seiscentos e quarenta e seis réis) pulverizou-se entre a esposa e seus 13 filhos, e assim a vasta rede de negócios, conduzida sob sua firme direção, dissolveu-se.

TABELA I - COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DO CONDE DO PINHAL EM 1901

	Valor	Participação
Monte mor	11.272:665\$055	
Avanço de Legítima	3.884:635\$000	34,46%
Ações da Cia Agrícola de Ribeirão Preto	3.127:500\$000	27,74%
Fazendas da Meeira Condessa do Pinhal	677:585\$000	6,01%
Fazenda do Pinhal	552:265\$000	
Fazendas Salto de Jahu e São Joaquim em Dois Córregos	125:320\$000	
Dinheiro	19:233\$523	0,17%
Ativos Financeiros	1.575:861\$250	13,98%
Ações do Banco União de São Carlos	1.064:830\$000	
Ações do Banco São Paulo	468:585\$000	
Ações das Cias de Estradas de Ferro	42:446\$250	
Bens Imóveis Urbanos	762:800\$000	6,77%
Dívida Ativa – dívida da Cia Agrícola RP	182:000\$000	1,61%
Dívida Ativa dos filhos para a herança	1.089:421\$245	9,66%
Diferença de cálculos[20]	11.319.036,018	100,41%

Fonte: Inventário do Conde do Pinhal, 1901.

TABELA II - ORÇAMENTO DO ACERVO DO INVENTÁRIO DO CONDE DO PINHAL

	Valor
Monte Mor	11.272:665\$055
Passivo	992:725\$409
Débito Banco União de São Carlos	80:000\$000
Débito Banco São Paulo	803:000\$000
Débito Joaquim Meira Botelho	2:856\$129
Administração dos bens	100:000\$000
Custas do processo	6:869\$080
Monte Líquido	10.279:396\$646
Meação da Viúva Inventariante Condessa do Pinhal	5.139:969\$823
Meação dos Herdeiros	5.139:969\$823
Imposto de Transmissão causa mortis incide sobre a meação do inventariado Conde do Pinhal	23:263\$919
Meação dos herdeiros	5.116:705\$904
Dividido em 13 partes iguais Legítima dos herdeiros	393:592\$761

Fonte: Inventário do Conde do Pinhal, 1901

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu mostrar a formação e diversificação dos negócios da família Arruda Botelho liderada por seu patriarca Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal. A base da formação de sua riqueza encontra-se na posse das terras da sesmaria herdada de seu pai em 1854. Este é o marco inicial das atividades rurais concentradas na agroindústria açucareira e na criação de

20 - Uma diferença de cálculos de 46:370\$963 (quarenta e seis contos e trezentos e setenta mil e novecentos e sessenta e três réis) foi encontrada, provavelmente, este valor está em excesso no adiantamento de legítimas aos herdeiros.

gado. Ao longo dos anos, algumas decisões foram fundamentais para a consolidação e crescimento de sua riqueza como a substituição da lavoura de cana-de-açúcar e a fabricação do açúcar pela cultura do café, quando os preços no mercado internacional se tornaram mais favoráveis ao último produto. Durante as décadas de 1870 e 1880, a manutenção de elevadas taxas de crescimento da demanda mundial por café estimularam a abertura de novas fazendas. Porém, os ganhos com a penetração do café nas áreas de fronteira, como São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto tornaram-se realmente expressivos com a verdadeira revolução no sistema de transporte, a ferrovia. Novamente, a decisão de Antonio Carlos de investir, com outros fazendeiros da região e, em especial, com seu sogro, Visconde de Rio Claro, na ferrovia, Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, resultou em redução de custos de transporte do café da região para o porto de Santos. Mas significou também a entrada em um novo ramo de negócios que lhe trouxe lucros. Quase dez anos depois, a companhia ao ser vendida para capitalistas ingleses, Antonio Carlos pode dispor de capitais com os quais pode tomar decisões em direção de uma nova virada na diversificação dos negócios. As decisões, entretanto, não se dão no vazio, elas capturam as oportunidades criadas pelo desenvolvimento da economia cafeeira, como um todo, e as mudanças institucionais que também criam espaços para novos negócios. Aqui três mudanças institucionais tiveram influência nas decisões de diversificar: Abolição da Escravatura, reforma monetária de 1888-1891 e a política monetária restritiva de Campos Salles. A fundação de três bancos entre os anos de 1889-1891, a entrada no mercado de comercialização do café com a casa comissária em Santos, 1891 e, por fim a compra de um vasto e moderno empreendimento cafeeiro, a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto.

Em que pese que a diversificação da riqueza consoante com o novo padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste Paulista, no caso estudado, a busca por novas fontes de investimentos reforçou a base produtiva agrícola – o café – sob bases modernas e mais produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA BOTELHO, Maria Eulália Gama de. Família Arruda Botelho. “Descendência do Conde do Pinhal”. Disponível em <http://www.arruda.botelho.nom.br> Acessado em dezembro de 2009.
- BOTELHO, Martinho. *Brazil Magazine. Revista Periódica e Ilustrada d'Arte e Actualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro*. Rio de Janeiro, ano V, n. 57, 1911.
- BOTELHO, Antonio Carlos de Arruda. *Naninha, Aceitai as Minhas Saudades*. São Carlos: EdUFSCar, 2000.
- CAMPOS, C. “Ferrovias e Saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1892”. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Cartas remetidas pelo Conde do Pinhal aos filhos Carlos Botelho e Carlos Amadeu de Arruda Botelho. Coordenação da transcrição Profa. Miriam Zambel. Associação Pro Casa do Pinhal, São Carlos, 2009.
- CORRÊA, Ana Maria Martinez. “História social de Araraquara”. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Documentação da Casa Comissária Arruda Botelho Santos. Aviso de remessa. Arquivo da Casa do Pinhal.
- GORDINHO, Margarida Cintra. *A Casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Associação Pró Casa do Pinhal, 2004.
- GRANDI, Guilherme. *Café e Expansão Ferroviária. A Companhia Estrada de Ferro Rio Claro (1880-1903)*. São Paulo: Editora Annablume/Associação Pro Casa do Pinhal/FAPESP, 2007.
- HOFFMAN, JR. José. *Livro Histórico da Cidade de Nova Odessa*. São Paulo, Millenium, 2007.
- Inventário do Conde do Pinhal. 20 de março de 1901. Primeira Vara de Órphans 3º. Cartório proc. 239 (Arquivo do tribunal de Justiça de São Paulo)
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da Riqueza São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec; Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985.
- MESSIAS, Rosane. “Fazenda Palmital: Da escravidão ao trabalho livre, 1885-1917”. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Araraquara, 2005.
- PETRONE, Maria Teresa. S. “A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio”. São Paulo: Difel, 1968.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “Padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste, 1850-1901: primeiras notas de três estudos de caso - um Comendador, um Marquês e um Conde”. Texto para Discussão. HERMES & CLIO Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, FEA/USP, 2010. (Seminário de História Econômica, 01 set. 2010)
- SÁ NETO, Francisco de. A civilização aos “Campos de Araraquara” e o processo de caracterização da identidade paulista com a chegada dos Arruda Botelho, da fazenda de criar à fazenda de café. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930*. São Paulo, IPE/USP, 1986a.
- SOUZA ARANHA, M. A. A. B. (s/d) “Sombras que Renascem. Memórias de família - costumes de uma época. Fazenda Santa Francisca do Lobo, São Carlos”
- TANNURI, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec, 1981.

Um experimento em arte-educação, fotografia e oralidade

Tese de Doutorado defendida em 2012
na Faculdade de Educação - Unicamp
Orientadora: Olga. R. M. Von Simson

SELMA

MACHADO

SIMÃO

Em minha trajetória como educadora, aprendendo as coisas do mundo, fui aos poucos me aprofundando nessa *arte* de ensinar *arte* e sobre os benefícios que este ofício traz para as pessoas envolvidas nestes processos, tanto mestres como aprendizes. Aos poucos, fui entendendo cada vez mais como arte-educadores são capazes de penetrar na vida das pessoas fixando memórias, trazendo conhecimento, estabelecendo relações afetivas e transformando-as. Porém, sempre achei que a exploração desta área de conhecimento na qual predomina a expressão dos aspectos da subjetividade humana, além da troca, do saber e do encantamento, ainda nos dias de hoje, segue sendo mal aproveitada. Frequentemente voltava-me às seguintes questões: se a arte se baseia em uma verdadeira necessidade humana, comprovada por inúmeros teóricos de diferentes áreas em diferentes épocas, por que então com raríssimas exceções ainda é tão minimamente explorada nas escolas? E quando isto acontece, por que na maioria das vezes é transmitida de forma superficial e mecânica por meio de moldes escolares, roubando-lhe o potencial mágico da descoberta e do envolvimento? Será por puro desconhecimento, ou será que o caráter de liberdade e ousadia que a arte propicia, ainda hoje ameaça ou assusta grande parte das pessoas envolvidas nos processos educacionais?

Analisando Jung e referindo-se à criação e sua potencialidade Herbert Read conclui que nossos males coletivos devem vir da supressão da habilidade criativa e espontânea do indivíduo. Argumenta que a falta de espontaneidade na Educação e na organização social originou a desintegração da personalidade, que se configurou através dos tempos como resultado dos avanços econômicos, industriais e culturais desde a Renascença (READ, 2001:221-222). E ainda, tendo em vista a reintegração do ser humano, Ernest Fischer relata:

A arte pode elevar o homem de um estado de fragmentação a um estado de ser íntegro, total. A arte capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torná-la mais humana e mais hospitaleira para a humanidade. *A arte, ela própria é uma realidade social* (FISCHER, 1976: 57).

Mas só defender a arte na educação não basta, pois é necessário discutir também os equívocos básicos sobre a concepção da arte em si mesma, que ainda nos dias de hoje, persistem em sobreviver.

Urge que de uma vez por todas deva-se abandonar a ideia de que adentrar a esta área de

conhecimento é um privilégio de elite, e consequentemente, abrange atividades reservadas para poucos. Ou ainda, com a mentalidade de reduzir suas potencialidades, concebê-la como um conjunto de atividades somente voltadas para preencher os interstícios de tempos livres entre aulas, adornar espaços, experienciar materiais, ou fazer terapia.

Desvendar o verdadeiro significado da frase: Arte para todos é abalizar o direito de ter acesso a ela, por conseguinte, usufruí-la, já que estas são prerrogativas inerentes ao homem. Isso inclui a certeza de que o arte-educador não precisa se tornar artista, mas o que prevalece como qualificativo para este profissional, obviamente além da apreciação sincera de seu trabalho e do amplo conhecimento teórico relativo à área, é também a propensão a motivar seus educandos a expressarem-se, apresentar disposição à receptividade, abertura no acolhimento e aceitação da diferenciação e diversidade dos talentos, além de denotar entusiasmo ao provocar o desenvolvimento destes talentos.

Desde os primórdios dos tempos a arte integra formações culturais e mesmo que muitas vezes não a percebamos, já entra em nossas vidas muito mais do que possamos imaginar. É só olharmos em volta e constatarmos que está presente em nosso dia-a-dia como uma força renovadora capaz de transfigurar a realidade pela transformação da matéria, irrompendo visualidades e abrindo ideias.

Dessa forma é necessário continuar insistindo ainda hoje no apelo de alertar aos sistemas de ensino que considerem o conhecimento adquirido nas aulas de artes detentor de muitas propriedades. Entre elas as que são relativas ao conhecimento, construção e representação do mundo e da sua expressão simbólica, mas principalmente como um meio capaz de valorizar a sensibilidade, prezando suas qualidades humanizadoras e cuidando para que estas aulas não sejam relegadas à condição de lazer e repouso.

Com esta convicção e com o objetivo de realizar uma pesquisa social com crianças que envolvesse a arte-educação por meio de investigações e práticas conduzidas sob o ponto de vista ético, busquei também na oralidade uma forma de qualificá-la culturalmente. Isto porque através

dela o público envolvido na pesquisa produz conhecimento a partir de seu próprio passado, participando efetivamente deste processo.

E quando relacionada à educação de crianças acaba aperfeiçoando também a abordagem didática, pois existe uma dificuldade por parte delas em imaginar os modos e costumes de pessoas no passado por causa da complexidade de construção da relação espaço/tempo. Auxiliados por este meio de transmissão oral de conhecimentos, com relatos, narrativas e entrevistas realizadas pelos educandos, surgem novas condições para ilustrar o imaginário sem a obrigatoriedade de estarem intimamente comprometidos a decorar fatos ocorridos. Uma estratégia espontânea de reconstrução da história, mesmo que parcial em sua narrativa, que não se sente obrigada a dar conta de todo saber institucional.

Sandra Jatahi Pesavento relata que a memória cívica que é fomentada pelas diretrizes políticas ou regime que estabelece a celebração memorialística não tem o calor da afetividade de uma memória reconstruída tecida na vivência pessoal ou partilhada em uma comunidade (2002:29). No geral, as instituições escolares reforçam a memória coletiva seguindo um modelo fixado que opera por automatismo incentivando a “decoreba” de datas e eventos em uma sucessão de inferências impostas a memória. Além disso, Ernest Gombrich defende que crianças com menos de doze anos, não devem ser forçadas a compreender fatos históricos. Para ele, devemos deixá-las fazerem suas próprias descobertas, mas adverte que é nosso dever como professores preservar a noção do passado, ideia que o autor justifica neste comentário: “Acho que a própria vida se torna mais rica se você tem a consciência do tempo” (GOMBRICH, 2005:33-34).

Na condição de investigadores de seu próprio meio, os estudantes trocam a posição de rebedores passivos de conhecimento difundido pelos métodos tradicionais da escola, transformando-se em formuladores de proposições, agentes ativos de sua própria aprendizagem.

Assim, inspirada por estas ideias busquei meios facilitadores ao desenvolvimento de estratégias realistas para comprovar o valor da arte na educação, ligada à memória individual e social, aos saberes das próprias crianças, seus valores, hábitos

e costumes. Elaborei um projeto que tencionava estimular as crianças a exercitarem um olhar investigador deflagrando sentidos menos aparentes dos fenômenos vividos, pois como adverte Edmir Perroti que pela apropriação e fruição indiscriminada de objetos industrializados, muitas vezes, a cultura de massa acaba conduzindo à formação de crianças moldadas e padronizadas, sem opiniões próprias (1991:28). Mediante estas circunstâncias a pesquisa veio também embasada na vontade de possibilitar às crianças, momentos capazes de ampliar suas apreensões, indo além da limitação vinda das fronteiras mecanizadas e doutrinadoras dos produtos culturais voltados à infância.

E pensando sobre as consequências unificadoras destes fenômenos Suzana R. V. da Cunha, questiona:

O que me pergunto e pergunto a vocês é: se todos nós estruturamos, nos anos iniciais de nossas vidas, o pensamento simbólico-poético, similar aos dos artistas, então, por que a maioria das pessoas desistem de transformar a obviedade do cotidiano? Entendo que são muitos fatores: sociais, culturais e econômicos que estancam as possibilidades de re-significar o que está aí no mundo e singularizar ações, pensamentos e modos de ser. Em um contexto cultural mais amplo, podemos pensar o quanto as produções culturais imagéticas, que circulam nos mais variados meios, modulam nossos modos de ser e de pensar. Imagens que produzem pontos de vista sobre o mundo e ao mesmo tempo anestesiam nossos sentidos em relação ao “diferente”, ao estranho, ao inusitado (CUNHA, 2011:2).

Assim, é grave a perda da curiosidade ou desta espécie de instinto investigador geralmente ocasionado por um nivelamento praticamente imposto aos educandos que os conduz a sérias implicações no processo de aprendizagem. E sobre estas prescrições, recaímos em discussões sobre alguns efeitos vindos da globalização, tema que Jose G. Sacristán enfrenta afirmando: “A globalização não pode ficar limitada a uma ligação entre ‘os de cima’, deixando de fora ‘os de baixo’” (2007:19).

Todas estas inferências geraram a tese de doutorado: Eu, meu bairro, nosso mundo - Um experimento em educação não-formal confluindo

saberes e prazeres, defendida em fevereiro deste ano. Elaborei esta pesquisa a partir da reflexão e da análise do desenvolvimento e dos resultados de atividades de artes aplicadas durante um semestre, em dois encontros semanais de três horas, a um grupo de sete crianças na faixa etária de oito a doze anos participantes de um espaço de educação não-formal sem fins lucrativos localizado na periferia da Zona Norte da cidade de São Paulo.

Em resumo, este espaço de educação não-formal é uma instituição de pequeno porte, relativamente nova, ainda insuficientemente reconhecida tendo em vista a grande precisão de apoio financeiro externo devido às necessidades alarmantes da comunidade em que está localizada. Assim, trata-se de uma entidade com sérias carências materiais pela falta de auxílio econômico local não só dos moradores do entorno quanto de políticas públicas que possam auxiliar seu desenvolvimento. Além destes problemas, apresenta sérias deficiências no trabalho educacional que realiza pelas lacunas existentes na formação dos integrantes de sua equipe pedagógica. No entanto, como este espaço de educação não-formal, foi gerado a partir dos interesses da comunidade e esforça-se para atender grande parte destas solicitações, estas falhas e dificuldades, não impediram que a equipe da Ong construísse relações positivas com as famílias assistidas, baseadas na credibilidade e na afetividade.

Na região existem três favelas e as famílias das crianças e adolescentes participantes da Ong residem em conglomerados de moradias, localizadas em sobreposição espacial, com espaços aquém do mínimo necessário para manter índices mínimos de segurança em relação aos riscos e às degradações ambientais. As crianças e jovens são, portanto, pertencentes a grupos populacionais muito pobres e sofrem alta privação de recursos básicos de existência, seja pela má distribuição de renda, ou ainda pela insuficiência de políticas públicas para atender suas necessidades mais prementes. Em muitos casos, são submetidos a maus tratos e expostos à violência em seus próprios lares.

Tendo em vista que o trabalho foi realizado em uma região de alta vulnerabilidade social, é comum uma tendência de acabar cedendo ao rótulo da vitimização ou, segundo Jacques Revel (1989), tentar formular a enunciação do discurso

do que é cultura popular no trabalho de pesquisa. Contrapondo-se a essa concepção o autor afirma que quando o intelectual considera a cultura popular exótica, contribui com este pensamento para seu próprio apagamento.

Consequentemente, trabalhando com populações desfavorecidas economicamente, detentoras de uma cultura própria, no intento de não recair neste erro, busquei relacionar o espaço educacional não-formal com a comunidade, com o bairro, e com a sociedade em geral, ou seja, o micro com o macro, sua permanência e constante mudança.

Paralelamente à precariedade dos locais, a aproximadamente dois quilômetros dos portões da ong, localiza-se o Horto Florestal, um espaço de lazer e cultura muito importante para os bairros da região. A entidade também fica próxima à Serra da Cantareira, sendo que esta região foi considerada área de preservação ambiental, internacionalmente reconhecida pela Unesco em 1994, e pertencente à reserva da biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, com *status* de Patrimônio da Humanidade. Esta reserva é formada por zonas-núcleos, conhecidas como unidades de conservação sendo que a maioria delas é administrada pelo Instituto Florestal.[1]

Então, verificamos aí um paradoxo, pois de um lado encontramos uma região enriquecida por extensas áreas verdes preservadas e amplamente valorizadas, principalmente quando se discute a questão da qualidade da moradia em uma megalópole com tantos problemas de poluição como a cidade de São Paulo. De outro lado temos várias favelas com uma infinidade de problemas relativos à habitação, muitos deles ocasionados pela sobreposição de casas em espaços reduzidos. Este contraste traz a tona uma situação muito peculiar que confronta um raro privilégio oferecido às crianças da região (que é o acesso facilitado ao ambiente natural) com uma carência desmedida de recursos de todos os tipos – cenário interessante para uma pesquisa de âmbito educacional.

Diante deste contexto, estes espaços foram explorados amplamente pelo grupo de crianças integrantes da pesquisa por meio das linguagens artísticas. Além de conter o fio condutor que parte do indivíduo para chegar à coletividade, o estudo também dedicou-se a um propósito esta-

belecido de permear as experiências integrando-as no contexto dos espaços frequentados pelas crianças, revalorizando-os. Ou seja, foi idealizada baseando-se em atividades que giraram em torno destes círculos concêntricos: indivíduo, espaço de educação não-formal, bairro onde está localizado e suas contiguidades.

A pesquisa foi aplicada pela metodologia de tipo participante e envolveu também gestores, educadores e integrantes da Ong em uma ação totalizadora. Além disso, também voltou-se para a contribuição da significação dos espaços da entidade e do bairro a que pertence relacionando-a ao trabalho coletivo e à oralidade com intuito de fomentar às relações da memória compartilhada e formação de identidade. Para isso, as crianças realizaram entrevistas com moradores mais antigos do bairro, com os integrantes do espaço educacional, com seus colegas e pessoas da família. Considerando que o homem se comunica pelas linguagens, pela representação e pela mediação, uma ação educativa que permita o enriquecimento destes laços de comunicabilidade, colabora com a criação e o aprimoramento de uma consciência de caráter crítico e participativo.

A linguagem fotográfica e a linguagem pictórica foram amplamente exploradas nas atividades incluindo-se também a utilização de imagens fotográficas antigas do bairro e imagens de fotos tiradas pelas próprias crianças: delas mesmas; dos locais do espaço educacional do qual participam e de espaços culturais do bairro visitados em passeios que realizaram pelos arredores do bairro. As imagens obtidas por estas atividades possibilitaram a elaboração de mapas, desenhos, pinturas e colagens sobre os aspectos que apreciaram na investigação. Dessa forma, a construção da noção do olhar fotográfico através da experiência de registrar imagens atuais do bairro, e das experiências de apreciação sensível que esta linguagem imagética propicia, trouxe o reconhecimento e a revalorização do meio em que vivem.

A pesquisa de campo foi elaborada através dos dados recolhidos e registrados sob a forma de descrições em um diário de campo, incluindo: fatos, diálogos e reflexões. As descrições constaram de detalhes dos modos de funcionamento e aspectos sociais, culturais do grupo de crianças e demais integrantes do espaço de educação não-

-formal, objeto de pesquisa. Também foram colhidas cento e quarenta imagens fotográficas dos principais acontecimentos durante as atividades com o intuito de contribuir com as análises realizadas.

Além disso, devido ao fato de congregarem as funções de pesquisadora e educadora ao mesmo tempo, minha atuação se configurou em um tipo de participação efetiva buscando, portanto o equilíbrio entre a prática educativa e a atuação investigativa e social. Portanto, procurei construir conjuntamente com o grupo de crianças, meios de conquista para que elas pudessem perceber-se como seres criativos e produtores. Puderam também comunicar verbalmente e graficamente, seus pensamentos e sentimentos enquanto escreviam sobre seus sonhos e aspirações.

Com estas produções concluídas, pude realizar paralelamente a apresentação de dados e análises de pesquisa, pois estes trabalhos foram sugeridos a fim de que deixassem marcas, vivências da reconstrução de uma memória que diz respeito a elas mesmas e aos adultos mais próximos – suas maiores referências de experiência e conhecimento.

Dito isto, pois com o intuito de rever os processos históricos, sociais e culturais do educando, negamos a tendência homogeneizadora, e acentuamos a relevância nos âmbitos identitários e memoriais reconhecendo os processos de constituição da cultura local, ligados aos aspectos de hibridização, ou seja, da mistura de culturas (CANCLINI, 2001). Zeila de Brito Fabri Demartini também aponta a importância da necessidade de “captar as diferenciações existentes” e a maneira como os problemas educacionais são vivenciados e representados por cada grupo, para podermos escapar de leituras lineares dos vários períodos, que esquecem quem somos desde nossas origens – uma sociedade multifacetada, extremamente hierarquizada. Segundo a autora, se não nos basearmos nesta abordagem, a população brasileira continuará sendo tratada como se fosse um grupo homogêneo (2004:71).

Desse modo, foram inseridas nesta proposta, práticas educacionais que possibilitassem também para a criança o reconhecimento do próprio passado, pois é por meio dele é possível gerar um sentimento de significação e pertencimento, atra-

vés do qual ela se sinta integrada a um contexto social mais amplo. Assim, a pesquisa intencionou colaborar nos processos que a criança vivencia, relativos a sua participação no cenário social e cultural local, aprofundando a sua compreensão deste passado. Esta iniciativa se concretizou por meio das entrevistas com moradores antigos do bairro, funcionários e educadores da entidade, seus próprios colegas e das atividades que envolveram imagens fotográficas antigas do bairro. Estas imagens foram manipuladas e recriadas pelo grupo por meio do desenho e da pintura, sempre com temas focados nos problemas do presente. Consequentemente, a pesquisa buscou ser capaz de contribuir na realização de possíveis transformações, na busca de soluções para os problemas que seu público possa enfrentar em momentos futuros. Segundo Jacques Le Goff:

... a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

... Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1990:476-477).

Minha intenção também baseou-se em criar junto com as crianças mais oportunidades, relacionadas à vivência de experiências marcantes de vida a ponto de poderem recordá-las ao longo de suas trajetórias, viveres similares àqueles acontecimentos ocorridos em nossa infância que ainda guardamos na memória associados por imagens, sons e sabores. A infância pode trazer relevância ao processo de compreensão da realidade, além de enriquecer as relações valorativas estabelecendo uma configuração concreta destas relações (WEBER, 1992:153). Então, construindo e reconstruindo suas memórias prazerosamente as crianças puderam falar sobre si mesmas e seguir perpetuando estas memórias que apesar de terem sido constituídas por apreensões parciais foram validadas pelas interpretações artísticas que realizaram, e assim, marcadas pela realidade vivida.

Dessa maneira, a pesquisa objetivou que pudessem visualizar-se como guardiãs de tesouros relacionados à suas origens se apoderando de bens pessoais imateriais relacionados à sua história, seu povo, seu lugar.

A relação da identidade como reafirmação da existência pessoal e conseqüentemente, do sentimento de pertença ligado à construção da cidadania se insere nas relações sociais, no contato com o outro, pois é a partir daí, na relação com as diferenças que podemos nos reconhecer como sujeitos. Deste modo, nesta pesquisa, além dos aspectos da formação de identidade, se incluem também alguns modos de contribuir com a construção da noção dos direitos e deveres da criança relacionados ao meio em que vive, fomentando possibilidades de exercer um papel social do qual seja consciente e responsável. Além disso, estaremos também propiciando a ela, condições para que possa experimentar um sentimento de confiança de que, neste exercício, também é capaz de vincular sua vida pessoal a um projeto coletivo, uma sensibilização que a leve a formular articulações em seu viver cotidiano possibilitando uma participação ativa no tecido social, assumindo reivindicações e responsabilidades para com os interesses e o destino da coletividade a qual pertence (MACHADO, 1997).

Segundo Edgard Morin (2000) para se referir a si mesmo é preciso que o sujeito refira-se ao mundo externo. Concebendo o educando como ser vivo cambiante de energia e informação em consonância com o pensamento do autor, busquei articular estratégias educacionais que estimulassem a compreensão e vivência de cada ser no mundo, reafirmando sua autonomia e sua identidade.

Neste contexto, Edmir Perroti tem se preocupado em preservar a memória das cantigas de roda e contos de tradição oral confrontando a criança e os espaços que frequenta atualmente: creches, escolas, centros culturais e de lazer. Perroti traz a problemática da dificuldade que elas encontram ao se sentirem privadas de espaços coletivos para o desenvolvimento das brincadeiras infantis:

... se nossa sociedade não proporcionar urgentemente alternativas aos caminhos que vem propondo às crianças e que lhes dificulta

a experiência da autonomia e da diversidade, parece que a massificação e o consumo concupiscente tenderão a se ampliar e a ser tomados como resposta à crise de criação cultural que as atinge desde que perderam as ruas (PERROTI, 199:28).

Segundo o autor, o resultado desta crise acaba desencadeando na criança a assimilação sem discussão dos padrões dominantes, identidade pelo consumo, integração sem resistências, isolamento e distanciamento das ruas (PERROTI, 1991: 28).

Nestes aspectos, pensando no confinamento da infância, esta proposta visou refletir sobre os fatores que incidem na expressão pessoal da criança relacionados ao contexto social e urbano. Com este propósito, foi planejado que ao término do trabalho cada uma delas pudesse compreender melhor o jogo de interações que habita as ruas de seu bairro no contacto com a cultura local. A confecção de mapas dos principais locais do bairro auxiliou na mediação interessada em conhecer e valorizar os produtos culturais das próprias crianças como respostas às suas interações no grupo social.

A pesquisa contou também, como mencionado anteriormente, com a contribuição da linguagem fotográfica, pois integrada com o desenho, a pintura estas áreas de conhecimento detém juntas, amplo potencial para propiciar a liberação das capacidades criadoras.

Discorrendo sobre a autonomia do ser criador, Dulce Osinski, interpreta Viktor Lowenfeld, observando:

Numa sociedade de massa, em que as relações sensitivas do indivíduo são progressivamente suprimidas, a educação artística seria a única disciplina capaz de se concentrar no desenvolvimento de experiências sensoriais, tornando a vida mais satisfatória e significativa. (OSINSKI, 2001:96)

Então, me preocupei em apartar-me dos paradigmas institucionalizados assumindo minha intenção de realizar uma prática pedagógica que buscasse se contrapor à uma atitude cerceadora e automatizada envolvida exclusivamente no desenvolvimento de habilidades.

Também foi necessário fugir da tentação de sucumbir a ideias baseadas em posições idealistas fictícias. Assim, se nos aprofundarmos sobre este ponto podemos refletir sobre a complexidade desse confronto da idealização com a realização da pesquisa. Neste caso, é de grande valia reportar-nos à análise apontada por Pierre Furter que abrange a totalidade de ideias envolvidas na relação entre a utopia e a educação, pois segundo ele: “As raízes da utopia consistem no fato de que o homem ainda não é um ser satisfeito, porque ainda não é perfeito, porque o mundo ainda não é acabado” (1981:45). O autor ainda nos leva a pensar sobre a força da ação embutida no pensamento utópico, pois para ele, sem essa energia a utopia se desfaria em abstração e em sonho delirante; e ainda, complementando este movimento que conduz à ação afirma que a esperança nos leva a nos engajar de uma maneira ainda mais forte no movimento do mundo (FURTER, 1981:45-6). Furter assegura que como educadores devemos seguir o itinerário proposto por E. Bloch, o qual entre outras acepções sugere que por meio da utopia descobre-se que é possível imaginar um futuro no qual a perfeição do homem, um ser de insatisfação, de fome e carência é perfeitamente plausível e a utopia torna-se um otimismo militante sem limites (FURTER, 1981:46).

Muitas vezes, as iniciativas inovadoras no campo da educação são tomadas como utópicas mediante posições baseadas na descrença e no desânimo. Daí a grande empreitada, de aliar ânimo com trabalho, descobrindo novas formas de atuação. E foi neste propósito que a pesquisa buscou dirigir suas ações, firmada também no compromisso de analisar as exigências da formação do educador em constante movimento reciclando-se continuamente. Desafio enfrentado por milhares de profissionais da educação também pesquisadores valorosos das manifestações humanas, turbulências que permeiam e envolvem todos os tipos de sentimentos externados em salas de aula. Carl Gustav Jung alerta que nós somos praticamente incapazes de avaliar a importância do educador para a criança. Assegura que ao nos reportarmos ao passado nos recordamos com reconhecimento de professores competentes que marcaram nossas vidas, mas sentimos gratidão em relação àqueles que se dirigiram ao nosso íntimo. Segundo Jung,

“a matéria do ensino se assemelha ao mineral indispensável, mas é o calor que constitui o elemento vital que faz crescer a planta e também a alma da criança” (1986:149).

As atividades foram encerradas com uma exposição que reuniu todos os trabalhos realizados, sendo que as próprias crianças fizeram a curadoria do evento, apresentando e explicando como haviam sido suas experiências no decorrer do desenvolvimento das atividades para outros colegas e adultos integrantes da Ong.

Na avaliação dos impactos causados pela atuação investigativa e pela prática educativa com as crianças foi possível observar e analisar os efeitos destas ações perante o público pesquisado, detectando alguns problemas e dificuldades encontrados além dos ganhos concretos relacionados às experiências, vivências, internalizações e conhecimentos absorvidos durante a pesquisa. Um deles foi a carência de participação dos familiares nas atividades que prescindem de sua colaboração direta, por causa das exigências das ações de obtenção de meios de sobrevivência, ocorrência que acabou originando uma adaptação no projeto de pesquisa. Também surgiram dificuldades devido ao gerenciamento da entidade relacionado às atitudes pedagógicas dos gestores da instituição. Este fator, inevitavelmente criou problemas ao andamento da pesquisa, como por exemplo, o impedimento imposto pelos gestores da participação de uma criança do grupo que já havia iniciado alguns trabalhos. Isto se deu, no intuito de protegê-la temerosos de maiores traumas psicológicos que segundo eles, poderiam advir do processo natural de autoconhecimento fomentado pelas atividades de artes prejudicando seu bem estar, já que a criança enfrentava sérios conflitos familiares. Expliquei aos gestores que a arte, funcionando como um canal para a expressão das crianças permitia que durante estas atividades do grupo ela liberasse seus conflitos e assim pudesse processá-los extravasando-os. Sobre isso, Viktor Lowenfeld ponderando sobre o valor da arte no sistema educacional e ampliando as explicações sobre padrões de desenvolvimento como, por exemplo, o emocional, relata que através dela podemos adquirir “...a capacidade de enfrentar novas situações, de expressar tanto os sentimentos agradáveis como os penosos” (LOWENFELD,

1977:177). Contudo, os gestores não permitiram que a criança participasse do grupo.

Outro problema apresentado foi a suspensão da participação de uma criança nas atividades do grupo por ter apresentado um mau comportamento na escola que frequenta e por não manter suas lições atualizadas demonstrando um aspecto de subserviência das atividades não-formais à lógica formal da escola, além de reproduzir interditos referentes a ela.

Aprofundando-se sobre as consequências negativas de uma conduta arbitrária que se abaliza na cobrança de uma pena que deva ser paga pelo cometimento de atitudes indesejáveis Carmen C. Scriptori explica:

Exerce-se pelo tradicional método educativo de recompensa-castigo, “faça isto e receberá aquilo”, no qual os comportamentos desejáveis são tratados com atitudes de aprovação, elogios e recompensas, enquanto que os comportamentos indesejáveis são tratados com atitudes de repúdio, desaprovação e, muitas vezes, com castigos que implicam dor e sofrimento. A consequência dessa prática é a submissão passiva a quem tem maior poder e nunca a constituição de uma personalidade moral. Aliás, em *O Julgamento Moral na Criança*, Piaget aponta a rebeldia, o conformismo e a dissimulação como efeitos funestos desse tipo de prática educativa (SCRIPTORI, 2010).

Estes fatos, além de gerarem sentimentos de confusão e frustração por parte das crianças envolvidas não foram avaliados pela equipe e desse modo, não puderam ser analisados e debatidos pelo grupo de educadores o que denota falhas na proposta pedagógica não-formal desenvolvida pela Ong. Desta maneira, nestes exemplos evidenciei como o intenso trabalho de manutenção econômica da entidade não permite o repensar suas atividades pedagógicas.

Então, iniciativas de refletir sobre as atitudes de punir ou premiar o educando conforme a qualidade do rendimento que apresenta na escola formal ou também, deter-se para buscar caminhos mais atrativos para fomentar a participação dos pais nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela Ong, acabam ficando perdidas no turbilhão de afazeres e preocupações da instituição. A falta

de um coordenador pedagógico atuando na entidade resulta nessa avaliação pouco valorativa das atividades educacionais não-formais.

Outra dificuldade se deu pela falta de uma continuidade regular nos tempos destinados ao trabalho de pesquisa, pois para adequarem-se aos horários das outras atividades da entidade acabaram se transformando em blocos reduzidos o que fragmentou as experiências não permitindo um aprofundamento e uma maior apreensão dos conteúdos trabalhados. Além disso, em alguns momentos, algumas atividades foram canceladas, pois os gestores priorizavam outros tipos de atividades que consideravam mais importantes, o que ocasionou a necessidade da realização de adaptações das ações inicialmente programadas.

Assim como vimos, partindo destas observações é possível dizer que estes entraves reverberaram em repercussões pedagógicas não satisfatórias prejudicando diretamente o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das carências e deficiências em domínios diferenciados o resultado geral do trabalho que a instituição vem realizando beneficia o desenvolvimento psicossocial de seu público prestando serviços significativos à comunidade e ao bairro. Foi possível observar os benefícios proporcionados pela Ong à comunidade através dos resultados dos ganhos obtidos pelas crianças

Durante os processos desenvolvidos com as crianças, detectei gestos e atitudes que denotaram a compreensão dos valores sociais, como a tolerância e a cooperação, pela construção do clima caracterizado pelo entusiasmo que gerou o espírito de trabalho, sentimento que sustentou o envolvimento do grupo na busca de soluções individuais e coletivas e foi capaz de criar um vínculo baseado na colaboração entre os membros do grupo, através da troca de conhecimentos.

Do mesmo modo, houve a ampliação das relações das crianças com a sociedade e a cultura, baseada na valorização das relações entre os sujeitos e dos significados atribuídos ao lugar à que pertencem. Elas puderam resignificar o espaço de educação não-formal, para no futuro possivelmente empreenderem ações que possam contribuir para uma convivência mais integrada, tanto no interior

da instituição, quanto fora dela, tendo em vista a problemática da diversidade cultural em que estão inseridas e de sua maior inclusão na sociedade local.

Estas experiências também possibilitaram a ampliação da noção de bairro como um espaço urbano integrante de um todo regional maior, formado por outros espaços, como um parque ecológico existente na região, o centro comercial e os bairros adjacentes, onde se situam as escolas formais que as crianças frequentam e a própria Ong, noções expressas por elas em suas narrativas durante as atividades. Nestes aspectos também houve o aprofundamento das noções de espaço geográfico e espaço social, pela pesquisa das transformações do bairro através do tempo auxiliada pelas imagens fotográficas no passado e sua comparação com as imagens atuais dos mesmos espaços agora re-fotografados. Além disso, por meio dos depoimentos de familiares e de moradores mais antigos do bairro, com intuito de obter mais informações sobre a história do bairro, houve uma ampliação da compreensão relativa à inserção familiar e pessoal de cada criança, na trajetória histórica do bairro. Estas ações permitem aguçar a curiosidade para questionar aspectos de suas origens, junto aos adultos com quem convivem. Pude perceber também nos processos desenvolvidos por estas atividades um aumento da capacidade de autonomia e de sociabilidade das crianças pelo aprofundamento das relações com estes grupos da estrutura social local, ou seja, com pessoas conhecidas e com outras da comunidade curiosas quanto às atividades desenvolvidas e que contribuíram para estes ganhos fazendo perguntas a elas sobre o trabalho que estavam desenvolvendo nos passeios pelo bairro.

O reconhecimento e a reelaboração das maneiras de se expressar corporalmente foram sendo ligadas aos deslocamentos nos vários espaços explorados, nas posições para fotografar, nas poses para as fotos e nas posturas para as ações de curadoria, pois as crianças iam experimentando nestes processos, diferentes planos da experiência corporal.

Também existiu a criação de uma capacidade própria por parte das crianças, explorando a linguagem escrita para redigir pequenos textos como relatos da própria história e relatos de seus sonhos e desejos, assim como também narrar a trajetória percorrida na consecução das atividades

da pesquisa na apresentação da exposição o que as prepara para outras realizações coletivas.

As reflexões, as emoções, as surpresas e as adaptações que emergiram das atuações com as crianças, e com os demais envolvidos na pesquisa, reafirmaram a constatação do acerto em empregar a arte (gráfica, pictórica e fotográfica), a escrita e a história oral, como estratégias perfeitamente apropriadas às atividades no contexto da educação não-formal. Elas possuem potencial inegável para o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, assim como saberes e prazeres, que podem ser geradores de meios muito amplos de apropriação de sentidos para a vida.

Nesta experiência reafirmei também a ideia de que o simples e sincero reconhecimento de que realmente aprendemos com nossas crianças nos eleva como seres humanos. Jung, dissertando sobre a formação da personalidade afirmou que “todo nosso problema educacional tem orientação falha: vê apenas a criança que deve ser educada, e deixa de considerar a carência de educação no educador adulto” (1986: 174-175). Segundo ele, enganam-se os que pensam que ao terminarem seus estudos sua educação está completa, pois no adulto está oculta uma “criança eterna” que precisará de “cuidado permanente, de atenção e de educação.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre a Filosofia da História, Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989
- BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANCLINI, Nestor Garcia. “O consumo serve para pensar”. In: *Consumidores e Cidadãos – Conflitos Multiculturais de Globalização*. Trad. Maurício Santana Dias. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CUNHA, Susana R. V. da. “Como vai a arte na educação infantil?” Disponível em http://www.educared.org.ar/infanciaenred/elglobo/bo_2008/proyectosjugados/diciembre/arte.pdf. Acesso em 05/02/2011.
- CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano*. Ar-

- tes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLI, Jorge. *O que é Arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DEMARTINI, Zeila. "Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação". In: FERREIRA, Antonio G. *Escolas, Culturas e Identidades*. Coimbra, Sociedade de ciências da Educação/Fundação Calouste Guibenkian, vol 1, 2004, p. 91-102.
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- DERDYK, Edith. *Formas de Pensar o Desenho. Desenvolvimento do Grafismo Infantil*. São Paulo: Editora Scipione, 1989.
- DEWEY, John. *A Arte como Experiência. Os Pensadores*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.
- FISCHER, Ernest. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FURTER, Pierre. *Educação e Reflexão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.
- GOHN, Maria da Glória. *Não-fronteiras: Universos da Educação Não-formal*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007.
- GOMBRICH, Ernest. "Entrevista com Ernest Gombrich". In: BARBOSA, Ana Mae (org) *Arte-educação: Leitura no Subsolo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho*. R.G.S: Artes Médicas, 2000.
- IABELBERG, Rosa. *Para Gostar de Aprender Arte: Sala de Aula e Formação de Professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- JUNG, Carl G. *O Desenvolvimento da Personalidade*. Trad. F.V. do Amaral. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KNELLER, George F. *Arte e Ciência da Criatividade*. São Paulo: Ibrasa, 1978.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LOWENFELD, Victor. *The Nature of Creative Activity*. Londres: Taylor & Francis, 1952.
- MACHADO, Nilson José. *Cidadania e Educação*. São Paulo; Escrituras, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- OSINSKI, Dulce. *Arte, História e Ensino: Uma Trajetória*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PERROTI, Edmir. "A cultura das ruas". In: PACHECO, Elza Dias (org.). *Comunicação Educação e Arte na Cultura Infanto-juvenil*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço". *ArtCultura*, Uberlândia, MG, vol 4, p. 23-35. 2002.
- READ, Herbert. *Educação pela Arte*. Trad. V. L. Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Disfel, 1989.
- SACRISTÁN, Jose G. *A Educação que Ainda é Possível. Ensaio Sobre uma Cultura para a Educação*. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SAMAIN, Etienne (org) *O Fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Senac São Paulo, 2005.
- SCRIPTORI, Carmen C. "Aspectos pedagógicos e práticas escolares para o desenvolvimento da cooperação e da autonomia."/ http://mestrado.mouralacerda.edu.br/arquivos/pdf/TextosDocentes/Texto_Carmen/EscolaConflitosViolencias.PDF/ Acesso em 10/05/2010.
- SIMÃO, Selma M. *Arte Híbrida – Entre o Pictórico e o Fotográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SIMSON, Olga R. de M. Von. "O direito à memória familiar: história oral e educação não formal na periferia das grandes cidades". In: SIMSON, Olga R. de M. Von. *Educação Não-formal - Cenários da Criação*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.
- VYGOTSKY, Lev S. *A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento os Processos Superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.

NOTAS

- 1 - Especula-se que o traçado proposto pelo governo do Estado conhecido como Trecho Norte do Rodoanel, em fase de licenciamento ambiental, ameaça seriamente a Serra da Cantareira, causando sério risco de degradação ambiental e podendo comprometer o Sistema Cantareira, chegando a afetar o abastecimento de água da cidade de São Paulo.